

ANEXO I – DO TERMO DE REFERÊNCIA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 040/2026 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2026

1.1 As especificações técnicas/funcionalidades do objeto, serão por áreas e módulos conforme descrição abaixo:

	ÁREA	MÓDULOS
1	Financeiro	1 – Contabilidade; 2 – Orçamento; 3 – Financeiro; e 4 – EFD-Reinf.
2	Patrimonial	1 - Compras; 2 - licitações; 3 – Contratos; 4 - Almoxarifado; 5 – Patrimônio; 6 - Obras; 7 – Contratação direta; e 8 – Frotas.
3	Recursos Humanos	1 - Recursos Humanos; 2 - Folha de Pagamento; 3 - E-social; e 4 – Estágio probatório.
4	Tributário	1 – Arrecadação; 2 – Cadastros; 3 – Cemitério; 4 – Contribuição; 5 – Dívida Ativa; 6 – Fiscal; 7 – Inflatores; 8 – ITBI; 9 – Notificações e Jurídica; e 10 - Diversas.
5	Nota Fiscal Eletrônica	1 - Nota Fiscal Eletrônica
6	Sistema de Transparência, Comunicação, Social e Acesso à Informação.	1 – Portal de transparência; 2 – Portal de serviços; 3 – Lai; 4 – Domicílio Eletrônico – DEC; 5 – Diário Oficial.
7	CHATBOT de Informações	1 – Chatbot.
8	Processo eletrônico e protocolo	1- Processo Eletrônico.
9	Sistema de Gestão eletrônica de documento - GED	1 – GED; e 2 - Arquivística
10	Assinatura eletrônica de documentos	1 – Assinatura eletrônica
11	Controle Interno e Ouvidoria	1 – Controle interno; e 2 - Ouvidoria
12	Sistema de Segurança e Medicina do Trabalho	1 - SST
13	Sistema de Saúde	1 – Ambulatoria; 2 – Agendamento; 3 – Farmácia; 4 – Laboratório; 5 – Regulação; e 6 – Paine SUS.
14	Sistema de Assistência social	1 – Assistência Social
15	Sistema de Educação	1 – Alimentação escolar; 2 – Biblioteca; 3 – Escola; 4 – Secretária; 5 – Transporte escolar; 6 – Diário; e 7 – Matrícula on line;
16	Sistema de ponto eletrônico	1 – Ponto eletrônico

DESCRIÇÃO	
MÓDULO CONFIGURAÇÕES GERAIS	
1	O acesso via navegador é de uso livre, para a configuração de telas do sistema e manutenção do cadastro de usuários, onde se pode habilitar ou desabilitar permissões de acesso de acordo com as atribuições de cada um dos usuários indicados por parte da Prefeitura.
2	O cadastro de usuários para Intranet e extranet; Permitir criar perfis (grupos) de usuários para liberação de permissões; Permitir cadastrar itens de menu
3	O controle de permissão por usuário, instituição ou perfil e por exercício.
4	O controle de logs da base de dados do sistema e o controle de acesso às fontes dos programas.
5	A consulta aos usuários on-line no sistema.
6	A emissão de relatório de usuários com as rotinas que possuem.
7	A consulta a documentação do sistema, dicionário de dados do sistema.
8	Geração de Backup do banco de dados
9	Geração de novas telas para incluir novos menus de incluir, alterar e excluir no banco de dados.
10	Visualização de Estrutura do banco de dados de tabelas.
11	Menu de Bloqueio temporário do sistema para novos logins.
12	Possibilidade de reorganização de menus.
13	Alteração de Documentos Padrões Gerados pelo sistema.
14	Permitir cadastro de instituições como todos completos com nome, endereço, logo dentro outros.
15	Permitir a configuração de pessoas para serem notificadas para assinatura digital de documentos.
ÁREA FINANCEIRA	
Descrição	
16	Estar totalmente adaptada às 10 normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público - NBCASP, (1 - conceituação, objeto e campo de aplicação; 2 – patrimônio e sistemas contábeis; 3 – planejamento e seus instrumentos sob o enfoque contábil; 4 – transações no setor público; 5 – registro contábil; 6 – demonstrações contábeis; 7 – consolidação das demonstrações contábeis; 8 – controle interno; 9 – depreciação, amortização e exaustão; 10 – avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público).
17	Permitir que seja efetuada a escrituração contábil nos Subsistemas de Informações Patrimoniais, Orçamentárias e de Controle sob a forma de partidas dobradas, em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) com registro em Livro Diário, bem como realizar todos os registros contábeis de natureza orçamentária em conformidade com os Art. 83 a 106 da Lei 4.320/64.
18	Permitir a existência de mais de uma instituição na mesma base de dados (padrão SIAFIC), com contabilização distinta, que possibilite a emissão de relatórios anuais e da LRF de forma consolidada (resumo da execução orçamentária, relatório de gestão fiscal, anexo das metas fiscais e anexo dos riscos fiscais).
19	Permitir a geração de relatórios gerenciais de receita, despesa, restos a pagar, depósitos de diversas origens, bancos e outros de acordo com o interesse do tribunal de contas, bem como boletim financeiro diário.
20	Elaborar os demonstrativos do balancete mensal e do balanço anual, na forma da lei 4.320/64, Lei complementar 101/00 – LRF e resoluções dos Tribunais de Contas dos Estados.
21	O Software deverá atender a todos os itens da Portaria 828 da STN, contemplando todo o controle do enfoque patrimonial.
22	Permitir que seja efetuada a geração dos Razões Analíticos de todas as contas integrantes do sistema financeiro, patrimonial e de compensação.
23	Efetuar o lançamento da receita e despesa automaticamente nos sistemas financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação, conforme necessário.
24	Permitir executar o encerramento do exercício, com todos os lançamentos automáticos e com a apuração do resultado.
25	Possibilitar a geração do rateio para consórcios públicos de acordo com o percentual de participação de cada ente bem como emitir o relatório do rateio.
26	Permitir a consolidação de dados da execução dos consórcios.

27	Permitir cadastrar o encerramento do período contábil das movimentações, de modo que após este encerramento não poderão mais ser efetuados lançamentos contábeis.
28	Permitir gerar relatórios de execução da despesa, por credores, por classificação, por período e outros que se faça necessário.
29	Permitir gerar relatórios de saldos disponíveis de dotações, de saldos de empenhos globais e outros.
30	Permitir emissão dos relatórios de deduções da receita (renúncia, descontos concedidos, outros descontos).
31	Permitir a emissão de relatórios gerenciais tais como demonstrativo de despesa e receita, saldo contábil, saldo de verbas da despesa, despesa por órgão/unidade/elemento/sub elemento, demonstrativos da execução da despesa, índice da educação, índice da saúde, Fundeb, gasto com pessoal.
32	Disponibilizar as naturezas de receitas orçamentárias e permitir a atualização, quando necessário, identificando no cadastro as categorias econômicas e os demais detalhamentos previstos na legislação.
33	Possibilitar a definição e cadastramento do detalhamento da natureza da receita orçamentária, quando necessário, conforme faculta a legislação.
34	Possibilitar a definição e cadastramento da natureza da receita despesa
35	Possibilitar a definição e cadastramento das fontes e destinações de recursos previstos na legislação em vigor.
36	Permitir a definição e cadastramento do orçamento, com a classificação institucional, funcional e programática, possibilitando o detalhamento da natureza da despesa até a modalidade de aplicação, conforme parametrização, e com os seus respectivos valores orçados, de acordo com o que prescreve a legislação.
37	Possibilitar a contabilização da depreciação automática de acordo com as depreciações lançadas nos bens do módulo Patrimônio.
38	Possibilitar os lançamentos da provisões de folha de pagamento
39	Permitir a elaboração do Plano Plurianual (PPA) de forma descentralizada, permitindo que cada entidade da administração direta e indireta insira no sistema, a parte do PPA que lhe caiba.
40	Disponibilizar versão para as propostas parciais do PPA de todas as entidades da administração direta e indireta.
41	Permitir associar do PPA um indicador macroeconômico para que sejam realizadas projeções automaticamente.
42	Emitir demonstrativos contendo as informações cadastradas no PPA elaborado, explicitando as diretrizes, os programas e as ações governamentais.
43	Emitir demonstrativo de diferença de recursos do PPA que confronta as fontes da despesa X fontes da receita.
44	Possibilitar a realização de auditoria do PPA de modo que seja possível visualizar programas e projetos/atividades com cadastros incompletos, dotações inconsistentes e/ou com valores irrisórios.
45	Possibilitar a realização de edições em lote de PPA dos dados cadastrais de programas, projetos/atividades e das dotações.
46	Possuir um conjunto de tabelas de parametrização para criação dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
47	Permitir a definição das prioridades da Administração para o exercício financeiro a que se refere a LDO com base nas ações previstas no PPA, conforme determina o § 2º, do art. 165, da CF/88, possibilitando a emissão do Demonstrativo das Metas e Prioridades.
48	Possibilitar, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o estabelecimento da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, conforme determina o caput do art. 8º da LRF.
49	Controlar o PPA, a LDO e Orçamento Municipal, realizando a emissão de todos os relatórios legais.
50	Controlar de forma automática dos percentuais autorizados na LOA para alterações orçamentárias.
51	Permitir a elaboração da proposta da LOA de forma descentralizada, possibilitando que cada entidade da administração direta e indireta, bem como cada unidade orçamentária das entidades, insira no SOFTWARE, a parte da LOA que lhe caiba.
52	Possibilitar a realização de edições em lote das dotações do orçamento, permitindo remanejamento ou alterações de cada um dos itens da classificação da despesa orçamentária enquanto o orçamento não estiver aprovado.
53	Possibilitar a organização do orçamento da receita em códigos reduzidos com os seus respectivos valores previstos.
54	Possibilitar a organização do orçamento da despesa em códigos reduzidos com os seus respectivos valores fixados.
55	Possibilitar a apuração automática do percentual previsto na proposta orçamentária para a despesa total com pessoal.
56	Possibilitar a apuração automática do percentual previsto na proposta de orçamento para as despesas com a manutenção e desenvolvimento do ensino.
57	Possibilitar a apuração automática do percentual previsto na proposta orçamentária para as despesas com as ações e serviços de saúde.
58	Possibilitar a apuração automática da Receita Corrente Líquida prevista na proposta orçamentária.
59	Possibilitar a apuração automática do percentual previsto na proposta de orçamento para as despesas com o FUNDEB.
60	Emitir modelo de proposta orçamentária em word
61	Permitir a emissão de todos os anexos da Lei Orçamentária Anual conforme especificado na Lei 4.320/64.
62	Possibilitar a exportação do PPA finalizado para a LOA, para que haja compatibilização entre as peças orçamentárias.
63	Possibilitar cadastrar as metas bimestrais de arrecadação, conforme determina o art. 13 da LRF.
64	Permitir realizar o bloqueio de saldo orçamentário quando se fizer necessário e também o respectivo cancelamento do bloqueio.

65	Permitir o cadastro de créditos adicionais nas modalidades de crédito suplementar, crédito especial e crédito extraordinário, com suas respectivas fontes de recursos (anulação, superávit financeiro, excesso de arrecadação ou operação de crédito), identificando o número da lei autorizativa e sua espécie (lei orçamentária ou lei específica), exigindo a informação da legislação de autorização e resguardando o histórico das alterações de valores, conforme determina a CF/88 e a Lei no 4.320/1964.
66	Permitir o cadastro de remanejamento e transposição de créditos orçamentários, exigindo a informação da legislação de autorização e resguardando o histórico das alterações de valores ocorridas, de acordo com o art. 167, inciso VI da CF/88.
67	Possibilitar a geração de decreto de créditos adicionais (crédito suplementar, crédito especial e crédito extraordinário), em formato PDF, especificando a respectiva fonte de recursos (anulação, superávit financeiro, excesso de arrecadação ou operação de crédito).
68	Permitir a geração do pré-empenho na figura da autorização de empenho, que reservará o saldo da dotação antes da emissão do empenho
69	Possibilitar o cadastro de empenhos de despesa com controle de numeração sequencial e cronológico.
70	Permitir o empenhamento das despesas nas modalidades ordinário, global e por estimativa, conforme previsto na Lei no 4.320/1964.
71	Permitir a emissão por lote de empenhos de credores diferentes, desde que tenham o mesmo item.
72	Na emissão dos empenhos permitir informar se a despesa é decorrente de emendas parlamentares, convênios, contratos, processos licitatórios, dívida consolidada.
73	Permitir a realização de anulações das notas de empenhos da despesa.
74	Permitir a emissão das notas de liquidações com vinculação com ordem de compra ou sem ordem de compra
75	Efetuar as retenções sobre a liquidação e/ou pagamento, permitindo cadastrar percentuais pré-definidos para cálculo de cada retenção.
76	Permitir informar as naturezas dos rendimentos nas liquidações
77	Permitir informar na liquidação a categoria do trabalhador e os múltiplos vínculos, quando aplicável.
78	Permitir a anulação de liquidações realizadas.
79	Permitir a realização de liquidação por lote de empenhos de credores diferentes, desde que tenham o mesmo item
80	Permitir efetuar desconto em notas de liquidação
81	Possibilitar a emissão de empenhos do tipo suprimimento de fundos, que funcionam como adiantamentos financeiros para posterior prestação de contas. Deverá ter rotina específica para lançar a prestação de contas e também a conferência.
82	Possibilitar o controle dos restos a pagar processados e não processados
83	Possibilitar o controle de saldos de dotações orçamentárias, impedindo o empenhamento, caso estes saldos sejam inferiores aos valores que se deseja empenhar.
84	Possibilitar a consulta, em tempo real, dos saldos orçamentários disponíveis na data informada pelo usuário.
85	Possibilitar a realização de consulta “extrato de empenho”, visualizando, para o empenho selecionado, os seus dados e sua movimentação (se houver): anulações, liquidações e pagamentos efetuados.
86	Possibilitar a consulta de empenhos cadastrados por: credor, código do empenho, dotação orçamentária, data da emissão do empenho, código do material, ordem de compra.
87	Permitir a emissão de relatório de empenhos, podendo selecionar o código do credor, permitindo ainda informar o período inicial e final, mostrando ou não, históricos e itens, com resumo (se for solicitado), além da totalização ou não dos valores empenhados, liquidados e pagos.
88	Permitir a integração com o almoxarifado e com o patrimônio, para registro das fases da liquidação da despesa (orçamentária e de restos a pagar), desde o momento do recebimento das notas de materiais, bens e serviços até a confirmação do direito adquirido pelo credor/fornecedor, com os respectivos lançamentos contábeis.
89	Possibilitar a realização e o controle de inscrições de empenhos em restos a pagar, conforme determinam o art. 36 e o parágrafo único do art. 103 da Lei no 4.320/1964.
90	Permitir a caracterização dos restos a pagar em processados e não processados, conforme determina o parágrafo único do art. 92 da Lei no 4.320/1964.
91	Permitir o cancelamento dos Restos a Pagar Processados e Não Processados.
92	Permitir o cadastro de contas bancárias correntes e aplicações financeiras
93	Permitir a arrecadação da receita por código estrutural ou reduzido.
94	Possibilitar a sugestão das receitas após indicação da conta bancária com base nas arrecadações já realizadas na conta.
95	Possuir integração das receitas arrecadadas no tributário com a contabilidade e a tesouraria, de modo que os lançamentos sejam feitos automaticamente.
96	Permitir a importação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias via arquivo csv.
97	Permitir o pagamento dos empenhos e dos restos a pagar, tendo um controle de contas e saldos da tesouraria, os pagamentos deverão ser atualizados automaticamente após a autenticação dos empenhos ou dos restos a pagar.
98	Permitir a emissão da despesa extraorçamentária
99	Permitir o pagamento das despesas extraorçamentárias.
100	Permitir realizar o recebimento de receitas extraorçamentárias.
101	Permitir o controle dos ganhos e perdas do RPPS

102	Permitir o recebimento e a devolução das transferências financeiras
103	Realizar as transferências bancárias por tipo
104	Realizar o controle dos recebimentos e devoluções de cauções
105	Possuir rotina específica para devolução de valores não utilizados em empenhos do tipo suprimento de fundos.
106	Permitir a emissão de ordem bancária
107	Permitir a emissão de ordem auxiliar de pagamento que agrupa tanto pagamentos orçamentários quanto extraorçamentários
108	Permitir a geração de arquivo de pagamentos a fornecedores no formato CNAB240
109	Permitir o pagamento de fornecedores via API através de convênios com instituições bancárias
110	Permitir a emissão de extrato das contas bancárias via API através de convênios com instituições bancárias
111	Possibilitar a realização da conciliação bancária manual via rotina específica bem como emitir os relatórios da conciliação.
112	Possibilitar a realização da conciliação bancária automática via rotina específica bem como emitir os relatórios da conciliação.
113	Atender às portarias e legislação que compõem o tratamento de dados, a consulta e o envio da Matriz dos Saldos Contábeis tanto mensal quanto de encerramento.
114	Atender ao Tribunal de Contas de Minas Gerais possibilitando a geração dos arquivos para envio do Sicom nos módulos: Acompanhamento Mensal, Balancete, Demonstrações Contábeis Aplicada ao Setor Público, Instrumento de Planejamento, Inclusão de Programas, Legislação de Caráter Financeiro, Folha de Pagamento, Edital e Execução de Obras e Serviços de Engenharia.
115	Atender ao Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde / Educação (SIOPS) (SIOPE) possibilitando a geração dos arquivos para importação das despesas e receitas.
116	Realizar a transmissão via API da EFD-Reinf séries R-2000 e R-4000, com opção de consulta dos lotes enviados e relatórios de conferência
117	Realizar a transmissão do e-Social dos autônomos.
118	Permitir protocolar documentos financeiros (empenho, liquidação, ordens de compra) e tramitar entre departamentos internos.
119	Permitir assinar digitalmente os documentos de empenho, liquidações, pagamento, extraorçamentário e seus estornos.
120	Permitir buscar os dados de fornecedores da API da Receita Federal para otimizar os cadastros.
ÁREA TRIBUTÁRIA	
Descrição	
121	Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.
122	Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral.
123	Permitir o cadastro de regras para os parcelamentos para atender a legislação sem a necessidade de modificação do Software.
124	Permitir o cadastro de regras de compensações de créditos para utilizar no abatimento de débitos.
125	Permitir o cadastro de taxas específicas a utilizar nos recibos de protocolo.
126	Permitir o cadastro de grupo e origem do débito, manutenção do calendário de pagamentos, grupos de débitos.
127	Permitir o cadastro de vencimentos a utilizar na cobrança parcelada de tributos.
128	Permitir o cadastro e manutenção nas receitas tributárias e não-tributárias.
129	Permitir o cadastro de índices de correção, juros e multas, conforme legislação, podendo haver mais de um índice de correção por ano.
130	Permitir o cancelamento e prorrogação do vencimento dos débitos.
131	Permitir o lançamento de créditos e descontos, conforme legislação municipal.
132	Permitir o cadastro de convênios bancários. Permite importar arquivos de retorno banco.
133	Permitir a arrecadação de receitas via caixa da prefeitura. Permitir cadastro e controle de débitos em conta corrente.
134	Permitir consultar créditos disponíveis e utilizados, prescrições, cancelamentos, situação fiscal, parcelamentos anulados, consulta de cadastros.
135	Permitir convênio e cobrança Extrajudicial.
136	Permitir consultar valores por tipo de débito e receita.
137	Permitir emissão de relatório analítico e sintético de débitos, por contribuinte ou geral.
138	Gerar parcelamento dos débitos consultados, sendo que, havendo permissão ao usuário, ele poderá efetuar no mesmo momento o parcelamento ao contribuinte.
139	Gerar parcelamento dos débitos consultados, sendo que, havendo permissão ao usuário, ele poderá efetuar no mesmo momento o parcelamento ao contribuinte.
140	Permitir o controle de pagamentos, parcial e créditos, bem como compensação.
141	Permitir a emissão de certidões negativas, positivas e regulares.

142	Permitir a emissão das guias de arrecadação em cota única ou dividido em parcelas, contendo código de barras e Qrcode para pagamento nos agentes arrecadadores.
143	Permitir a consulta a todos os débitos de um contribuinte, imóvel, inscrição municipal, códigos de arrecadação ou números do termo de parcelamento.
144	Possuir rotinas para elaboração dos acréscimos a incidirem sobre o lançamento em decorrência de atrasos nos pagamentos, conforme legislação municipal.
145	Permitir a emissão de recibos e carnês de tributos com código de barras e Qrcode para pagamento por PIX.
146	Permitir pagamento de Tributos via PIX com leitura de QRcode no Documento de Arrecadação Municipal (DAM).
147	Permitir que a extinção do crédito tributário, na modalidade de pagamento, possa ser feita através da captação e processamento de arquivos de texto disponibilizados pelos agentes arrecadadores ou bancos conveniados com a Administração.
148	Permitir a integração com a Arrecadação de Tributos para a contabilização automática dos tributos recebidos. Após o processamento dos arquivos magnéticos de retorno, recebidos da rede bancária credenciada, a contabilização deverá ocorrer diretamente nas contas de receita previstas no orçamento da prefeitura, tendo como contrapartida a conta bancária ou a conta de receita classificada.
149	Deverá conter informações de todo o cadastro imobiliário do município e rotinas de cálculos de IPTU com emissão de carnês.
150	Permitir inclusão de características dos imóveis, de acordo com a realidade e legislação do município.
151	Permitir o cadastramento de Lotes, matrículas, loteamentos, promitentes compradores, outros proprietários, características, setores, face de quadra, massa falida, ruas e avenidas, facultado fracionamento.
152	Permitir inclusão de imagens no cadastro imobiliário.
153	Permitir inclusão de localidades rurais.
154	Deverá permitir consulta de dados imobiliários e emissão de boletins contendo todas as informações cadastrais dos imóveis contendo, inclusive, o histórico do cálculo do IPTU dos anos anteriores.
155	Deverá permitir a parametrização do cálculo do IPTU, conforme código tributário municipal.
156	Deverá permitir importação de dados georreferenciados através de arquivo em CSV que inclua ou altere informações imobiliárias.
157	Permitir o cadastro de Isenções por tributo, por ano, período, com percentual de isenção, motivos e emissão de certidões de isenção.
158	Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral.
159	Permitir o cadastro de novas construções em um mesmo lote sem necessidade de criar novas matrículas com todas as informações necessárias a sua identificação, facultado fracionamento.
160	Permitir manuseio dos parâmetros de cálculo do IPTU.
161	Permitir o cálculo Geral e Parcial do IPTU, conforme código tributário municipal.
162	Permitir a exclusão parcial do IPTU.
163	Permitir a emissão geral do IPTU conforme layout definido.
164	Permitir gerar arquivos em TXT ou PDF para emissão externa (em gráficos), dos carnês.
165	Permitir a emissão de relatórios com a posição de cálculo do IPTU com gráficos.
166	Permitir a emissão de relatórios comparativos com anos anteriores do cálculo do IPTU.
167	Permitir a emissão de carnês de cobrança ou recibos conforme layout preestabelecido, com código de barras no padrão FEBRABAN e Qrcode.
168	Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.
169	Manter o histórico dos valores calculados de cada exercício.
170	Permitir cadastro de averbação de adquirentes.
171	Possibilitar a impressão de certidões cadastrais.
172	Permitir Integração de levantamento cadastral.
173	Possibilitar a cobrança ou não de taxas para cada unidade imobiliária, de acordo com a utilização da edificação.
174	Permitir a inclusão geral de parcela única e a prorrogação da mesma, além de permissão de desconto nesta parcela única, conforme legislação municipal.
175	Deverá permitir o cadastramento de Cemitérios, Plano, Bloco/Quadra, responsável e o cadastro de sepultamentos individuais, de legistas, de funerárias, hospitais e causas mortis.
176	Permitir o cadastro de responsável ao sepultamento para fins de cadastro e/ou cobrança de taxas e serviços.
177	Permitir manuseio dos parâmetros de cálculo do Cemitério
178	Permitir controle de transferência e retiradas (exumação).
179	Permitir controle de isenções e de sepultamentos.
180	Possibilitar consultas através de nome do responsável ou do falecido, parte do nome, cadastro, inscrição (cemitério, plano, bloco/quadra, tipo de carneira, número da carneira e sequência) e CPF/CNPJ.

181	Deverá permitir executar e controlar todas as contribuições de melhorias de obras feitas no município. O cadastramento dos lotes beneficiados com a contribuição de melhoria será feito de forma automática com busca ao módulo de cadastro imobiliário, evitando assim a digitação de todos os lotes.
182	Permitir o cadastro de editais.
183	Permitir o cadastro de contribuição com seus logradouros.
184	Permitir o controle e manutenção de todos os registros de dívida ativa do município, seja qual for o tributo ou receita.
185	Permitir a inscrição por contribuinte ou geral dos tributos no final de cada exercício.
186	Possa fazer convênio com empresas de cobrança efetuando troca de informações por meio magnético, controlando as dívidas que estão na prefeitura e em cobrança.
187	Integração com cartório de instituto de protesto para cobrança da dívida ativa.
188	Possibilitar a inscrição em dívida ativa dos tributos e outras receitas vencidas e não pagas, registradas na conta-corrente fiscal, de acordo com a legislação.
189	Possibilitar o controle de descontos, remissão com a possibilidade de verificação de débitos de outros módulos para concessão ou não do mesmo, quando a lei assim o determinar.
190	Possibilitar o englobamento e o parcelamento de débitos para cobrança, inclusive com controle de valores mínimos.
191	Possibilitar a emissão e o controle de notificações, a emissão de petições para cobrança judicial em texto definido pelo usuário.
192	Conter recursos para administrar todos os tributos inscritos em Dívida Ativa também em função de sua origem (IPTU, ISSQN, Taxas, Contribuição de Melhoria), no que se refere a inscrição e cobrança, administrativa ou judicial).
193	Permitir o cadastro de procedências e receitas da dívida ativa.
194	Permitir emissão de relatório totalizador da dívida ativa.
195	Permitir lançamento de prescrição de dívida ativa por listagem geral ou parcial.
196	Permitir a emissão de certidão de ajuizamento.
197	Controlar o andamento das CDAs emitidas pelo setor de Dívida Ativa.
198	Permite criar listas e emitir CDAs a partir das mesmas, conforme parâmetros definidos anteriormente.
199	Permitir a emissão de relatórios por exercício, geral em ordem alfabética ou por inscrição.
200	Permitir a emissão de relatório resumido por procedência de dívida ativa.
201	Permitir a emissão geral de carnês, configurados conforme modelo da prefeitura, com código de barras padrão FEBRABAN.
202	Permitir cadastro de procedências, tendo em vista a necessidade do município.
203	Deverá permitir emissão de relatório por contribuinte, procedência além do status do crédito tributário lançado.
204	Permitir consulta dos lançamentos por período, procedência, contribuinte, matrícula ou inscrição municipal.
205	Permitir o lançamento do IPTU, ISSQN, Diversos, Contribuição de melhoria e outros automaticamente no final do exercício.
206	Permitir cadastro de fiscais, tipos de processos fiscais, tipos de fiscalização e tipos de vistorias.
207	Permitir consulta de alvará sanitário.
208	Permitir consulta de vistorias.
209	Permitir consultas de auto de infração, notificação parcial e consulta processo fiscal.
210	Deverá apresentar relatórios de vistorias, alvarás sanitários, notificações.
211	Deverá conter relatório de inscrições municipais com seu respectivo status ou inscrições por logradouro.
212	Permitir inclusão de alvará sanitário com vinculação da inscrição municipal.
213	Permitir inclusão de notificações e auto de infrações.
214	Permitir incluir cálculo de vistoria parcial ou geral.
215	Deverá permitir exclusão ou anulação de cálculo de vistoria parcial.
216	Cadastrar os índices para correção monetária e indicadores econômicos que serão utilizados pelos módulos tributários para execução de cálculos. Permitindo a manipulação de cadastro de índices de correção integrado aos diversos sistemas para não haver redundância destas informações.
217	Permitir incidência de dois ou mais índices de correção para o mesmo ano-calendário.
218	Permitir inclusão de índice de correção monetária mensal.
219	Permitir o cadastro de contribuintes, interligados pelo cadastro geral, possibilitando consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.
220	Possibilitar consultas através de nome, parte do nome, cadastro, inscrição, logradouros e CPF/CNPJ.
221	Gerar automaticamente os valores dos termos no financeiro do ISSQN.
222	Permitir o cadastro de classe e porte dos estabelecimentos.

223	Possibilitar o cadastro de atividades com a inclusão de todos os itens necessários para a definição e caracterização da inscrição
224	econômica, sendo adequada ao código tributário municipal, Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e Classificação Brasileira de Ocupações - CBO.
225	Permitir o cadastro de inscrição econômica com possibilidade configurar tipos de cálculos para cada inscrição econômica, e ainda, permitir cadastro de escritórios e profissionais contábeis para cada inscrição econômica.
226	Possibilidade de inclusão de sócios das empresas, que podem ser responsáveis pelos créditos tributários.
227	Permitir o registro de diferentes códigos de atividades desempenhadas pelo contribuinte indicando a principal e as secundárias.
228	Possibilitar a paralisação e/ou baixa da inscrição econômica.
229	Permitir o vínculo da inscrição econômica ao Alvará Sanitário.
230	Permitir o vínculo da inscrição econômica ao cadastro imobiliário.
231	Possibilitar cálculos parciais ou geral de ISSQN, Vistorias e Alvarás. Permitir a emissão de guia complementar de ISSQN.
232	Permitir o cadastro das inscrições econômicas como Empresas do Simples Nacional.
233	Permitir integração com projeto Redesim + livre, possibilitando a integração e lançamento automático de dados econômicos.
234	Permitir a movimentação de tipos de Alvarás para as inscrições econômicas.
235	Permitir a vinculação de ocupações econômicas, de acordo com o CBO (Código Brasileiro de Ocupações), para inscrições de autônomos e de acordo com a legislação municipal.
236	Possibilitar criar "layout" de Alvará para cada tipo de licença (permanente, provisório, ambulante) conforme legislação municipal.
237	Permitir emissão de nota avulsa de pessoa física.
238	Fornecer relatórios cadastrais de inscrições municipais com informações que fomentem a análise geral do município.
239	Fornecer relatório constando todas as movimentações de alvará durante o ano devendo constar o tipo e a data da movimentação.
240	Permitir o controle de tipo de transações e permitir o cadastro de formas de pagamentos.
241	Permitir o controle das guias de ITBI urbano e rural e as respectivas guias retificativas, quando houver.
242	Permitir o controle de transmitentes e adquirentes.
243	Permitir a emissão de guias de ITBI com código de barras e Qrcode.
244	Permitir a consulta da situação das guias de ITBI.
245	Permitir emissão de relatório estatístico por zona e setor para acompanhamento dos valores.
246	Permitir a arrecadação e baixa automática de guias de ITBI via tesouraria.
247	Possibilitar criar "layout" de CDA tributária e não-tributária.
248	Permitir o cadastro de cartórios.
249	Permitir o cadastro de advogados, varas, foro e dados gerais do processo, inclusive movimentação.
250	Permitir manutenção de custas judiciais; controlar petições iniciais, de suspensão e de quitação do processo do foro.
251	Permitir emissão de relatórios de processos com advogados, por maiores devedores, relatório de dívida prescrita.
252	Permitir integração com Cartório de Instituto de Protesto. Possibilitando envio em lotes de "CDA's" para cobrança e retorno com o status da cobrança.
253	Permitir gerar lista de consulta de débitos.
254	Permitir gerar notificações individuais ou por lista. Emitir notificação parcial ou geral.
255	Possibilitar criar "layout" para cada tipo de notificação.
256	Possibilitar envio de notificação com DAM para pagamento da dívida, conforme expresso em notificação e data de vencimento pré-definida .
257	Permitir envio de notificações através de arquivo TXT com possibilidade de contemplar serviço de AR Digital.
258	Sistema de controle do cadastramento das obras executadas pelos contribuintes a fim de envio de informações para o órgão competente, bem como emissão de alvarás de construção e habite-se.
259	Cadastro das obras a serem executadas pelos contribuintes, inclusive com cadastro de Responsáveis Técnicos pela Obra e Engenheiro Responsável.
260	Criar "layout", expedir e controlar a liberação de alvará e habite-se parcial e total da obra.
261	Emissão de relatório das obras em andamento e com validade vencida, habite-se e obras com certidões emitidas.

PATRIMONIAL

COMPRAS	
Descrição	
262	Permitir o cadastro dos materiais e serviços que compõem o catálogo de materiais da instituição, com padronização de unidades de medida.
263	Permitir a classificação dos materiais e serviços em grupos que melhor os identifiquem.
264	Permitir o cadastro dos materiais e serviços em lotes, por meio de importação de planilhas ou outros meios.
265	Permitir a consulta do cadastro dos materiais e serviços, contendo dados cadastrais e histórico de alterações.
266	Permitir o controle e manutenção do cadastro de fornecedores.
267	Permitir a consulta do fornecedor, contendo contas bancárias, certificados cadastrais e dados básicos.
268	Possibilitar o cadastro de tipos de certificados cadastrais, conforme padronização, e documentos personalizados contendo descrição, número, data de emissão e data de validade.
269	O sistema deve possibilitar o controle das aquisições de materiais e serviços feitas pela instituição.
270	O sistema deve possibilitar o cadastro das demandas/solicitações de compras da instituição por departamento demandante, permitindo informar os itens que compõem o objeto, unidades de medida, quantidades estimadas e valores estimados, quando houver.
271	Permitir a consulta completa dos dados da demanda/solicitação de compras.
272	Emissão da solicitação de compras no formato PDF.
273	Possibilitar o acompanhamento do processo, desde a formalização da demanda, os trâmites para aquisição, a compra propriamente dita até a chegada do material ou serviço ao seu destino.
274	Durante a criação da demanda/solicitação de compras o sistema deve permitir a indicação dos créditos orçamentários com os quais a despesa será realizada, bem como verificar a compatibilidade da natureza econômica com os itens previstos no objeto.
275	O sistema deve apresentar as dotações orçamentárias vinculadas à unidade orçamentária do departamento demandante.
276	Permitir a inserção em lotes de materiais ou serviços à solicitação de compras, por meio de importação de planilhas ou outros meios.
277	Ao concluir o cadastro da solicitação de compras deve ser possível liberá-la para as demais etapas do processo de compras.
278	Permitir o controle das solicitações de compras encaminhadas pelos departamentos demandantes.
279	Permitir que as solicitações de compras sejam avaliadas por comissões de controle, caso existam, podendo ser aprovadas ou reprovadas, conforme avaliação pelo menos das comissões de controle de gastos e de viabilidade na LOA.
280	Possibilitar a criação de processo de compras a partir das solicitações de compras realizadas, de forma integrada, podendo realizar o agrupamento de solicitações de vários departamentos em um único processo de compras.
281	Possibilitar a consulta do processo de compras.
282	O andamento da solicitação deve ser automático, sem necessidade de ações complementares para sua tramitação, ficando disponível para uso assim que a etapa anterior for concluída.
283	Permitir a abertura de intenção de registro de preços.
284	Permitir a criação de estimativas para registro de preços pelos departamentos demandantes.
285	O sistema deve gerenciar o registro de preços, apurando automaticamente o quantitativo total estimado, preservando a quantidade estimada por cada departamento demandante e possibilitando a cedência entre os demandantes, quando couber.
286	O sistema deve possuir atalhos que permitam acessar a próxima etapa de lançamentos durante o processo de compras.
287	Permitir o cadastro de pesquisa de mercado.
288	Permitir emissão de solicitação de orçamento nos formatos PDF e XLS.
289	Permitir a importação dos valores preenchidos no orçamento, quando em formato XLS.
290	Permitir a emissão de relatório contendo o valor estimado para contratação calculado conforme a pesquisa de mercado.
291	Permitir a emissão de mapa de valores que compõem a pesquisa de mercado.
292	Permitir o registro e julgamento dos orçamentos.
293	Emissão do mapa das propostas julgadas.
294	Permitir a publicação de aviso de contratação direta no PNCP por meio de integração por API.
295	Permitir a publicação de resultado de contratação direta no PNCP por meio de integração por API.
296	Emissão de autorização de empenho ou pré-empenho.
297	A área de compras deve ser totalmente integrada à área financeira, devendo a autorização de empenho ou pré-empenho ficar imediatamente disponível para realização do empenho da despesa.
298	A área de compras deve ser totalmente integrada à área financeira, devendo a autorização de empenho ou pré-empenho realizar reserva imediata do saldo orçamentário.
299	Possibilitar a realização de reserva de saldo orçamentário no momento da formalização da demanda/solicitação de compras.

300	Permitir a emissão de ordem de compra para os empenhos realizados.
301	Permitir a consulta da ordem de compras.
302	Permitir a emissão da ordem de compras no formato PDF.
303	A emissão de ordem de compras deve ser totalmente integrada aos empenhos.
304	A ordem de compras deve ser totalmente integrada ao almoxarifado, permitindo realizar o recebimento dos materiais comprados.
305	O sistema deve possuir regras de consistência de cronologia, garantindo o correto registro dos fatos.
306	Permitir a emissão da solicitação de compras no formato PDF.
307	Permitir a emissão de relatório de controle de movimentações da ordem de compras.
308	Permitir a emissão de lista de materiais e serviços cadastrados, contendo, mas não se limitando, código, descrição, unidade de medida, natureza econômica.
309	Permitir a emissão da solicitação de parecer contábil com base na demanda/solicitação de compras cadastrada.
310	Permitir a emissão de parecer de disponibilidade orçamentária.
311	Emissão de relatório de contratações diretas por departamento demandante e categoria da aquisição.
LICITAÇÕES E CONTRATOS	
Descrição	
312	O sistema deverá estar de acordo com a lei 14.133/21 e suas posteriores alterações.
313	Permitir o controle e manutenção do cadastro de fornecedores e de seus representantes legais.
314	Permitir registrar fornecedores bloqueados para compras públicas e desbloquear conforme for necessário.
315	Permitir notificar os fornecedores através de email sobre tramitação de processos.
316	Permitir a emissão de relatório de fornecedores bloqueados.
317	Permitir o cadastro de decreto regulamentador do pregão.
318	Permitir o cadastro de decreto regulamentador do registro de preços.
319	Permitir o cadastro da regulamentação da LCP 123/2006
320	Possibilitar o cadastro de comissão de licitações, permanente ou especial, bem como os seus integrantes.
321	Permitir o lançamento dos procedimentos licitatórios e seus instrumentos auxiliares.
322	Permitir o lançamento dos procedimentos licitatórios em conformidade com a Lei 13.303/2016.
323	A área de licitações e contratos deve ser totalmente integrada à área de compras, sendo possível utilizar todos os dados do processo de compras, iniciado com a formalização da demanda, desde que o mesmo possua pesquisa de mercado. A integração não pode necessitar de ações adicionais.
324	Permitir o acompanhamento de todo o processo licitatório por meio de consultas.
325	Permitir o cadastro das propostas dos participantes da licitação.
326	Permitir o julgamento das propostas para definição do vencedor, abrangendo os tipos de julgamento, critérios de julgamento e critérios de adjudicação apresentados na lei 14.133/21.
327	Permitir a integração com duas ou mais plataformas de julgamento eletrônico de procedimentos licitatórios. As integrações devem comportar a publicação do processo e importação do resultado da apuração de lances.
328	Permitir gerenciamento de Pregões Presenciais, lançamento de propostas e apuração da etapa de lances, contendo relatórios que permitam visualizar o mapa de lances, vencedores, desclassificados, inabilitados e outras informações pertinentes ao certame, sendo totalmente integrado ao fluxo de lançamentos da licitação, em aplicação única e base de dados única, garantindo a integridade dos dados.
329	Permitir o cadastro dos documentos de habilitação dos fornecedores, contendo número, data de emissão e validade de pelo menos os seguintes documentos: Certidão de regularidade do INSS, certidão de regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
330	Emissão de relatórios pertinentes ao julgamento do procedimento licitatório, como mapa das propostas, classificação de fornecedores, vencedores da licitação entre outros.
331	Permitir a emissão do documento de adjudicação e homologação dos procedimentos licitatórios.
332	Permitir o gerenciamento de itens reservados e divisão de cotas para ME/EPP, conforme LCP 123/2006.
333	Integração total com a área de compras permitindo a emissão da autorização de empenho ou pré-empenho para a nota de empenho utilizando os dados do procedimento licitatório homologado.
334	Permitir consultar on-line a situação (se existem dívidas), junto ao município, dos fornecedores.
335	Permitir Controle de registro de preços.
336	Relatórios para gerenciamento de saldo de registro de preços.
337	Permitir cadastro de prorrogação de vigência de registro de preços, conforme a lei 14.133/21.
338	Permitir o lançamento de movimentações do registro de preços, como desistência, reequilíbrio e bloqueio apenas de itens específicos.

339	Permitir o cadastro de pareceres.
340	O sistema deve conter regras compatíveis com os manuais e documentos de especificações, aplicáveis às licitações e contratos, disponíveis no portal SICOM-MG.
341	Possibilitar o gerenciamento e geração dos arquivos e remessas de envios dos procedimentos licitatórios no módulo Edital e Licitação do portal SICOM-MG, conforme IN 02/2023 e IN 01/2024 do tribunal de contas de Minas Gerais.
342	Permitir a geração de dois ou mais procedimentos licitatórios, independente do seu tipo ou modalidade, em uma única remessa para o envio do módulo Edital e Licitação do SICOM.
343	Ao gerar a remessa para envio do módulo Edital e Licitação do SICOM, permitir ao usuário visualizar a quantidade de dias de prazo para envio, conforme as 02/2023 e IN 01/2024, bem como o usuário deve ser alertado caso ultrapasse o prazo estabelecido.
344	O sistema deve ser integrado ao Portal Nacional de Contratações Públicas por meio de API, atendendo aos requisitos técnicos
345	disponíveis no manual de integração do PNCP, publicado no sítio eletrônico oficial do PNCP, conforme a lei 14.133/21.
346	Permitir a publicação de dois ou mais Editais ou Avisos de Contratação durante um único acionamento de envios para o PNCP.
347	Permitir o completo registro dos atos do procedimento licitatório como reclassificação de fornecedores, anulação de itens, licitação deserta, frustrada, fracassada, anulada ou revogada.
348	Permitir o gerenciamento de editais de chamamento público, compreendendo a sua característica de fornecimento paralelo e não excludente.
349	Permitir cadastrar contratos decorrentes de procedimentos licitatórios, onde os itens e valores homologados, detalhes de créditos orçamentários e demais informações apuradas durante o processo devem ser apresentados automaticamente, sem necessidade de importação ou demais procedimentos.
350	Permitir inclusão de contratos manuais para casos específicos, procedimentos licitatórios realizados por outros órgãos ou contratos não decorrentes de licitações.
351	Permitir controlar Aditamentos e Apostilamentos em contratos, conforme estabelecido na lei 14.133/21.
352	Permitir controle de saldos de contratos.
353	Permitir a consulta completa de contratos, bem como do processo que os deu origem, contendo dados sobre o termo inicial do contrato, suas alterações, o saldo atual e sua rescisão.
354	Controle de Acordos a Vencer, devendo o sistema notificar ao usuário com no mínimo 60 dias sobre o vencimento do contrato, bem como possibilitar a visualização de quantidade de dias até o vencimento.
355	A notificação de contratos a vencer deve deixar de ser mostrada após a indicação da providência adotada.
356	Gerenciamento de reajuste de valores conforme critérios de reajuste previstos em contrato, possibilitando notificação ao gestor de contratos.
357	Permitir rescindir contratos.
358	Permitir gerar autorizações de empenhos a partir de contratos vigentes.
359	Permitir emissão de relatório que demonstre a execução do contrato.
360	Permitir a emissão de extrato de contrato.
361	Os contratos devem estar totalmente integrados ao PNCP, permitindo publicação de dois ou mais contratos em um único acionamento para envio.
362	Possibilitar a publicação de instrumentos contratuais como termo de credenciamento e nota de empenho.
363	Permitir a publicação de termos de aditivo, aditivo e rescisão ao PNCP, bem como seus anexos.
364	Permitir a publicação de atas de registro de preços ao PNCP.
ALMOXARIFADO	
Descrição	
365	Permitir o controle e administração de materiais de consumo, patrimonial e serviços, controlando diversos almoxarifados integrados com o departamento de compras.
366	Permitir a criação de vários almoxarifados, sendo que o acesso a cada um deles deverá depender da permissão dos usuários.
367	Possibilitar o controle de toda movimentação de entrada, saída, devolução, prazo de validade e transferência de materiais no estoque.
368	Possibilitar gerenciar a necessidade de reposição de materiais através do ponto de pedido.
369	O sistema deve apresentar notificação para materiais em ponto de pedido.
370	Permitir a saída de materiais do almoxarifado somente com requisição emitida pelo sistema.
371	Deverá ter um controle de doação e devolução de mercadorias.
372	Permitir controlar os limites mínimos e de reposição de saldo físico em estoque.
373	Permitir a gestão de inventário físico.
374	Permitir a emissão de relatório de inventário físico contábil.
375	Emitir relatório de itens.

376	Emitir relatório de saída de materiais por departamento, com integração com o controle de custos.
377	Possuir gama de relatórios de controle e de movimentações dos almoxarifados.
378	O sistema deve realizar garantias sobre a cronologia das movimentações de entrada e saída dos almoxarifados, garantindo a consistência dos saldos e integridade dos dados.
379	O almoxarifado deve ser totalmente integrado às áreas de compras.
380	As ordens de compra emitidas pelos setores de compras devem ficar disponíveis para que os materiais sejam recebidos nos almoxarifados, de forma integrada, sem a necessidade de ações adicionais, disponibilizando os itens descritos na ordem de compras para que sejam recebidos.
381	Permitir o recebimento integral ou parcial dos materiais solicitados.
382	O recebimento dos materiais no almoxarifado deve ser requisito para que seja realizada a liquidação.
383	Os materiais recebidos no almoxarifado devem ser disponibilizados para liquidação de forma totalmente integrada, não sendo
384	necessárias ações adicionais.
PATRIMÔNIO	
Descrição	
385	Possibilitar que o módulo de materiais possa automaticamente avisar ao usuário do módulo de patrimônio a chegada (entrega pelo fornecedor) de bens na instituição. O processamento, ou seja, a inclusão destes bens no patrimônio do município seja de forma automática, evitando que o usuário do setor de patrimônio digite novamente os dados dos bens, informando apenas sua classificação patrimonial.
386	Possibilitar a inclusão de bens individuais ou por lote, de forma que mantenham a sequência de placas informada.
387	Permitir que o usuário opte por emplacar os bens de forma manual ou que o sistema gere automaticamente conforme o tombamento.
388	Permitir o registro de dispensas de tombamento.
389	Cadastro de centro de custos conforme orçamento do município. Permitir transferência de bens, mantendo o histórico.
390	Possibilitar o controle e a manutenção de todos os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio da prefeitura, permitindo de maneira rápida, o cadastramento, a classificação, a movimentação, baixa, localização e o inventário.
391	Possibilitar o cadastramento de maneira que possa permitir o agrupamento conforme a natureza do bem.
392	Permitir inserção de fotos vinculadas aos bens cadastrados.
393	Permitir efetuar a depreciação e reavaliação dos bens individualmente ou global por natureza ou item.
394	Possibilitar a emissão de relatório por número, itens, localização, secretaria/departamento, classe, unidade responsável, por tipo e por grupo.
395	Possibilitar emissão de termo de responsabilidade por departamento.
396	Possibilitar emitir relação de inclusões, baixas, reavaliações, transferência por item ou por localização.
397	Permitir o cadastro de Guarda de Bens Individuais, com emissão de relatório e possibilitar registro de devolução do bem.
398	Possibilitar atualização financeira automática do patrimônio.
399	O cadastro do bem no patrimônio deve ser requisito para que seja realizada a liquidação.
FROTAS	
Descrição	
400	Que o sistema tenha a administração de toda frota de veículos da instituição.
401	Possibilitar gerenciar os gastos dos veículos da instituição.
402	Permitir controlar o consumo de combustível e média por veículo.
403	Permitir gerenciar os custos por unidade de veículo e por centro de custos.
404	Permitir controlar serviços, peças e acessórios efetuados nos veículos, assim como a garantia das mesmas.
405	Permitir a importação de gastos relacionados a combustíveis através de planilha, a fim de otimizar a inclusão de mais lançamentos de uma vez só.
406	Permitir utilização dos itens do empenho para informar a placa do veículo e dados do abastecimento.
407	Permitir controlar as licitações de combustíveis, informando a quantidade licitada gasta e o saldo restante.
408	Permitir controlar a validade da carteira de habilitação dos motoristas cadastrados.
409	Possibilitar a emissão de relatório de gastos de veículo por período.
410	Possibilitar o cadastro dos dados relacionados a Transporte Escolar a fim de atender a exigência do TCE-MG através do Sicom Acompanhamento Mensal.
411	Possibilitar o cadastro de veículos por unidade orçamentária, para melhor organização, possibilitando a transferência de veículos quando necessário.
OBRAS	

Descrição	
412	Permitir cadastro do objeto das obras realizadas pela instituição.
413	Permitir o acompanhamento das obras por meio do cadastro das situações de andamento da obra.
414	Permitir o cadastro das medições das obras realizadas pela instituição.
415	Possibilitar a gestão e geração de remessas para prestação de contas das movimentações das obras por meio do módulo Execução de Obras e/ou Serviços de Engenharia do SICOM/SISOP-MG.
416	Permitir o cadastro do detalhamento de itens da obra, conforme tabelas Sicro, Sinapi e outras tabelas oficiais utilizadas na planilha orçamentária, de acordo com a nota de esclarecimento 01/2023 do SISOP-MG.
417	Permitir emissão de relatório para conferência das Obras com o status de andamento e medições vinculadas.
418	Gestão das obras desde a contratação, acompanhamento das situações, entrega de medições, entrega provisória até a entrega definitiva.
CONTRATAÇÃO DIRETA	
Descrição	
419	Permitir o cadastro de contratação direta;
420	Permitir informar o objeto da contratação direta;
421	Permitir informar a base legal (dispensa ou inexigibilidade);
422	Permitir vincular o número do processo à contratação direta;
423	Permitir definir o prazo de recebimento de propostas;
424	Permitir definir a abrangência da contratação direta (restrita aos convidados ou aberta);
425	Permitir definir se o fornecedor pode substituir a proposta enviada;
426	Permitir definir se o fornecedor pode retirar a proposta enviada;
427	Permitir salvar a contratação direta como rascunho antes da publicação;
428	Permitir publicar a contratação direta para recebimento de propostas;
429	Permitir editar a contratação direta;
430	Permitir pesquisar e vincular processos existentes durante o cadastro;
431	Permitir anexar documentos do edital à contratação direta;
432	Permitir remover documento do edital;
433	Permitir o versionamento dos documentos do edital, mantendo as versões anteriores;
434	Permitir ao fornecedor convidado baixar os documentos do edital;
435	Permitir o envio de convite por email com anexos;
436	Permitir o reenvio do convite ao fornecedor;
437	Permitir o acesso do fornecedor por link exclusivo, sem cadastro prévio;
438	Permitir o registro da data de envio de cada convite;
439	Permitir ao fornecedor enviar proposta com valor e arquivos;
440	Permitir ao fornecedor substituir a proposta enviada, quando permitido;
441	Permitir ao fornecedor retirar a proposta enviada, quando permitido;
442	Permitir ao fornecedor consultar suas propostas e o histórico de envios;
443	Permitir a emissão de comprovante de envio com número de protocolo e código de verificação;
444	Permitir ao fornecedor baixar o comprovante de envio em PDF;
445	Permitir limitar a frequência de envios para conter abuso e envio automatizado;
446	Permitir o recebimento das propostas de forma lacrada, com valor e arquivos cifrados;
447	Permitir que o conteúdo das propostas permaneça inacessível até a sessão de abertura;
448	Permitir o acompanhamento das propostas recebidas sem revelar seu conteúdo;
449	Permitir a verificação de integridade dos arquivos recebidos, acusando conteúdo adulterado;
450	Permitir o registro do primeiro acesso a cada arquivo de proposta;
451	Permitir a realização da sessão de abertura das propostas;
452	Permitir o registro de quem realizou a abertura e quando;
453	Permitir a liberação das propostas para análise após a abertura;
454	Permitir a visualização do mapa de propostas ordenado por valor;
455	Permitir a prorrogação do prazo de recebimento de propostas, preservando o prazo original;

456	Permitir o encerramento automático do recebimento no vencimento do prazo;
457	Permitir a publicação de errata numerada, com justificativa;
458	Permitir indicar se a errata afeta a formulação das propostas;
459	Permitir a prorrogação do prazo em decorrência da errata;
460	Permitir a notificação automática dos convidados sobre a errata publicada;
461	Permitir a consulta da trilha de atos da contratação direta (cadastro, protocolo, acesso, prazo, abertura e errata);
462	Permitir a exportação da trilha de atos em PDF;
463	Permitir o acompanhamento das propostas recebidas em tempo real;
464	Permitir a ativação da contratação direta por instituição;
465	Permitir que cada instituição visualize apenas suas próprias contratações diretas;
466	Permitir restringir a gestão da contratação direta a usuários internos;
ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	
Descrição	
467	Investir no ato de admissão, o cadastramento de servidores em diversos regimes jurídicos, tais como: Celetistas, Estatutários, Contratos Temporários, comissionados, estagiários, entre outros
468	Lançar Quinquênio após leitura de (cinco) anos de efetivo exercício
469	Permitir a efetivação do estagiário inserindo data de início e de fim de contrato e inserindo no sistema de folha de pagamento;
470	Permitir que as informações dos estagiários sejam salvas de forma sequencial, onde caso o estagiário seja recontratado, os dados possam estar armazenados para serem reutilizados
471	Permitir a geração do SIOPE - Prestação de Contas Fundeb
472	Emitir relatórios não engessados, passíveis de busca de dados que atendam a necessidade em tempo real
473	Permitir o cadastramento de todos os cargos do quadro de pessoal com referência Salarial Inicial, Quantidade de vagas criadas e Lei de criação
474	Permitir a gestão de múltiplas entidades, mantendo a independência de informações de cada uma delas
475	Disponibilizar, a critério do usuário, opção para que as matrículas dos servidores possam ser cadastradas em sequência
476	Permitir liberação das funcionalidades por usuário e com controle de acesso restrito por entidade, permitindo acesso exclusivo das informações por entidade
477	Permitir cálculo de valores previdenciários de Fundo de Previdência (RPPS), tais como valores patronais, retidos e suplementares
478	Permitir cálculo de valores previdenciários de Fundo de Previdência (RGPS), tais como valores patronais e retidos
479	Permitir o cálculo para mais de um Fundo de Previdência, caso a entidade tiver, bem como a emissão por fonte de recurso da guia de recolhimento por Fundo de Previdência
480	Manter histórico por usuário do sistema, referente aos registros de inclusão, alteração e exclusão, do cadastro de servidores e de seus dependentes, bem como de lançamentos variáveis, fixo, afastamentos, faltas, férias e rescisões
481	Deverá possuir tela de consulta dos registros, por usuário e período, contendo, no mínimo, as informações de nome do usuário, data, horário e a informação do conteúdo incluído, alterado e excluído
482	Permitir o cadastro de servidores que possuem mais de um vínculo com a entidade, vinculando cada contrato ao seu Regime de Previdência (RPPS ou RGPS)
483	Deverá, ainda, para servidores que possuem mais de um contrato de trabalho com entidade, realizar o acúmulo de bases de encargos para Previdência (RPPS ou RGPS) e IRRF, bem como o cálculo dos encargos de retenção do servidor e encargos patronais da entidade
484	Disponibilizar mecanismo para realização da cópia do Registro de Contrato do servidor ativo e demitido, duplicando todos os dados anterior de contrato de trabalho do servidor em um novo contrato
485	Permitir, a partir da cópia, realizar as alterações dos dados que foram copiados, efetivando o novo registro de contrato do servidor
486	Permitir cadastro de beneficiários de pensão alimentícia, utilizados nos processos de folha mensal, férias e ° salário
487	Permitir que no cadastro de pensão o usuário possa definir se o cálculo será efetuado com fórmula ou com valor fixo
488	Os valores descontados de pensão alimentícia do funcionário devem ser enviados de forma automática para o eSocial
489	Disponibilizar o cadastro de Plano de Saúde, flexibilizando a definição das regras de cálculo da mensalidade por valor fixo por titular e dependentes
490	Os valores descontados do Plano de Saúde do funcionário devem ser enviados de forma automática para o eSocial
491	Possuir rotina para lançamento de Rescisões de forma individual e coletiva
492	Permitir o registro de servidores que possuem vínculo empregatício em outras empresas, permitindo informar o CNPJ da empresa, o valor da base de contribuição, a categoria de trabalhador para o eSocial
493	Deverá realizar o cálculo mensal do servidor que possui múltiplo vínculo, acumulando a base de contribuição de todos os vínculos, respeitando o limite máximo de desconto do INSS de acordo com a tabela oficial do INSS

494 Dispor de rotina de importação de arquivo texto para movimento variável

495	Permitir o lançamento de mais de um período de gozo para o mesmo período aquisitivo de férias, controlando o saldo restante dos dias de férias
496	Deverá dispor de opção para o cálculo do Aviso Prévio indenizado de forma automática, bem como a emissão do Termo de Rescisão nos moldes da CLT
497	Garantir a disponibilidade e segurança das informações históricas das verbas e valores de todos os pagamentos e descontos realizados por competência
498	Permitir o lançamento de gozo de licença prêmio, devendo o sistema realizar a mudança de rubrica de forma automática
499	Permitir o cálculo para pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionistas, tratando adequadamente os diversos regimes jurídicos, pensões e benefícios, permitindo re-cálculos gerais, parciais ou individuais
500	Possuir rotina de bloqueio do cálculo mensal (fechamento), não permitindo aos usuários do sistema realizar movimentações que afetem o resultado do cálculo já fechado
501	Deverá permitir o desbloqueio do cálculo(cancelamento do fechamento), somente para o usuário autorizado pelo administrador
502	Permitir a geração de informações mensais para Tribunal de Contas do Estado (TCE/MG) - SICOM FOLHA
503	Permitir formatação e geração de arquivos para crédito bancário
504	Permitir registrar exposição do trabalhador aos agentes nocivos
505	Permitir a parametrização das rubricas do eSocial com a bases legais (IRRF, INSS, FGTS e RPPS) e o respectivo envio ao eSocial
506	Registrar e controlar desconto em folha de pagamento originado de empréstimos consignados, contendo no mínimo a quantidade de parcelas e a data final da última parcela, bem como deduzir automaticamente as parcelas que forem pagas
507	Permitir a geração de folha de pagamento municipal e possibilitar o controle de fichas financeiras
508	Possuir rotina de manutenção da tabela de códigos com fórmulas e cálculos totalmente definíveis pelo usuário e permitir a manutenção de tabelas de IRRF, Previdência e composição das bases de cálculos Cadastro de lotações vinculadas ao orçamento
509	Permitir o controle, concessão e desconto de vale-transporte
510	Permitir o cadastro de funcionários vinculados ao cadastro geral do município
511	Possuir rotina que permita realizar o reajuste salarial por cargo ou geral, permitindo realizar este ajuste por percentual e valor informado
512	Permitir a consulta da ficha financeira do funcionário de qualquer mês do ano
513	Possuir registro de Dependentes dos servidores para a realização de cálculos da folha de pagamento, referentes a benefícios e encargos, devendo ainda realizar a baixa automática da relação de dependência quando atingir o limite de idade configurado pelo usuário
514	Permitir manutenção do ponto do funcionário por salário, adiantamento, rescisão, complementar, férias e 13º salário
515	Permitir a geração da folha de salário, adiantamento, rescisão e 13º salário de apenas um funcionário, ou intervalo de funcionários, ou uma lotação, ou intervalo de lotações ou geral
516	Possibilitar o controle de férias e possibilitar o controle de 13º Salário
517	Permitir a emissão de relatórios de funcionários por órgão, por lotação ou geral
518	Permitir emissão de relatório de admitidos/demitidos por órgão, lotação ou geral, em ordem numérica ou alfabética.
519	Relatório definível, onde o usuário seleciona os campos do cadastro de funcionários.
520	Permitir emissão de etiquetas para cartão ponto.
521	Permitir emissão de relatório da folha sintético ou analítico, geral, de intervalo de órgãos, de intervalo de lotações, ou de uma matrícula, em ordem numérica ou alfabética.
522	Permitir a emissão de relatório da ficha financeira de qualquer ano, geral, por lotação ou matrícula.
523	Permitir gerar em meio magnético todos os servidores admitidos e demitidos no mês (CAGED).
524	Possibilitar a geração de informações referentes a folha de pagamento em arquivo para crédito em banco do interesse da prefeitura
525	Permitir a emissão de relatórios tais como IRRF, FGTS, Previdência
526	Permitir a geração automática da RAIS e DIRF e comprovantes de rendimento
527	Permitir a emissão de Contracheques em impressão laser
528	Possibilitar a emissão de relatórios resumidos de totais por rubrica, totais por desconto e permitir emitir relatório de total da folha analítica
529	Permitir emitir relatório de total da folha sintética, por lotação, por vínculo, cor cargo e local de trabalho.
530	Permite realizar seleções de diversos tipos nos relatórios e rotinas da folha de pagamento.
531	Possibilitar a emissão de relatórios para pagamentos em dinheiro, em cheque ou crédito em conta.
532	Permitir a emissão do resumo da folha de pagamento e demais relatórios para empenho junto ao setor de contabilidade.
533	Permitir empenhamento automático junto ao setor de contabilidade apontando as dotações com saldo e as sem saldo para suplementação.

534	Permitir a emissão das consignações da folha de pagamento listando individualmente os beneficiados.
535	Permitir a integração com sistemas de controles de consignações.
536	Permitir a integração com sistemas de controle de vales refeição e alimentação.
537	Permitir importar lançamentos de rubricas através de planilhas.
538	Permitir a importação do ponto eletrônico através de arquivos.
539	Permitir a atualização automática de salários e demais eventos conforme plano de carreira do funcionalismo e legislação vigente.
540	Permitir a emissão de relatórios referentes ao cadastro geral de funcionários ordenados da forma que administração municipal determinar incluindo todos os dados.
541	Controle da ficha funcional dos servidores, com a finalidade de agilizar a consulta, emitir a portaria dos atos e emissão de grade e certidão de tempo de serviço.
542	Permitir o cadastro de assentamentos e permitir o cadastro de afastamentos.
543	Permitir emissão de Portarias (férias, nomeação, gratificação, função gratificada e avanços).
544	Permitir atos de Admissão - Todas as informações referentes a admissão do servidor, tais como o concurso prestado, colocação neste concurso, data de publicação do concurso, cargo, etc.
545	Permitir inserir dados curriculares - cadastro de todos os cursos, eventos que o servidor participou.
546	Cadastro de Protelações e Averbações - cadastro dos atos que protelam ou averbam para o cálculo de avanços, gratificações, férias, etc.
547	Gerar Grade de efetividade - emissão da grade do tempo de serviço do servidor, incluindo os tempos averbados de empresas privadas ou outros serviços públicos.
548	Permitir a emissão de certidão de Tempo de Serviço - emissão da certidão comprobatória do tempo de serviço do servidor, baseado nos atos que o servidor teve durante a sua vida funcional, devendo estar dentro do padrão aceito pelo Tribunal de Contas do Estado.
549	Envio das obrigações do eSocial (eventos S-2200, S-2300, S-2230, S-2299, S-2399, S-1200, S-1202 dentre outros).
550	Possuir rotina que permita a consulta dos Eventos enviado pelo ao esocial, permitindo o acompanhamento do processamento dos Eventos através dos status, listando, no mínimo, os Eventos com status Enviado, Erro no Envio, Processando Envio e Pendente de Envio, bem como a quantidade de registros (Eventos).
551	A consulta dos Eventos deve dispor de opções de filtro por Período, CPF do Empregado, Tipo de Evento e O Tipo de Status do Processamento do Evento.
552	Permitir consulta de valores previdenciários enviados ao esocial.
553	Deverá ainda, para os eventos rejeitados exibir a mensagem com o motivo pelo qual o evento foi rejeitado.
554	Dispor de rotina para reenviar de forma individual os eventos do eSocial que apresentaram inconsistências.
555	Deverá assinar digitalmente os arquivos de eventos em formato XML através de Certificado Digital A1.
556	Permitir o acesso ao Portal do Servidor (via web) com login/senha.
557	Deverá criar o acesso ao portal do servidor de forma automática ao incluir uma nova matrícula.
558	Permitir controle da disponibilidade das informações para consulta, por competência e Tipo de Cálculo.
559	Permitir consulta e emissão do Contracheque e dados cadastrais mediante identificação do login e senha, por servidor.
560	Possuir integração com o SIAFIC das operações que refletem em ações contábeis no município.

NOTA FISCAL ELETRÔNICA

Descrição

561	Permitir configurar cadastro de usuários e criação de perfis de acesso.
562	Permitir configurar parâmetros com dados da prefeitura, datas de validades, prazos de emissão, conforme legislação vigente.
563	Permitir selecionar "layout" de documentos.
564	Possibilitar a integração com o Sistema Informação Gerencial da Prefeitura Municipal; permitir cadastro online de prestadores, tomadores e eventuais.
565	Permitir o cadastro individualizado dos usuários por inscrições econômicas.
566	Possibilitar acesso por login e senha; permitir trocar senha pelo usuário.
567	Permitir a Autorização de Impressão de Documento Fiscal (AIDOF) de forma eletrônica e exclusiva para NFS-e (AIDOF-e).
568	Disponibilizar portal de Internet com página de manuais de ajuda ao prestador de serviços e link para acesso a legislação referente a NFS-e.
569	Gerar relatório com as guias não pagas ou pagas fora do prazo.
570	Permitir a inserção e/ou exclusão de agentes fiscais, alteração de senhas dos agentes fiscais cadastrados.
571	Permitir a inserção de novas senhas e alteração para os contribuintes.

572	Permitir a inserção de níveis de acesso aos agentes fiscais às modalidades do sistema.
573	Apresentar controle das atividades prestadas no município (LC116/2003, CNAE ou Tributação Municipal) e suas alíquotas.
574	Apresentar inserção, alteração e/ou exclusão das atividades cadastradas e suas alíquotas; permitindo o vínculo de uma ou mais atividades ao cadastro dos contribuintes; bem como alterar o status do contribuinte, ex: ativo, inativo.
575	Possibilitar ao agente fiscal impedir a emissão das notas e/ou declarações a um determinado contribuinte após as datas estabelecidas.
576	Permitir o envio de e-mails com as liberações feitas no sistema pela prefeitura.
577	Permitir a inclusão do brasão da prefeitura que aparecerá em todos os documentos.
578	Disponibilizar manuais de utilização.
579	Permitir a emissão de guia avulsa de pagamento.
580	Gerar relatório completo de arrecadação por período.
581	Gerar relatório detalhado da declaração mensal por contribuinte, listando serviços prestados, serviços tomados e números de nota.
582	Gerar relatório de competências não declaradas por contribuinte.
583	Permitir acesso ao sistema através de login e senha.
584	Possibilitar a declaração do valor de demais serviços e/ou deduções que não sejam serviços, como: valor de mercadorias, retenção de ISS manualmente, retenção de INSS e de IR, descontos, entre outros.
585	Integrar sistema de nota fiscal eletrônica com Ambiente de Dados Nacional permitindo a integração entre os sistemas e consulta das notas emitidas no padrão nacional.
586	Permitir automaticamente calcular o valor total e valor do ISS mediante ao preenchimento dos demais campos.
587	Disponibilizar ferramenta para emissão de nota fiscal sendo o contribuinte pessoa física.
588	Disponibilizar dados de UF de acordo com o IBGE.
589	Permitir a geração de senha através de e-mail de cadastro do contribuinte.
590	Permitir ao contribuinte fazer alteração nos dados cadastrais informados, como: e-mail, senha, e logomarca, possibilitar o bloqueio de alteração de CNPJ/CPF e Razão Social.
591	Permitir a consulta e/ou cancelamento de notas fiscais por período.
592	Bloquear a alteração de dados na nota já emitida.
593	Oferecer possibilidade de cadastro de contribuintes de fora do município para incluir e gerar guia de arrecadação quando o ISSQN for devido no município.
594	Apresentar consulta por competência das notas fiscais.
595	Permitir a pesquisa de NF emitidas anteriormente, podendo efetuar a impressão das mesmas em formato PDF ou XML.
596	Apresentar o número de NF já emitidas.
597	Apresentar consulta de notas fiscais por número, dados do contribuinte, tomador e período.
598	Exportar as notas fiscais eletrônicas emitidas por mês e ano, para um arquivo no formato XML.
599	Permitir a Declaração Mensal de Serviços -DMS.
600	Permitir o encerramento de competência de prestadores e tomadores individuais ou por ato geral dos fiscais da prefeitura.
601	Gerar guia de pagamento por competência escolhida pelo prestador e tomador, dando a opção de escolha na geração da guia de forma individual ou de encerramento da competência.
602	Permitir calcular de forma automática o valor total da guia gerada bem como a incidência de multa sobre o valor da guia caso a mesma esteja sendo gerada fora dos vencimentos estabelecidos pelo ÓRGÃO SOLICITANTE.
603	Gerar guia no padrão FEBRABAN de acordo com o convênio de impressão e pagamento via Internet Banking.
604	Gerar uma segunda via possível de impressão.
605	Permitir o fechamento e consulta do livro digital do contribuinte por competência.
606	Permitir acesso do contador, através de seu CNPJ/CPF e senha, para efetuar a consulta das notas emitidas
607	Permitir ao contador emitir NF do seu cliente, no qual presta serviços de contabilidade, com preenchimento de formulário com as informações de uma nota fiscal convencional.
608	Exportar as notas fiscais eletrônicas emitidas por mês e ano, para um arquivo no formato XML.
609	Permitir que o contador selecione um cliente na hora de executar atividades como consultar nota fiscal de serviços eletrônica, fechar livro fiscal e gerar guia.
610	Permitir o cadastro das atividades bancárias e suas respectivas contas (DESIF), a inserção alteração e exclusão de atividades bancárias no sistema.
611	Permitir as Instituições Financeiras fazerem alteração nos dados cadastrais informados, como: e-mail e senha.
612	Permitir a declaração mensal de serviços prestados.
613	Permitir o encerramento de competência.

614	Permitir reemissão de guias.
615	Permitir o fechamento e consulta do livro digital do contribuinte por competência.
EDUCAÇÃO	
Descrição	
616	Permitir os cadastros de Áreas de Trabalho por Nível de Ensino.
617	Permitir a configurações de Cadastros Compartilhados.
618	Permitir a emissão de Relatórios Comparativos.
619	Permitir a emissão de Relatórios por Escola.
620	Permitir a configuração do Sistema.
621	Permitir a criação de Calendário Escolar.
622	Permitir as configurações de Cadastros Compartilhados.
623	Permitir o cadastro de Níveis de Ensino.
624	Permitir o cadastro das Atividades desempenhadas na Escola, identificando os professores e demais funcionários.
625	Permitir o cadastro da Documentação exigida para controle das mesmas.
626	Permitir o cadastro para definição do calendário escolar.
627	Permitir o cadastro de motivos para exclusão de matrículas para possibilitar a gerência.
628	Permitir o cadastro dos Períodos de Aula para definição das turmas.
629	Permitir o cadastro dos períodos de avaliação.
630	Permitir o cadastro de Regime de Matrícula, ex.: Seriado, Totalidades, etc.
631	Permitir o cadastro Regimes de Trabalho, identificando as horas.
632	Permitir o cadastro da descrição dos resultados para identificação dos mesmos.
633	Permitir o cadastro de eventos para identificação e formação do calendário de cada escola.
634	Permitir o cadastro dos turnos para identificação das turmas.
635	Permitir o cadastro dos Vínculos.
636	Permitir o cadastro dos níveis de ensino com a identificação das disciplinas.
637	Permitir o cadastro das etapas de ensino, identificando o regime de matrícula de cada etapa, bem como o código da tabela do censo que será informado na geração e integração com o MEC.
638	Permitir o cadastro dos Tipos de Cursos com identificação do nível de ensino.
639	Permitir o cadastro dos componentes disciplinares, identificando o código na tabela do censo ao qual será gerado.
640	Permitir integração com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).
641	Permitir gerar a efetividade dos recursos humanos da escola.
642	Comparativo entre escolas no que refere-se ao aproveitamento geral por disciplinas. Comparativo entre escolas no que refere-se ao aproveitamento geral por série. Comparativo entre escolas no que refere-se a frequência por séries.
643	Permitir realizar as transferências de alunos, em sendo na rede municipal de ensino transfere o histórico escolar sem a necessidade de digitação na escola receptora.
644	Permitir várias consultas como: Diário de classe, Transferência entre turmas, matrículas pendentes, Recursos humanos, Calendário, progressão dos alunos, Horário das turmas.
645	Permitir relatório geral de unidades de ensino com descrição, endereço e-mail e telefone de contato;
646	Permitir relatório de alunos que recebem benefícios;
647	Permitir relatório de alunos portadores de necessidades especiais;
648	Permitir relatório de quantidade de alunos matriculados por escola;
649	Permitir relatório de quantidade de matrículas por escola, série, turma e turno;
650	Permitir relatório de quantidade de matrículas por escola, curso, série, turno e totalizadores;
651	Permitir emissão de certificado de conclusão do ensino fundamental.
652	Permitir cadastro de Aluno.
653	Permitir inclusão da foto do Aluno.
654	Permitir o cadastro conter a Matrícula INEP.
655	Permitir cadastro de Documentos pendentes por Aluno.
656	Permitir cadastro das necessidades especiais do aluno para informação ao censo.
657	Permitir cadastro de Dias Letivos por Escola.

658	Permitir cadastro dos Pareceres para inclusão no boletim.
659	Permitir cadastro para atender ao Censo, Atividades Complementares, Curso de formação superior, Educação Profissional, Disciplina, Distrito, Etapa de Ensino, Instituição de ensino superior, língua indígena, órgão emissor do RG, Órgão regional de ensino, país, regras de disciplinas, unidade federativa.
660	Permitir cadastro das escolas municipais, identificando: Nome da escola, nome fantasia, ano de início, CNPJ, código do INEP, tipo de credenciamento, endereço completo, órgão de ensino e tipo de dependência escolar.
661	Permitir cadastro para cada escola deverá ser identificado os contatos da mesma, colocando página da escola, e-mail da mesma e telefone.
662	Permitir cadastro para identificar toda a infraestrutura da escola, respeitando os dados do censo escolar.
663	Permitir cadastro dos diretores e responsáveis pela escola, com nome do diretor, endereço de contato, e-mail, telefone, turno que ele trabalha, ato legal que o nomeou, bem como identificação dos inícios de suas atividades.
664	Permitir cadastro dos cursos na escola, vinculando cada curso ao nível de ensino,
665	Permitir cadastro de vagas na escola,
666	Permitir cadastro do calendário de cada escola, em separado, informando todos os eventos dos mesmos.
667	Permitir cadastro de bases curriculares, identificando o curso, turno, regime de matrículas, etapa inicial e final, tipo de frequência e observação.
668	Permitir cadastro das disciplinas de cada base curricular, identificando por totalidade a disciplina e número de períodos.
669	Cadastro dos procedimentos de avaliação, identificando a forma de avaliação, descrição, frequência mínima de aprovação, tipo de cálculo da frequência.
670	Permitir cadastro de avaliações, por tipo de avaliação, se aparece no boletim e identificando as escolas que utilizam esta avaliação.
671	Permitir cadastro dos recursos humanos de cada escola, identificando a matrícula da folha de pagamento, endereço, telefones de contato, formação, atividades que realiza na escola, qual a relação de trabalho com a escola.
672	Permitir cadastro das disponibilidades do professor, identificando quando o mesmo já atua em outra escola.
673	Permitir cadastro dos horários de disponibilidade.
674	Permitir cadastro das turmas, identificando o código do INEP da mesma, nome da turma, turno, dependência, tipo de frequência, tipo de atendimento, se aprovação automática, número de vagas, observação.
675	Permitir cadastro das disciplinas de uma turma.
676	Permitir cadastro dos horários da turma por disciplina, identificando o regente de cada disciplina para cruzar com a disponibilidade dos professores.
677	Permitir cadastro dos pareceres de uma turma.
678	Permitir cadastro de turmas de AEE.
679	Permitir cadastro dos remanejamentos das turmas de um calendário para o outro.
680	Permitir Matrícula e Rematrícula do aluno.
681	Permitir alteração da situação da matrícula do aluno.
682	Permitir possibilidade de exclusão de matrícula.
683	Permitir possibilidade de trocar o aluno de turma para remanejamento.
684	Permitir rotina para progressão do Aluno, identificando seu Avanço, Classificação.
685	Permitir possibilidade de cancelar uma progressão.
686	Permitir rotina para fornecimento de atestado de vaga, onde uma escola deverá cadastrar um atestado de matrícula para que a outra libere a transferência do aluno. Este procedimento garante que um aluno não fique sem matrícula cadastrada.
687	Permitir o lançamento de diário pelo professor. O sistema deverá ter a possibilidade de o professor lançar o diário de classe, bem como lançar a frequência dos alunos por período selecionado.
688	Permitir registro de frequência
689	Permitir cadastro das faltas diárias e/ou por períodos (em lote) de cada aluno, em suas respectivas disciplinas.
690	Permitir cadastro de justificativa de faltas para cada falta do aluno por dia
691	Permitir Registro de avaliação e notas conforme padrões determinados pela Secretaria de Educação.
692	Permitir definição diretamente pelo professor dos instrumentos avaliativos (em quantidade livre) para constituição da nota final do aluno.
693	Permitir cadastro e configuração de notas das avaliações e de recuperação individualmente, sem limite de quantidade de notas, inclusive para lançamento de notas complementares (pontuações por participação, atividades extras etc)
694	Permitir emissão de relatório com notas parciais de resultados de avaliação dos alunos.
695	Permitir cadastro do planejamento de aula do professor, com conteúdo, metodologia ou estratégias, formas de avaliação, referências, para cada turma em que o professor leciona. O planejamento usa por referência as Habilidades dispostas na Base Nacional Comum Curricular e/ou Currículo Referência de Minas Gerais, podendo ser adaptada de acordo com o município.

696	Permitir observações de atividades letivas e não letivas do calendário escolar diretamente no diário, de modo que o professor planeje sua rotina
697	Permitir visualização de pendências do professor, tais como as avaliações futuras que ele tem planejada e os dados pendentes para lançamento.
698	Permitir confirmação de transferência de aluno, para fora da rede municipal, na rede municipal.
699	Permitir possibilidade de matricular aluno da rede municipal ou de fora da rede municipal.
700	Permitir possibilidade de inclusão do histórico escolar anterior ao ingresso na rede municipal.
701	Permitir rotina para importação dos dados do censo escolar.
702	Permitir rotina para exportação dos dados da rede municipal para o censo escolar.
703	Permitir rotina de controle da emissão dos cartões de identificação dos alunos.
704	Permitir rotina para controle de reemissão dos cartões dos alunos.
705	Permitir emissão de Histórico escolar;
706	Permitir Ata de progressão dos alunos.
707	Permitir relatório de Boletim de desempenho da turma.
708	Permitir relatório com resumo de aproveitamento.
709	Permitir relatório com quadro de resultados finais.
710	Permitir listas de turmas com alunos.
711	Permitir relatórios das turmas com atividade complementar.
712	Permitir relatório do Diário de Classe, no formato PDF e no formato matricial.
713	Permitir relatório de alunos matriculados.
714	Permitir relatório dos funcionários.
715	Permitir relatório de Horários dos professores.
716	Permitir relatório de Professores de Escolas.
717	Permitir relatórios das Atividades.
718	Permitir relatório das Transferências e Guias de Transferências.
719	Permitir relatório dos pareceres.
720	Permitir emissão do Calendário.
721	Permitir listagem de alunos para o censo escolar.
722	Permitir emissão do Diário de Classe.
723	Permitir consulta do cadastro dos alunos.
724	Permitir consulta aos professores e funcionários.
725	Permitir consulta ao diário de classe.
726	Permitir consulta transferência entre turmas..
727	Permitir consultar alunos matriculados.
728	Permitir consulta do calendário da escola.
729	Permitir consulta progressão do aluno.
730	Permitir consulta às turmas encerradas.
731	Permitir consulta frequência do aluno.
732	Permitir o controle das linhas de transporte escolar.
733	Permitir o controle dos tipos dos serviços: próprio ou terceirizados.
734	Permitir controlar a movimentação dos veículos.
735	Integração com o módulo frotas.
736	Permitir cadastros de pontos de parada.
737	Permitir controle de números de passageiros.
738	Permitir o cadastro de tipos de veículos ônibus, micro-ônibus, van, embarcação e entre outros.
739	Permitir emitir relatórios diversos tais como, linhas, alunos por linha, roteiro, passageiros, alunos, horários, entre outros.
740	Permitir a utilização por alunos e Escolas.
741	Permitir a geração automática de itinerários.
742	Permitir o vínculo de alunos aos itinerários.

743	Permitir recurso para que pais e/ou responsáveis registrem solicitações de vagas para alunos, podendo informar nome completo, data de nascimento, CPF, sexo, série, turno e escola de interesse e preencher campos customizáveis configurados de acordo com a realidade do município.
744	Permitir que as solicitações de vaga gerem um protocolo único de atendimento para consulta posterior;
745	Permitir que a consulta das informações da solicitação através de protocolo, bem como a posição da classificação de acordo com os critérios pré-definidos pelo município;
746	Permitir consulta do mapa das unidades escolares do município, com filtros por endereço e séries/anos, apresentando telefone para contato das unidades compatíveis.
747	Permitir consulta e emissão de relatório das inscrições efetuadas apresentando as unidades escolares as séries, data e horário, turno e a situação, podendo filtrar por processo, situação e unidade escolar;
748	Permitir consulta e emissão de relatório com a relação das inscrições efetuadas apresentando o nome do aluno, data de nascimento, nome do, responsável, telefone, posição na lista da espera, podendo optar por anonimizar os dados do aluno no relatório.
PORTAL DO ALUNO	
Descrição	
749	Permitir o acesso dos alunos, pais ou responsáveis.
750	Permitir consultar os dados cadastrais do aluno.
751	Permitir consultar as notas do aluno de todos os anos matriculados.
752	Permitir consultar as atividades complementares realizadas pelo aluno.
753	Permitir consultar o histórico do aluno.
754	Permitir consultar as faltas do aluno.
755	Permitir consultar o calendário escolar.
756	Permitir consultar os dados da escola onde o aluno está matriculado.
BIBLIOTECA E ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	
Descrição	
757	Permitir cadastrar: Biblioteca, leitor, acervo, autores, aquisição de acervos, categoria do leitor, classificação literária e editoras.
758	Permitir localizar o acervo através do cadastro deste no sistema.
759	Permitir controlar movimentação do acervo, empréstimos, devolução, reserva e baixa
760	Permitir a utilização de leitores ópticos para consultar, emprestar ou devolver um exemplar.
761	Gerar códigos de barras para o acervo.
762	Permitir consultar o acervo, por assuntos, empréstimos, em aberto e em atraso, leitores.
763	Permitir emitir relatórios diversos tais como: por autores, por acervo, acervo mais emprestado, relatório de baixas, por classificação.
764	Permitir a emissão de Etiquetas com os códigos de barras.
765	Permitir a emissão de carteira para os leitores.
766	Permitir cadastro dos profissionais em nutrição.
767	Permitir cadastro dos nutrientes que compõem os alimentos.
768	Cadastro das informações nutricionais (vínculo dos Nutrientes que compõem os alimentos ao item do material (alimentos).
769	Permitir cadastro dos diferentes cardápios oferecidos pela escola aos alunos.
770	Permitir cadastro dos tipos de refeições oferecidos pela escola aos alunos.
771	Permitir cadastro das refeições que compõem o cardápio da escola.
772	Permitir o cadastro dos alunos que possuem restrição alimentar a um determinado alimento.
773	Permitir montar o cardápio semanal que será oferecido para os alunos.
774	Permitir informar quais alunos de uma determinada turma consumiram uma determinada refeição do cardápio.
775	Permitir substituir um determinado item que compõe a refeição que não está disponível por outro item de mesmo valor nutricional ou de escolha do nutricionista.
776	Permitir registro do que foi desperdiçado de uma determinada refeição.
777	Permitir realizar a baixa no estoque através das refeições consumidas.
778	Permitir informar periodicamente informações de altura de peso dos alunos.
779	Permitir realizar transferência de materiais (alimentos) entre depósitos (escolas).
780	Permite a escola ou setor responsável pela merenda escolar requisitar materiais (alimentos) de outro almoxarifado.
781	Permite a correção dos itens em estoque através das rotinas de entrada e saída manual.

782	Permite que a escola realize a devolução dos materiais automaticamente.
783	Permitir emitir relatórios diversos tais como: histórico das refeições, desperdício, cardápio semanal, consumo de refeição por aluno, estoque por item e controle de validade dos itens em estoque.
784	Permitir consultas gerais tais como: histórico das refeições, informações nutricionais por item e por refeição.
SAÚDE AMBULATORIAL	
Descrição	
785	Permitir o cadastro dos profissionais na saúde.
786	Permitir cadastrar todas as pessoas (pacientes), no cadastro Geral da saúde.
787	Permitir acompanhamentos do atendimento via FAs, desde a triagem até a efetivação da consulta.
788	Permitir consulta no prontuário do paciente por pessoa devidamente autorizada.
789	Inclusão de agendamento de consultas e exames.
790	Relatórios Especiais (Índice de morbidade, atendimentos por usuário, Produtividade médica, Procedimentos).
791	Permitir a emissão da FAA em qualquer momento do atendimento(desde a triagem até a consulta).
792	Permitir a emissão do prontuário dos pacientes.
793	Permitir o agendamento de consultas. emitir realizar transferências de consultas de uma data para outra.
794	Permitir realizar transferências de consulta de um profissional.
795	Anular agendamentos.
796	Permitir a emissão de relatórios dos agendamentos.
797	Permitir gerar fichas de atendimento (FAA).
798	Deverá possuir importação/atualização das unidades de saúde do sistema SCNES do Ministério da Saúde instalado no município através de arquivos XML que possam ser importados a qualquer momento.
799	Deverá permitir o cadastro de mantenedoras no mesmo padrão do CNES.
800	Deverá permitir o cadastro das unidades de saúde do Município com base nas informações registradas no CNES.
801	Deverá possuir importação/atualização dos profissionais da saúde e seus vínculos empregatícios do sistema SCNES do Ministério da Saúde instalado no município através de arquivos XML que possam ser importados a qualquer momento.
802	Deverá permitir o cadastro dos horários de expediente do profissional em cada unidade de saúde.
803	Deverá possuir cadastro de famílias.
804	Permitir a visualização dos atendimentos médicos. Respeitando o nível de acesso.
805	Permitir a visualização dos atendimentos ambulatoriais.
806	Deverá fazer uso dos procedimentos referentes à tabela unificada de procedimentos, medicamentos e insumos estratégicos do SUS, ou seja, do sistema de faturamento do SUS.
SAÚDE FARMÁCIA	
Descrição	
807	Permitir o cadastro de medicamentos.
808	Permitir o controle de medicamentos controlados.
809	Permitir o controle de retirada de medicamentos controlados e data das últimas retiradas;
810	Permitir relatório de retirada e distribuição de medicamentos.
811	Controle do estoque e reposição de medicamentos.
812	Livro de Registro dos Medicamentos controlados.
813	Deverá permitir a consulta de todas as dispensações já registradas no sistema com opção de busca por data da dispensação, nome do paciente.
814	Deverá ser possível realizar a pesquisa do paciente.
815	Deverá disponibilizar o acesso ao histórico das dispensações realizadas para o paciente.
816	Deverá obrigar a informação do número da receita e nome do profissional nas receitas de medicamentos controlados.
817	Deverá permitir a reserva de medicamentos no momento da prescrição pelo profissional, respeitando a validade da receita (tempo máximo parametrizado). Após o prazo de validade, reservas não dispensadas deverão ser desconsideradas.
818	Deverá exibir o primeiro lote a ser dispensado, dispensando automaticamente sempre os lotes com a menor validade.
819	Deverá emitir relatório sintético de consumo por produto, agrupando por unidade, grupo e subgrupo, listando o nome do produto e a quantidade.
820	Deverá emitir relatório analítico de consumo por unidade, agrupando por unidade, grupo e subgrupo, listando por paciente o nome do produto, o custo, a quantidade e valor total.

821	Deverá emitir relatório sintético de consumo de produtos por paciente, agrupando por unidade, listando o paciente, a quantidade e valor total.
SAÚDE LABORATÓRIO	
Descrição	
822	Permitir o cadastro de atributos para cada exame que deverá ter uma estrutura igual ao do plano de contas.
823	Permitir lançar as requisições e autorização de exames solicitado pelo médico ao paciente.
824	Permitir a coleta de exames, digitação de resultados, conferência e emissão de resultados.
825	Permitir importar os resultados de exames emitido por outro laboratório.
826	Permitir a emissão do mapa de trabalho.
827	Permitir a emissão de etiquetas para colagem identificação do material coletado.
828	Permitir o controle físico/financeiro dos pedidos de exames.
829	Emissão e reemissão de resultados de exames.
830	Emissão de relatório de produtividade.
SAÚDE TRANSPORTE FORA DO DOMICÍLIO	
Descrição	
831	Permitir o cadastro da ajuda de custo.
832	Permitir o cadastro do deslocamento.
833	Permitir o cadastro do destino.
834	Permitir o cadastro de grade de horários de saídas.
835	Permitir o cadastro de documentos exigidos de acordo com o tipo de tratamento.
836	Permitir o cadastro dos tipos de tratamento.
837	Permitir o cadastro das prestadoras ou sejam as instituições ou locais de saúde que farão os exames ou tratamento.
838	Permitir o cadastro dos motivos de acompanhamentos.
839	Permitir o cadastro formas de aviso.
840	Permitir o cadastro tipo de transporte.
841	Permitir o agendamento registrando a prestadora, o dia e a hora de consultas ou exames feitos na central de consultas.
842	Permitir confirmar a saída agendada podendo vincular a saída do usuário ao veículo.
843	Permitir a emissão de relatório com a relação de passageiros (paciente/acompanhantes) para o DAER.
844	Permitir a emissão do comprovante de agendamento do pedido.
845	Permitir o registro dos acompanhantes que acompanharão o paciente.
846	Permitir marcar na grade de horário data, hora e local de saída do paciente.
PAINEL DE CHAMADO DE SENHA DE ATENDIMENTO	
Descrição	
847	Permitir cadastro de agendamentos
848	Permitir atendimentos
849	Permitir Cadastro de Clientes
850	Permitir cadastro de Perfis de usuários
851	Permitir o cadastro de Serviços Prestados
852	Permitir a Triagem para o atendimento
853	Permitir o cadastro de locais de atendimento
854	Permitir o cadastro de Prioridades
855	Permitir o monitoramento dos serviços mostrando a Prioridade
856	Permitir o controle de chamado para o atendimento do guichê
857	Permitir emitir relatórios de Serviços
858	Permitir emitir relatório de Atendimentos
859	Permitir emitir relatório de tempo médio de atendimento
860	Permitir emitir gráfico de tempo de médio de atendimento e status.
861	Permitir mostrar um painel com a senha chamada e o guichê

862	Permitir histórico de senha chamada no painel
863	Permitir emissão de aviso sonoro para chamada de senha
864	Permitir integração com o eSus para o controle de pacientes a serem atendidos e chamado no painel
SISTEMA DE ANÁLISE DE INFORMAÇÕES DO ESUS “PAINEL SUS”	
Descrição	
865	Permitir visualização dos agendamento
866	Permitir a visualização dos atendimentos individuais
867	Permitir a visualização dos atendimentos odontológicos
868	Permitir visualizar a avaliação Multidimensional da Pessoa Idosa
869	Permitir visualizar cadastros
870	Permitir visualizar lista de imunização
871	Permitir visualizar produção não validada
872	Permitir visualizar visitas
ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Descrição	
873	Controla os programas sociais fornecidos pelos governos: Municipal, Estadual e Federal, interagindo com a base do Cadastramento Único do governo federal.
874	Cadastro de Formulários dinâmicos com grupos, perguntas e respostas.
875	Cadastro socioeconômico com todas as informações da composição familiar.
876	Cadastros de Grupos de Programas.
877	Cadastros de Formas de Avaliação.
878	Cadastros de Workflow.
879	Controle e gestão dos programas.
880	Permitir a seleção de interessados para participação dos programas.
881	Gestão de lançamentos de atividades.
882	Cadastro socioeconômico com todas as informações das famílias.
883	Cadastro, histórico, consulta e relatórios das visitas realizadas de forma individual ou coletiva pelo assistente social, psicólogos e demais profissionais da secretaria
Transparência, Comunicação social e Acesso a Informação	
PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	
Descrição	
884	Disponibilizar os dados de todas as áreas da administração pública aos municípios no formato D-1 para o atendimento às leis de acesso à informação e de responsabilidade fiscal.
885	Permitir a exportação dos dados nos formatos pdf, txt, csv, xlsx.
886	Disponibilizar menu de acessibilidade em todas as telas do portal.
887	Disponibilizar menu de acesso rápido.
888	Disponibilizar área administrativa que deve ser acessada com login e senha e permitirá o gerenciamento e customização dos dados que serão exibidos no portal, com emissão de relatórios gerenciais.
889	No portal deverá conter aba específica com o mapa do site.
890	Permitir a personalização do portal com logo e banners.
891	Permitir a vinculação das redes sociais do ente.
892	Permitir o cadastro de Perguntas Frequentes por categoria.
893	Disponibilizar menu com a Estrutura Organizacional da entidade com os campos de órgão, competências/atribuições, responsável, endereços, e-mail, telefone, horário de funcionamento e opção de vincular também anexo para orientações pormenorizadas.
894	Disponibilizar menu específico do Radar da Transparência.
895	Disponibilizar menu de Planejamento onde serão anexadas separadamente as peças orçamentárias PPA, LDO e LOA.
896	Disponibilizar as Receitas Orçamentárias previstas e arrecadadas por categoria econômica, origem espécie, desdobramento e fonte.
897	Disponibilizar as arrecadações diárias das receitas orçamentárias com a natureza da receita, data, conta bancária e o valor.
898	Disponibilizar as Receitas Extraorçamentárias por conta extra, data e valor.
899	Disponibilizar as Transferências Recebidas por conta extra, data e valor.

900	Disponibilizar a Dívida Ativa por ano com CNPJ/CPF e nome do devedor.
901	Disponibilizar a Despesa prevista, atualizada e realizada por classificação orçamentária.
902	Disponibilizar os Empenhos da entidade por número, data, credor e valor.
903	Disponibilizar o resumo financeiro do Empenho, valores empenhados, anulados, liquidados e pagos.
904	Permitir consultar todos os dados analíticos do Empenho (histórico, dotação, fonte, itens, processos vinculados, liquidações e pagamentos) .
905	Disponibilizar a relação dos Restos à Pagar Processados e Não Processados inscritos por número de empenho e credor.
906	Disponibilizar a movimentação analítica dos Restos à Pagar Processados e Não Processados inscritos.
907	Disponibilizar as Despesas Extraorçamentárias por conta extra, data e valor.
908	Disponibilizar os dados analíticos das Despesas Extraorçamentárias (credor, conta bancária e histórico).
909	Disponibilizar as Transferências Concedidas por conta extra, credor, data e valor
910	Disponibilizar a relação das Diárias por beneficiário, cargo/função, período, origem, destino, quantidade de diárias, objetivo e valor.
911	Disponibilizar tabela de Diárias vigente no mesmo menu que é realizada a consulta das diárias.
912	Disponibilizar detalhamento das Diárias demonstrando o empenho vinculado à diária, bem como todas as informações das diárias, as datas de autorização.
913	Disponibilizar os Convênios Recebidos, Concedidos e os Acordos não Financeiros, por número, data, vigência e valor, quando aplicável.
914	Disponibilizar todos os Processos Licitatórios em andamento e finalizados.
915	Disponibilizar a consulta detalhada dos os Processos Licitatórios com as informações de número do processo, modalidade, número da modalidade, natureza, objeto, situação, itens e seus respectivos quantitativos, valores e fornecedores ganhadores, bem como o inteiro teor do processo.
916	Disponibilizar todas as aquisições e contratações através das modalidades de Dispensas e Inexigibilidade.
917	Disponibilizar a consulta detalhada das Dispensas e Inexigibilidades com as informações de número do processo, modalidade, número da modalidade, natureza, objeto, situação, justificativa, razão, data de publicação do termo ratificação, itens e seus respectivos quantitativos, valores e fornecedores ganhadores, bem como os contratos vinculados e o inteiro teor.
918	Disponibilizar todas as Adesões a Registros de Preços por número/ano da adesão, órgão gerenciador e objeto.
919	Disponibilizar a consulta detalhada das Adesões a Registros de Preços com todos os dados do processo de adesão e também do órgão gerenciador, itens com seus quantitativos, valores e fornecedores e também o inteiro teor da adesão.
920	Disponibilizar todos os editais de licitação por número/ano de processo, edital, modalidade, data de publicação, e anexo do edital.
921	Permitir a vinculação dos Planos de Contratações Anuais.
922	Permitir a vinculação dos Fornecedores Sancionados.
923	Disponibilizar todos os Contratos da entidade por número, credor, data de assinatura, vigência e valor.
924	Disponibilizar consulta detalhada dos Contratos contendo o objeto do contrato, o departamento responsável, o processo vinculado, os itens contratados, aditivos, apostilamentos e o inteiro teor do contrato.
925	Disponibilizar a listagem dos Fiscais de Contratos.
926	Disponibilizar a Cronologia de Pagamentos a fornecedores em conformidade com o Art. 141 da lei 14.133/2021.
927	Disponibilizar a lista dos Veículos por código, placa, descrição, marca, modelo central.
928	Disponibilizar consulta detalhada dos veículos com os abastecimentos e manutenções realizadas com quantitativos e preços.
929	Disponibilizar a lista das Obras com as respectivas situações (não iniciadas, em andamento, concluídas, paralisadas) com controle por número de obra, objeto, data de início, empresa responsável, percentual concluído, data de conclusão, valor previsto, valor das medições.
930	Disponibilizar consulta detalhada das Obras com os itens executados, contrato vinculado e o detalhamento das situações e das medições.
931	Disponibilizar a consulta dos dados da Folha de Pagamento por matrícula, nome, cargo, lotação com os detalhes de salário base, data
932	de admissão, horas semanais, tipo de vínculo, rubricas de provento e de desconto e o respectivo valor recebido no mês.
933	Permitir a exibição da tabela de remunerações da Folha de Pagamentos.
934	Disponibilizar lista de Estagiários com matrícula, nome e data de início do estágio.
935	Permitir a vinculação dos Processos Seletivos e concursos.
936	Permitir a vinculação dos Terceirizados.
937	Permitir a vinculação com o Portal do Servidor.
938	Disponibilizar menu para anexar todas as Demonstrações Contábeis e Prestações de Contas da entidade.
939	Disponibilizar menu para anexar os Comunicados (decretos, portarias, resoluções etc).
940	Disponibilizar menu para anexar as Legislações do ente.

941	Disponibilizar menu da LGPD e governo digital, contendo as informações de como acessar o portal de serviços, nota fiscal eletrônica, Lei 14129, política de privacidade dos dados, dados abertos, pesquisa de satisfação e canal de comunicação.
942	Disponibilizar menu do E-Sic pedido de informações.
943	Disponibilizar menu de Ouvidoria para acesso a carta de serviços e também cadastro de manifestações.
944	Disponibilizar menu para publicação dos relatórios de Rateio
945	Disponibilizar menu Saúde que permitirá vincular o Estoque da Farmácia, Lista de Espera de Consultas, Medicamentos do SUS, plano de saúde, Programação Anual, Relatório de Gestão e os Serviços de Saúde Disponíveis.
946	Disponibilizar menu Educação que permitirá vincular a Lista de Espera nas Creches, Plano de Educação e os Resultados do Plano de Educação.
947	Disponibilizar menu para divulgação da execução das Emendas Parlamentares.
948	Disponibilizar menu específico para o Poder Legislativo para divulgação da Composição da Casa, Atas de Sessão, Pautas, Votações Nominais, Apreciação de Contas, Cotas Parlamentares, Atividades Legislativas
PORTAL DE SERVIÇOS	
Descrição	
949	Permite visualizar e imprimir recibos referentes às dívidas do contribuinte junto a prefeitura, tais como: ISSQN variável, dívida Ativa, Inicial Foro, Alvará, IPTU e outros.
950	Permitir emitir certidão negativa, positiva e regular.
951	Permitir emitir certidão negativa, positiva e regular.
952	Permitir verificar autenticidade de certidão.
953	Permitir consulta de informações do imóvel, demonstrando todos os dados da matrícula, de acordo com o cadastro imobiliário.
LAI	
954	Permitir informar a descrição do pedido;
955	Permitir informar o tema do pedido;
956	Permitir registrar o canal de entrada do pedido (web, presencial, e-mail ou carta);
957	Permitir identificar o solicitante como pessoa física ou jurídica;
958	Permitir informar nome, email, telefone e documento de identificação do solicitante;
959	Permitir informar a razão social, quando pessoa jurídica;
960	Permitir a geração automática de número de protocolo sequencial por ano e por instituição;
961	Permitir a geração automática de código de verificação do pedido;
962	Permitir limitar a frequência de requisições no portal público para conter abuso;
963	Permitir o cálculo automático do prazo legal de resposta de 20 dias a partir da abertura;
964	Permitir a prorrogação do prazo de resposta por 10 dias, com registro de quem prorrogou e quando;
965	Permitir o cálculo automático do prazo de 5 dias para resposta ao recurso;
966	Permitir a identificação dos pedidos com prazo vencido;
967	Permitir a notificação automática dos pedidos em atraso;
968	Permitir o recebimento do pedido pela unidade responsável;
969	Permitir a atribuição de unidade e responsável pelo pedido;
970	Permitir definir a prioridade do pedido;
971	Permitir o acompanhamento do pedido pelos status: aberto, em análise, respondido, negado, em recurso (1ª, 2ª e 3ª instância), encerrado e cancelado;
972	Permitir o encerramento do pedido;
973	Permitir o cancelamento do pedido;
974	Permitir o registro da resposta oficial ao pedido;
975	Permitir classificar a resposta como deferida, parcialmente deferida, indeferida, informação inexistente ou encaminhada;
976	Permitir o registro do motivo da negativa;
977	Permitir definir se a resposta é visível ao cidadão;
978	Permitir o registro do envio da resposta ao cidadão, com data;
979	Permitir a notificação automática do cidadão quando a resposta for publicada;
980	Permitir a classificação da informação como reservada, secreta ou ultrassecreta;
981	Permitir o registro do motivo da classificação;
982	Permitir o registro do dispositivo legal que fundamenta a classificação;

983	Permitir o registro do assunto e do código de referência da classificação;
984	Permitir a definição do prazo de sigilo da classificação;
985	Permitir o reg
986	Permitir a abertura da instância seguinte apenas dentro do prazo de 10 dias após a ciência;
987	Permitir a notificação automática sobre a interposição de recurso;
988	Permitir a consulta do pedido pelo número de protocolo e código de verificação;
989	Permitir ao cidadão visualizar o status, o prazo e a unidade responsável;
990	Permitir ao cidadão visualizar as respostas marcadas como visíveis;
991	Permitir ao cidadão visualizar o histórico dos recursos e seus resultados;
992	Permitir a notificação automática do cidadão na abertura, no recebimento e no encerramento do pedido;
993	Permitir o registro da trilha completa de eventos do pedido, com autor e data;
994	Permitir a visualização de painel com total de pedidos, pedidos atrasados, tempo médio de resposta e taxa de deferimento;
995	Permitir a visualização da distribuição de pedidos por tema e por classificação;
996	Permitir a visualização da evolução mensal de pedidos abertos e encerrados;
997	Permitir a visualização da evolução mensal do tempo médio de resposta;
998	Permitir filtrar os indicadores por período e por unidade;
999	Permitir a exportação dos indicadores em CSV;
1000	Permitir a emissão do relatório anual da LAI, com total de pedidos, atendidos, indeferidos, tempo médio de resposta, taxa de resposta no prazo, dez temas mais demandados, total de recursos, relação de pedidos classificados e distribuição por tipo de pessoa;
1001	Permitir restringir o relatório anual aos administradores;
1002	Permitir a ativação da LAI por instituição;
1003	Permitir que cada instituição visualize apenas seus próprios pedidos;
1004	Permitir restringir a gestão dos pedidos a usuários internos;
1005	Permitir a instituição de domicílio eletrônico para o cidadão;
1006	Permitir ao cidadão aderir ao domicílio eletrônico pelo próprio portal;
1007	Permitir a instituição de domicílios em massa para todos os usuários alcançados pela instituição;
1008	Permitir que o domicílio do cidadão receba a instituição do órgão que o institui;
1009	Permitir o registro do email principal do domicílio;
1010	Permitir o registro de email secundário e telefone de contato;
1011	Permitir a ativação e a desativação do domicílio;
1012	Permitir o registro do aceite dos termos de uso do domicílio, com data;
1013	Permitir ao cidadão consultar e alterar as configurações do seu domicílio;
1014	Permitir que cada domicílio esteja vinculado a uma única pessoa;
1015	Permitir o envio de comunicação oficial ao domicílio do cidadão;
1016	Permitir a seleção do destinatário da comunicação a partir dos usuários da instituição;
1017	Permitir classificar a comunicação por tipo (notificação, intimação, aviso, cobrança ou informativo);
1018	Permitir informar o assunto da comunicação;
1019	Permitir informar o conteúdo da comunicação, com sanitização do conteúdo recebido;
1020	Permitir definir a prioridade da comunicação (normal ou urgente);
1021	Permitir definir o prazo de ciência da comunicação, de 1 a 90 dias, com padrão de 10 dias;
1022	Permitir o cálculo automático da data limite de ciência a partir do envio;
1023	Permitir o registro da unidade e do usuário remetentes;
1024	Permitir vincular a comunicação a um processo;
1025	Permitir vincular a comunicação a uma manifestação de ouvidoria, a um pedido de acesso à informação ou a um contrato;
1026	Permitir a notificação automática do cidadão sobre a comunicação enviada;
1027	Permitir o cancelamento da comunicação;
1028	Permitir a leitura da comunicação por link público com token, sem autenticação;
1029	Permitir a leitura da comunicação pelo portal autenticado do cidadão;
1030	Permitir ao cidadão consultar sua caixa postal com todas as comunicações recebidas;

1031	Permitir o registro da data e do endereço IP da leitura;
1032	Permitir a geração de token de leitura exclusivo e não sequencial por comunicação;
1033	Permitir ao cidadão confirmar ciência expressa da comunicação;
1034	Permitir o registro automático de ciência tácita quando o prazo expirar sem manifestação;
1035	Permitir distinguir a ciência expressa da ciência tácita;
1036	Permitir o envio de lembrete automático ao cidadão três dias antes do fim do prazo, quando a comunicação ainda não foi lida;
1037	Permitir a notificação do remetente quando a ciência for confirmada;
1038	Permitir a notificação quando a ciência tácita for registrada;
1039	Permitir o acompanhamento do prazo restante para ciência;
1040	Permitir a geração de hash do conteúdo da comunicação no momento do envio;
1041	Permitir o registro da trilha completa de eventos da comunicação (envio, leitura, ciência e cancelamento);
1042	Permitir o acompanhamento da comunicação pelos status: enviada, entregue, lida, ciência tácita, expirada e cancelada;
1043	Permitir a listagem das comunicações enviadas pelo órgão;
1044	Permitir a visualização detalhada de uma comunicação e da sua trilha;
1045	Permitir a visualização de painel com total de comunicações enviadas, lidas, com ciência e pendentes;
1046	Permitir a visualização da distribuição das comunicações por tipo e por status;
1047	Permitir a exportação dos indicadores em CSV;
1048	Permitir a ativação do DEC por instituição;
1049	Permitir que cada instituição visualize apenas suas próprias comunicações;
1050	Permitir o acesso do cidadão ao portal restrito ao seu próprio domicílio;
DIÁRIO OFICIAL	
1051	Permitir o cadastro de cadernos do diário oficial, com nome, descrição e ordem;
1052	Permitir o cadastro de seções vinculadas a um caderno;
1053	Permitir o cadastro de subseções vinculadas a uma seção;
1054	Permitir a reordenação dos cadernos, das seções e das subseções;
1055	Permitir a ativação e a desativação de cada nível da estrutura;
1056	Permitir a remoção de nós da estrutura;
1057	Permitir o cadastro de tipos de ato com nome e sigla;
1058	Permitir a exigência de sigla única por instituição;
1059	Permitir a vinculação do tipo de ato a um modelo de documento oficial;
1060	Permitir a definição de caderno e seção padrão por tipo de ato;
1061	Permitir a definição do formato de numeração do tipo de ato, com as variáveis {SIGLA}, {SEQ} e {ANO};
1062	Permitir a definição de um corpo-modelo, aplicado automaticamente quando o redator escolhe o tipo do ato;
1063	Permitir a ativação e a desativação do tipo de ato;
1064	Permitir a criação de ato em rascunho, com tipo, ementa, corpo e data do ato;
1065	Permitir a numeração sequencial automática do ato por tipo, ano e instituição;
1066	Permitir a destinação do ato a caderno, seção e subseção;
1067	Permitir a herança automática de caderno e seção a partir do tipo de ato;
1068	Permitir o registro da unidade emissora do ato;
1069	Permitir o direcionamento do ato a um tipo de edição alvo (ordinária ou extraordinária);
1070	Permitir o anexo de até 10 arquivos ao ato, restritos a PDF, imagem e documentos de escritório, com limite de 10 MB por arquivo;
1071	Permitir o uso de variáveis no corpo do ato ({{numero_ato}}, {{ementa}}, {{nome_orgao}}, {{data_extenso}}, {{assinante}}), substituídas pelos dados reais na exibição;
1072	Permitir a edição do ato pelo próprio emissor enquanto estiver em rascunho ou devolvido;
1073	Permitir a listagem dos atos com filtro por situação, tipo, caderno, unidade emissora, período e texto da ementa;
1074	Permitir a visualização dos contadores de atos por situação;
1075	Permitir o envio do ato para revisão;
1076	Permitir a aprovação do ato pelo revisor;
1077	Permitir a devolução do ato ao emissor com motivo;
1078	Permitir a retirada do ato antes da publicação, com motivo;

1079	Permitir o registro do revisor responsável pela aprovação ou pela devolução;
1080	Permitir o bloqueio de transições incompatíveis com a situação atual do ato;
1081	Permitir a criação de edição ordinária ou extraordinária;
1082	Permitir a numeração sequencial automática da edição por ano, tipo e instituição;
1083	Permitir a inclusão na edição apenas de atos aprovados e ainda não vinculados a outra edição;
1084	Permitir o bloqueio da inclusão de ato cujo tipo de edição alvo seja incompatível com a edição;
1085	Permitir o bloqueio da inclusão de ato de outra instituição;
1086	Permitir a remoção de ato da edição com motivo;
1087	Permitir a reordenação dos atos dentro da edição;
1088	Permitir a visualização dos atos da edição agrupados por caderno e seção;
1089	Permitir a consulta dos atos aprovados disponíveis para inclusão na edição;
1090	Permitir a geração de prévia em PDF da edição antes do fechamento;
1091	Permitir o fechamento da edição, com geração do PDF consolidado e paginado;
1092	Permitir o cálculo automático dos totais da edição (atos, cadernos e páginas);
1093	Permitir o bloqueio de novas inclusões após o fechamento;
1094	Permitir a assinatura da edição com certificado A1 institucional (e-CNPJ);
1095	Permitir a seleção da credencial entre as credenciais institucionais da própria instituição;
1096	Permitir a recusa de credencial inativa, expirada, pessoal ou de outra instituição;
1097	Permitir a assinatura em padrão PADES B-B;
1098	Permitir a elevação da assinatura a PADES B-LTA, com carimbo do tempo, quando a autoridade de carimbo do tenant estiver habilitada;
1099	Permitir a manutenção da assinatura válida em B-B quando a autoridade de carimbo estiver indisponível;
1100	Permitir o acompanhamento em tempo real do resultado da assinatura na tela;
1101	Permitir a publicação apenas de edição assinada;
1102	Permitir a publicação imediata da edição;
1103	Permitir o agendamento da publicação para data e hora futuras;
1104	Permitir a publicação automática da edição agendada no vencimento do horário;
1105	Permitir o registro de quem publicou e de quem agendou a publicação;
1106	Permitir a marcação automática de todos os atos da edição como publicados;
1107	Permitir a consulta pública ao diário oficial sem autenticação;
1108	Permitir a exibição da capa com a edição mais recente e seus contadores;
1109	Permitir a navegação por calendário com os dias que possuem edição publicada;
1110	Permitir a listagem das edições publicadas com filtro por ano, número e tipo;
1111	Permitir a consulta da edição publicada com seus atos na ordem definida na composição;
1112	Permitir a busca pública de atos por ementa, ano, tipo de ato, caderno e unidade emissora;
1113	Permitir a consulta pública do ato publicado com o corpo já preenchido;
1114	Permitir o download público dos anexos do ato publicado;
1115	Permitir o download público do PDF assinado da edição;
1116	Permitir a verificação pública de autenticidade da edição, com o resumo SHA-256 do PDF assinado, o perfil da assinatura e a data da assinatura;
1117	Permitir a sinalização de ato retificado por outro ato publicado;
1118	Permitir a limitação da taxa de requisições ao portal público;
1119	Permitir o registro cronológico de todos os eventos do ato e da edição (criação, envio para revisão, aprovação, devolução, inclusão, retirada, fechamento, assinatura e publicação);
1120	Permitir a visualização do registro cronológico da edição;
1121	Permitir o filtro do registro cronológico por ato;
1122	Permitir a exportação do registro cronológico em CSV;
1123	Permitir a auditoria das alterações dos atos e das edições;
1124	Permitir a visualização de painel com os indicadores de atos por situação;
1125	Permitir o acompanhamento do estágio da edição em composição;
1126	Permitir a visualização dos atos recentes e das últimas edições publicadas;

1127	Permitir a ativação do Diário Oficial por instituição;
1128	Permitir a distinção dos perfis de redator, revisor, editor e publicador;
1129	Permitir a restrição da gestão de edições aos perfis de editor e publicador;
1130	Permitir a restrição da aprovação e da devolução de atos ao perfil de revisor;
1131	Permitir a restrição da publicação ao perfil de publicador;
1132	Permitir a consulta dos perfis do módulo e da credencial de assinatura vigente;
1133	Permitir que cada instituição visualize apenas seus próprios atos e edições;
CONTROLE INTERNO E OUVIDORIA	
CONTROLE INTERNO	
Descrição	
1134	Permitir realizar o cadastro das questões de auditoria por tipo de auditoria de acordo com a necessidade do ente. Cada questão deverá possuir uma numeração e poderá ser completada também com os campos de informações requeridas, fonte das informações, procedimento detalhado, objetos e possíveis achados negativos.
1135	Permitir a impressão das questões de auditoria cadastradas por grupo para conferências.
1136	Possuir parametrização das auditorias de: subvenções sociais, aplicações constitucionais, execução orçamentária (empenho, liquidação, pagamento, suplementações, diárias, adiantamentos), compra direta, processos licitatórios, contratos, almoxarifado, patrimônio, veículos, tributos (lançamento tributos, dívida ativa, renúncia de receitas, extinção de crédito), pessoal (admissões, folha de pagamento, férias, rescisões, guias de recolhimento, gastos com pessoal) e também permitir alterar ou excluir as questões já parametrizadas.
1137	Permitir cadastrar processos de auditoria especificando os setores a serem auditados, o número do protocolo, o período de início e de fim do processo de auditoria bem como a possibilidade de vincular o processo de auditoria a questões de auditoria pré-definidas.
1138	Permitir a tramitação do processo de auditoria para que o responsável responda a auditoria.
1139	Possuir tela para consulta dos processos de auditoria.
1140	Permitir realizar o lançamento dos achados de auditoria em forma de checklist, informando a data de início da análise, se a questão atende ou não, e em caso de não atendimento permitir informar o achado da auditoria.
1141	Permitir iniciar o lançamento dos achados da auditoria por etapas, não obrigando responder todas as questões de uma única vez, e possibilitando filtrar na tela as questões respondidas e não respondidas.
1142	Disponibilizar relatórios da matriz de achados para serem utilizados como papéis de trabalho.
1143	Permitir a emissão dos relatórios gerenciais de todas as áreas do sistema, compras, licitações, contratos, veículos, almoxarifado, patrimônio, orçamento, tesouraria, empenho e contabilidade.
1144	Permitir a emissão dos relatórios legais de cumprimento dos índices constitucionais de saúde, educação, gastos com pessoal e Fundeb.
1145	Permitir realizar o atesto do controle interno nas fases de execução orçamentária conforme solicitado pelo TCE/MG.
1146	Permitir realizar o atesto do controle interno nos gastos com veículos conforme solicitado pelo TCE/MG.
OUVIDORIA	
1147	Permitir o registro de manifestações de ouvidoria pelo cidadão, sem autenticação;
1148	Permitir o registro nos quatro tipos previstos: reclamação, sugestão, elogio e denúncia;
1149	Permitir a classificação da manifestação por assunto livre;
1150	Permitir a descrição do relato em texto, com mínimo de 20 caracteres;
1151	Permitir a indicação da unidade a que se destina a manifestação;
1152	Permitir a informação de localização em texto pelo cidadão;
1153	Permitir a identificação do cidadão com nome, e-mail, telefone e CPF;
1154	Permitir a dispensa da identificação quando a manifestação for anônima;
1155	Permitir a exigência de nome do cidadão sempre que a manifestação não for anônima;
1156	Permitir a rejeição de envios automatizados por campo-armadilha oculto no formulário;
1157	Permitir a exibição, no portal, dos tipos de manifestação com rótulo, ícone e cor próprios;
1158	Permitir a exibição do prazo legal de resposta e da base legal no portal;
1159	Permitir a geração de número de protocolo sequencial por ano, no formato AAAA-NNNNNN;
1160	Permitir a geração do protocolo sob bloqueio transacional, para impedir duplicidade em envios simultâneos;
1161	Permitir a geração de código de verificação de 8 caracteres, sem caracteres de leitura ambígua;
1162	Permitir a exibição do protocolo e do código de verificação na tela de confirmação do envio;
1163	Permitir a exibição da senha de acompanhamento na confirmação, quando gerada;
1164	Permitir a impressão do comprovante de abertura;

1165	Permitir o registro de denúncia sem qualquer identificação do denunciante;
1166	Permitir o descarte dos dados pessoais informados quando a manifestação for marcada como anônima;
1167	Permitir a geração automática de senha de acompanhamento para a denúncia anônima;
1168	Permitir o armazenamento da senha de acompanhamento apenas em hash;
1169	Permitir a marcação automática de sigilo em toda manifestação do tipo denúncia;
1170	Permitir a ocultação da unidade responsável na consulta pública quando a manifestação for sigilosa;
1171	Permitir a restrição da manifestação sigilosa, na listagem da gestão, ao responsável e a quem a registrou;
1172	Permitir a consulta do andamento pelo número de protocolo somado ao código de verificação;
1173	Permitir a exigência da senha de acompanhamento na consulta de manifestação anônima;
1174	Permitir a exibição do tipo, assunto, situação, data de abertura e prazo de resposta na consulta;
1175	Permitir a exibição das respostas marcadas como visíveis ao cidadão;
1176	Permitir a ocultação das respostas de uso interno na consulta do cidadão;
1177	Permitir a exibição da data de cada resposta publicada;
1178	Permitir a consulta sem autenticação, a partir do próprio portal;
1179	Permitir a geração de link de avaliação com token único ao encerrar a manifestação;
1180	Permitir ao cidadão avaliar o atendimento com nota de 1 a 5;
1181	Permitir o registro de comentário livre junto à avaliação;
1182	Permitir a avaliação sem autenticação, apenas pelo token recebido;
1183	Permitir uma única avaliação por manifestação;
1184	Permitir o bloqueio de avaliação com token inválido ou já utilizado;
1185	Permitir o registro da data em que a avaliação foi respondida;
1186	Permitir o uso das notas recebidas no cálculo do índice de satisfação;
1187	Permitir a listagem paginada das manifestações da instituição;
1188	Permitir o filtro por tipo de manifestação;
1189	Permitir o filtro por situação;
1190	Permitir o filtro por unidade;
1191	Permitir o filtro por prioridade;
1192	Permitir o filtro por período de abertura;
1193	Permitir o filtro das manifestações ainda não atribuídas a um responsável;
1194	Permitir o filtro das manifestações com prazo vencido;
1195	Permitir a manutenção dos filtros na navegação entre páginas;
1196	Permitir a ordenação da listagem da mais recente para a mais antiga;
1197	Permitir a exibição de protocolo, tipo, assunto, unidade, responsável, situação e prazo na listagem;
1198	Permitir a sinalização visual das manifestações em atraso;
1199	Permitir o recebimento da manifestação por servidor, que passa a ser o responsável;
1200	Permitir o registro de resposta ao cidadão;
1201	Permitir a marcação da resposta como visível ao cidadão ou de uso interno;
1202	Permitir o encaminhamento da manifestação a outra unidade;
1203	Permitir o registro do motivo do encaminhamento;
1204	Permitir a manutenção do histórico de todos os encaminhamentos da manifestação;
1205	Permitir o encerramento da manifestação após respondida;
1206	Permitir o cancelamento da manifestação, com motivo obrigatório;
1207	Permitir a restrição do cancelamento ao perfil administrador;
1208	Permitir o bloqueio de operações sobre manifestações já encerradas ou canceladas;
1209	Permitir a exibição da linha do tempo da manifestação na tela de detalhe;
1210	Permitir a visualização das respostas, encaminhamentos e avaliação na tela de detalhe;
1211	Permitir o cálculo automático do prazo de resposta em 30 dias a partir da abertura;
1212	Permitir a prorrogação do prazo por mais 30 dias;
1213	Permitir uma única prorrogação por manifestação;

1214	Permitir a exigência de motivo com no mínimo 10 caracteres na prorrogação;
1215	Permitir o registro da data e do autor da prorrogação;
1216	Permitir o cálculo dos dias restantes até o vencimento;
1217	Permitir a identificação das manifestações vencidas sem resposta;
1218	Permitir a verificação automática diária das manifestações em atraso;
1219	Permitir a notificação do cidadão na abertura da manifestação, com protocolo e código de verificação;
1220	Permitir a notificação dos administradores da instituição a cada nova manifestação;
1221	Permitir a notificação do cidadão quando a manifestação for recebida por um servidor;
1222	Permitir a notificação dos gestores da unidade de destino a cada encaminhamento;
1223	Permitir a notificação do cidadão quando houver resposta visível;
1224	Permitir a notificação do responsável e dos gestores quando o prazo for ultrapassado;
1225	Permitir a notificação do cidadão no encerramento, com o link de avaliação;
1226	Permitir a supressão das notificações ao cidadão nas manifestações anônimas ou sem e-mail;
1227	Permitir a apuração do total de manifestações no período;
1228	Permitir a apuração das manifestações em atraso;
1229	Permitir a apuração do tempo médio de resposta em dias;
1230	Permitir a apuração do índice médio de satisfação;
1231	Permitir a distribuição das manifestações por tipo;
1232	Permitir a evolução mensal do volume nos últimos 12 meses;
1233	Permitir a evolução mensal do tempo médio de resposta;
1234	Permitir o ranking das dez unidades com mais manifestações;
1235	Permitir o filtro dos indicadores por período, tipo e unidade;
1236	Permitir a exibição das manifestações georreferenciadas em mapa;
1237	Permitir a exportação da base de manifestações em CSV;
1238	Permitir a aplicação dos filtros do painel também à exportação;
1239	Permitir a inclusão de protocolo, tipo, situação, assunto, unidade, responsável, datas e nota de avaliação no arquivo exportado;
1240	Permitir a emissão do relatório anual de ouvidoria previsto na Lei 13.460/2017;
1241	Permitir a seleção do ano de referência;
1242	Permitir a apuração do total de manifestações do ano;
1243	Permitir a apuração dos quantitativos por tipo de manifestação;
1244	Permitir a apuração do tempo médio de resposta do ano;
1245	Permitir a apuração do percentual de manifestações respondidas dentro do prazo;
1246	Permitir a apuração do índice de satisfação do ano;
1247	Permitir a listagem dos dez assuntos mais recorrentes;
1248	Permitir a impressão do relatório anual;
1249	Permitir a restrição do relatório anual ao perfil administrador;
1250	Permitir a análise da manifestação por agente de IA;
1251	Permitir a sugestão de classificação da manifestação;
1252	Permitir a geração de resumo do relato;
1253	Permitir a geração de minuta de resposta ao cidadão;
1254	Permitir a indicação do prazo legal aplicável e da fundamentação legal correspondente;
1255	Permitir a exibição do grau de confiança da análise;
1256	Permitir a sanitização do conteúdo gerado antes da exibição;
1257	Permitir o registro de que a sugestão da IA foi aplicada pelo servidor;
1258	Permitir o acesso irrestrito do administrador a todas as manifestações da instituição;
1259	Permitir ao gestor o acesso às manifestações da sua unidade e às ainda não distribuídas;
1260	Permitir ao servidor o acesso apenas às manifestações sob sua responsabilidade;
1261	Permitir o isolamento das manifestações por instituição;
1262	Permitir o bloqueio do acesso de usuários externos à área de gestão;

1263	Permitir a restrição do painel de indicadores aos perfis de gestor e administrador;
1264	Permitir a exibição do menu de ouvidoria apenas quando o módulo estiver contratado pelo tenant;
1265	Permitir a ativação e a desativação da ouvidoria por instituição;
1266	Permitir a indisponibilidade das telas públicas e de gestão quando a ouvidoria estiver desativada;
GED – GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS	
Descrição	
1267	Permitir o armazenamento dos arquivos em repositório de objetos compatível com S3;
1268	Permitir o armazenamento dos arquivos em disco local, sem alteração do código que os grava;
1269	Permitir a configuração do repositório de armazenamento por instituição;
1270	Permitir a organização das chaves de armazenamento em layout previsível, com prefixo próprio de cada órgão;
1271	Permitir a manutenção de banco de dados próprio por órgão, isolando integralmente os documentos de cada um;
1272	Permitir a entrega dos arquivos por rota autenticada, sem exposição do caminho no repositório;
1273	Permitir a entrega pública apenas das imagens de identidade visual da instituição;
1274	Permitir o cálculo e a gravação do resumo criptográfico de cada arquivo armazenado;
1275	Permitir a gravação única do arquivo original capturado, impedindo a sua sobrescrita posterior;
1276	Permitir o armazenamento dos documentos sigilosos em repositório separado do acervo comum;
1277	Permitir o envio de documento a partir do computador do usuário;
1278	Permitir o envio de vários arquivos em uma só operação;
1279	Permitir o envio de documento avulso individual;
1280	Permitir a captura de documentos em lote por assistente em várias etapas;
1281	Permitir a captura a partir de arquivo compactado ZIP enviado pelo usuário;
1282	Permitir a captura a partir de bucket de armazenamento S3;
1283	Permitir a visualização de prévia do lote antes da confirmação;
1284	Permitir o processamento assíncrono do lote, item a item;
1285	Permitir o acompanhamento do progresso do lote em tempo real;
1286	Permitir o acompanhamento da situação de cada item (pendente, processado, revisado, aceito, rejeitado ou com falha);
1287	Permitir o acompanhamento da situação do lote (pendente, em execução, concluído, parcial ou com falha);
1288	Permitir a revisão dos itens em grade, com filtro por situação, por classe e por faixa de confiança;
1289	Permitir a pré-visualização do documento durante a revisão;
1290	Permitir o aceite do item revisado;
1291	Permitir a rejeição do item com justificativa;
1292	Permitir a reclassificação do item para outra classe durante a revisão;
1293	Permitir a materialização no acervo dos itens aceitos;
1294	Permitir a habilitação da captura em lote por instituição;
1295	Permitir a limitação do tamanho do arquivo enviado;
1296	Permitir o envio de anexo ao processo nos formatos PDF, DOC, DOCX, XLS, XLSX, JPG, JPEG, PNG, GIF e WEBP;
1297	Permitir a captura arquivística nos formatos PDF, PNG, JPEG e TIFF;
1298	Permitir o reconhecimento óptico de caracteres do documento enviado como imagem;
1299	Permitir a operação do reconhecimento óptico por serviço dedicado, com uso de mecanismo local como alternativa em caso de indisponibilidade;
1300	Permitir o tratamento da imagem antes do reconhecimento óptico, com conversão para tons de cinza, normalização de contraste,

	correção da orientação pelos metadados da imagem e realce de nitidez;
1301	Permitir a extração do texto do PDF que já contenha camada de texto, dispensando o reconhecimento óptico;
1302	Permitir a extração da posição de cada palavra reconhecida na página;
1303	Permitir a identificação do formato do arquivo com base no registro PRONOM;
1304	Permitir o cálculo do resumo criptográfico do arquivo de origem;
1305	Permitir a normalização do documento para PDF/A, com registro da conformidade obtida (conforme, não conforme ou indisponível);
1306	Permitir a recusa da normalização em documento já assinado, preservando a validade da assinatura;
1307	Permitir a conferência automática do documento capturado, com pontuação de qualidade e encaminhamento a revisão humana quando a pontuação ficar abaixo do limiar;
1308	Permitir a revisão humana do resultado do reconhecimento óptico, página a página;
1309	Permitir a habilitação da conferência automática por instituição;
1310	Permitir a detecção automática de indícios de sigilo no documento capturado;
1311	Permitir o envio de planilha CSV de mapeamento de metadados junto com o lote;
1312	Permitir a restrição das extensões aceitas dentro do arquivo compactado;
1313	Permitir que a restrição de acesso detectada na captura acompanhe o documento até o acervo, com nível de sigilo e hipótese legal;
1314	Permitir o cadastro de modelos de documento por instituição;
1315	Permitir a edição do conteúdo do modelo em editor de texto rico;
1316	Permitir a definição do tipo do modelo;
1317	Permitir a inclusão de variáveis do processo no corpo do modelo;
1318	Permitir a inclusão de variáveis correspondentes às respostas dos campos próprios no corpo do modelo;
1319	Permitir a vinculação do modelo à categoria de processo;
1320	Permitir a vinculação do modelo à etapa do fluxo;
1321	Permitir a ativação e a desativação do modelo;
1322	Permitir a pré-visualização do documento renderizado a partir do modelo;
1323	Permitir a geração do documento em PDF a partir do modelo, em segundo plano;
1324	Permitir a atualização da tela assim que o documento ficar pronto, sem recarregamento;
1325	Permitir a inclusão automática de código QR de validação no documento gerado;
1326	Permitir a regeneração do documento;
1327	Permitir o registro do tipo documental do documento capturado no acervo;
1328	Permitir a extração dos metadados e-ARQ do documento (identificação, conteúdo, contexto, originador, segurança e avaliação, tecnologia e preservação);
1329	Permitir a extração do corpo do documento para fins de busca;
1330	Permitir a reindexação do acervo;
1331	Permitir a manutenção automática do índice de busca a cada criação e alteração de processo, de documento avulso e de registro do acervo;
1332	Permitir a detecção das referências a outros processos citadas no texto do documento, registrando a relação nos metadados de contexto;
1333	Permitir a listagem dos documentos avulsos capturados;
1334	Permitir o registro do documento no acervo com referência externa, tipo documental, tipo de mídia, tamanho, resumo criptográfico de origem, disco e caminho de armazenamento;
1335	Permitir a atribuição de nível de sigilo ao registro do acervo, com hipótese legal e data prevista de desclassificação;
1336	Permitir a vinculação do registro do acervo à classe arquivística;

1337	Permitir a consulta do detalhamento do registro do acervo;
1338	Permitir o download do arquivo do registro do acervo;
1339	Permitir o registro do evento de acesso ao documento;
1340	Permitir o cadastro do plano de classificação em estrutura hierárquica de classes, com código, nome e denominação completa;
1341	Permitir a vinculação de cada classe a uma classe superior, em quantos níveis forem necessários;
1342	Permitir a marcação das classes que recebem documentos, distinguindo-as das classes meramente estruturais;
1343	Permitir a definição da ordem de exibição das classes dentro do mesmo nível;
1344	Permitir o deslocamento da classe dentro da hierarquia;
1345	Permitir a inativação da classe sem perda do histórico;
1346	Permitir a exclusão da classe;
1347	Permitir a exportação do plano de classificação em XML;
1348	Permitir a importação do plano de classificação em XML;
1349	Permitir que cada instituição mantenha o seu próprio plano de classificação;
1350	Permitir o cadastro de regras de classificação com classe de destino, prioridade e peso;
1351	Permitir a definição do critério da regra por categoria de processo, por tipo de documento avulso ou por texto do documento;
1352	Permitir a definição do padrão da regra por palavra-chave ou por expressão regular;
1353	Permitir a delimitação do trecho analisado pela regra (conteúdo integral, cabeçalho ou primeira página);
1354	Permitir a marcação da regra como decisiva, encerrando a avaliação das demais;
1355	Permitir o teste da regra contra um texto de exemplo antes de salvar;
1356	Permitir a ativação e a desativação da regra;
1357	Permitir a exclusão da regra;
1358	Permitir a avaliação das regras na ordem de prioridade definida;
1359	Permitir a classificação do processo em uma classe do plano de classificação;
1360	Permitir a reclassificação do processo, com registro do evento na trilha;
1361	Permitir a classificação automática determinística, com cálculo do índice de confiança a partir do peso das regras atendidas;
1362	Permitir o encaminhamento do documento para revisão manual quando a confiança ficar abaixo do limiar;
1363	Permitir a classificação assistida por inteligência artificial quando o recurso estiver habilitado para a instituição;
1364	Permitir o encaminhamento obrigatório para revisão manual quando a inteligência artificial estiver indisponível ou com a cota excedida;
1365	Permitir a classificação em lote dos documentos avulsos pendentes, com modo de simulação;
1366	Permitir o acompanhamento da situação arquivística do documento (resolvido, pendente de revisão ou não aplicável);
1367	Permitir a classificação automática de cada item capturado;
1368	Permitir a criação de versão da tabela de temporalidade em rascunho;
1369	Permitir o registro do prazo de guarda por classe, com a fase corrente e a fase intermediária em anos e meses;
1370	Permitir a definição da destinação final da classe entre eliminação, recolhimento e guarda permanente;
1371	Permitir a definição do marco inicial da contagem do prazo (protocolo, encerramento, publicação ou aprovação);
1372	Permitir a definição do gatilho da contagem (exercício, assinatura ou criação);
1373	Permitir o registro da fundamentação legal do prazo de guarda;
1374	Permitir a submissão da tabela de temporalidade à comissão de avaliação, abrindo resolução em votação;

1375	Permitir a promoção da tabela aprovada à condição de vigente;
1376	Permitir o bloqueio da promoção de tabela que não tenha sido aprovada;
1377	Permitir a manutenção de uma única tabela vigente por instituição, desativando automaticamente a anterior;
1378	Permitir a exportação da tabela de temporalidade em XML;
1379	Permitir a importação da tabela de temporalidade em XML;
1380	Permitir a consulta do histórico de versões da tabela;
1381	Permitir a visualização do painel da comissão com as resoluções em votação;
1382	Permitir a abertura de resolução de aprovação de tabela de temporalidade;
1383	Permitir o registro do voto do membro a favor, contra ou pela abstenção;
1384	Permitir o registro de justificativa junto ao voto;
1385	Permitir o bloqueio de voto duplicado do mesmo membro na mesma resolução;
1386	Permitir a apuração do resultado da votação com verificação de quórum mínimo;
1387	Permitir a aprovação ou a reprovação da resolução conforme a maioria apurada;
1388	Permitir o cancelamento da resolução;
1389	Permitir a distinção entre membro e presidente da comissão;
1390	Permitir a restrição do voto e da apuração aos integrantes do colegiado, excluindo o administrador do sistema;
1391	Permitir a identificação automática diária dos processos com prazo de guarda vencido;
1392	Permitir a visualização do painel de avaliação com os processos agrupados por destinação;
1393	Permitir o acompanhamento da situação de destinação do processo (vencido, em termo, em edital, aguardando eliminação, eliminado ou recolhido);
1394	Permitir o registro dos eventos de destinação do processo;
1395	Permitir a exclusão dos processos já fora do ciclo (eliminados, recolhidos ou excluídos logicamente) das novas listagens de eliminação;
1396	Permitir o cálculo do vencimento do prazo de guarda também dos documentos avulsos classificados;
1397	Permitir a geração do termo de eliminação a partir da seleção dos processos com prazo de guarda vencido;
1398	Permitir o registro na listagem do termo dos processos abrangidos e do volume total em bytes;
1399	Permitir o registro da fundamentação legal do termo de eliminação;
1400	Permitir a publicação do edital de ciência de eliminação vinculado ao termo;
1401	Permitir a contagem automática do prazo de 45 dias corridos para contestação, a partir da publicação do edital;
1402	Permitir o registro de contestação geral ao edital;
1403	Permitir o registro de contestação específica a um processo do edital;
1404	Permitir o encerramento automático do edital no vencimento do prazo;
1405	Permitir o bloqueio da eliminação quando houver contestação geral ao edital;
1406	Permitir a exclusão da eliminação apenas dos processos especificamente contestados;
1407	Permitir a retenção do edital encerrado com contestação para análise manual;
1408	Permitir a simulação da eliminação antes da execução;
1409	Permitir a eliminação lógica dos processos, abrindo janela de reversão de 30 dias;
1410	Permitir a eliminação física automática dos processos após o encerramento da janela de reversão;
1411	Permitir o registro do evento de eliminação na trilha de preservação;
1412	Permitir a execução única por termo, impedindo eliminações concorrentes;

1413	Permitir o registro dos eventos de preservação em trilha encadeada por resumo criptográfico, sem alteração posterior;
1414	Permitir o registro dos eventos de ingestão, verificação de integridade, falha de integridade, migração de formato, exclusão, captura, acesso, exportação, movimentação, arquivamento, reclassificação, assinatura aplicada, assinatura verificada e carimbo de longo prazo;
1415	Permitir a distinção entre evento praticado por pessoa e evento praticado pelo sistema;
1416	Permitir a visualização da linha do tempo de preservação de cada objeto;
1417	Permitir a verificação periódica de integridade por amostragem de 1% do acervo;
1418	Permitir a verificação integral do subconjunto crítico do acervo;
1419	Permitir a comparação do resumo criptográfico registrado com o objeto armazenado;
1420	Permitir a notificação dos responsáveis quando a integridade for comprometida;
1421	Permitir a validação da cadeia de resumos da trilha de auditoria;
1422	Permitir o arquivamento periódico da trilha de auditoria;
1423	Permitir a validação da trilha de auditoria já arquivada;
1424	Permitir o preenchimento retroativo dos resumos criptográficos dos documentos e artefatos existentes;
1425	Permitir a configuração da autoridade de carimbo do tempo por instituição;
1426	Permitir o teste da conexão com a autoridade de carimbo do tempo;
1427	Permitir a aplicação de carimbo do tempo aos documentos;
1428	Permitir o reprocessamento dos carimbos pendentes;
1429	Permitir a elevação automática da assinatura ao padrão de longo prazo (PADES B-LTA) após a sua conclusão, com incorporação do material de validação;
1430	Permitir a habilitação do carimbo do tempo por instituição;
1431	Permitir a edição de tarja sobre o documento em PDF;
1432	Permitir a detecção automática de dados pessoais no documento, com sugestão das regiões a tarjar;
1433	Permitir a localização dos dados por reconhecimento óptico de caracteres quando o documento for imagem;
1434	Permitir a marcação manual da região a tarjar;
1435	Permitir a replicação da tarja para uma faixa de páginas;
1436	Permitir a rasterização das páginas tarjadas, impedindo a recuperação do texto oculto;
1437	Permitir a recomposição do PDF com as páginas tarjadas;
1438	Permitir o registro do evento de tarja na trilha de preservação;
1439	Permitir a restrição da aplicação da tarja aos usuários autorizados;
1440	Permitir a gravação dos dados de proveniência no documento entregue;
1441	Permitir o carimbo de cópia no rodapé do documento entregue;
1442	Permitir a entrega do documento marcado como anexo ou para exibição no navegador;
1443	Permitir a recuperação dos dados de proveniência a partir do documento marcado;
1444	Permitir a busca por texto livre no conteúdo dos documentos;
1445	Permitir a busca por CPF ou CNPJ;
1446	Permitir a busca por matrícula;
1447	Permitir o filtro por classe do plano de classificação;
1448	Permitir o filtro por período, com escolha da data base entre criação, atualização e prazo;
1449	Permitir o filtro por situação arquivística;
1450	Permitir o filtro por nível de sigilo;

1451	Permitir o filtro por situação de integridade;
1452	Permitir o filtro por unidade;
1453	Permitir o filtro por prazo de guarda;
1454	Permitir o filtro por confiança mínima da classificação;
1455	Permitir a exibição de trechos destacados do documento no resultado;
1456	Permitir a exibição dos contadores por faceta do resultado;
1457	Permitir a paginação dos resultados, limitada a 100 itens por página;
1458	Permitir a exibição de documentos sigilosos apenas a quem tem permissão;
1459	Permitir o uso de índice de texto completo do banco, com alternativa portátil quando o recurso estiver desabilitado;
1460	Permitir salvar a busca com os seus filtros para reuso;
1461	Permitir a alteração e a exclusão da busca salva;
1462	Permitir a ativação da notificação de novos resultados da busca salva;
1463	Permitir a execução automática diária das buscas salvas;
1464	Permitir a emissão de relatórios de classificação, temporalidade, eliminação, preservação e acesso;
1465	Permitir a filtragem dos relatórios arquivísticos por período;
1466	Permitir a exportação do relatório arquivístico em PDF e em CSV;
1467	Permitir o agendamento do relatório com frequência diária, semanal ou mensal;
1468	Permitir a definição dos destinatários do relatório agendado;
1469	Permitir a pausa e a reativação do agendamento;
1470	Permitir a alteração do agendamento, com reprogramação da próxima execução;
1471	Permitir a execução automática diária dos relatórios agendados;
1472	Permitir a restrição da criação e da gestão dos agendamentos aos usuários autorizados;
1473	Permitir a visualização dos indicadores de documentos classificados, classes ativas, versão da tabela de temporalidade vigente, documentos sem classificação, eliminações pendentes, resoluções em votação e avulsos não classificados;
1474	Permitir a visualização dos alertas de processos com prazo vencendo, eliminações aguardando a comissão, tabela de temporalidade parada em rascunho e falha de integridade em documento assinado;
1475	Permitir a visualização da atividade arquivística recente no painel, reunindo os eventos de preservação, de destinação e de resolução da comissão;
1476	Permitir a consulta à busca arquivística por interface de programação;
1477	Permitir a consulta aos metadados do processo em Dublin Core;
1478	Permitir a consulta ao plano de classificação por interface de programação;
1479	Permitir a consulta à tabela de temporalidade vigente por interface de programação;
1480	Permitir a consulta aos indicadores do painel por interface de programação;
1481	Permitir a autenticação das chamadas de interface de programação por token JWT;
1482	Permitir a ativação do módulo de gestão arquivística por instituição;
1483	Permitir a habilitação em separado da captura em lote, da votação da comissão, da preservação avançada, do carimbo do tempo, da elevação da assinatura a longo prazo, da busca por texto completo e da conferência automática da digitalização;
1484	Permitir que cada instituição visualize apenas o seu próprio acervo, plano, tabela e resoluções;
1485	Permitir o controle de permissão sobre classes, tabela de temporalidade, eliminação, tarja e agendamento de relatórios;
CHATBOT DE INFORMAÇÕES	
Descrição	
1486	Permitir comunicação via mensagens instantâneas como Whatsapp, Telegram e outras.

1487	Permitir comunicação apenas com número de gestores cadastrados para informações gerenciais.
1488	Permitir a solicitação de emissão de segunda via de débitos em aberto e CNDs para números cadastrados no cidadão.
1489	Permitir solicitar informações de horários e locais de funcionamento dos serviços públicos municipais.
1490	Permitir que seja solicitado pela prefeitura parametrizações de outros serviços que venham a surgir no decorrer do contrato mediante formalização e levantamento de custos e viabilidade
1491	Permitir que o chatbot retorne informações no mínimo em Texto e Pdf.
PROCESSO ELETRÔNICO e PROTOCOLO	
Descrição	
1492	Permitir a abertura de processo a partir de categoria de serviço;
1493	Permitir a abertura de processo pelo cidadão no portal de serviços;
1494	Permitir a abertura de processo pelo servidor na área de gestão;
1495	Permitir o agrupamento das categorias de serviço em grupos;
1496	Permitir a busca da categoria de serviço pelo solicitante;
1497	Permitir a atribuição automática de número de protocolo no ato da abertura;
1498	Permitir numeração sequencial do processo ou protocolo por exercício/ano;
1499	Permitir a identificação do processo pelo número de protocolo na interface e por identificador universal na URL, sem exposição da chave interna;
1500	Permitir a distinção entre processo interno e processo externo;
1501	Permitir protocolo específico para tramitação de documentos financeiros;
1502	Permitir o registro do título, da descrição e da prioridade do processo (baixa, média, alta ou urgente);
1503	Permitir a gravação do processo como rascunho antes da submissão;
1504	Permitir a submissão do rascunho ao fluxo;
1505	Permitir a edição dos campos do processo em andamento pelo usuário autorizado;
1506	Permitir o acompanhamento da situação do processo (rascunho, aguardando recebimento, em andamento, encaminhado, aguardando solicitante, finalizado ou cancelado);
1507	Permitir a finalização do processo;
1508	Permitir a reabertura do processo finalizado;
1509	Permitir o bloqueio da reabertura do processo cancelado;
1510	Permitir o arquivamento e o desarquivamento operacional de processo;
1511	Permitir a apensação de processos, com busca do processo a apensar;
1512	Permitir o desapensamento;
1513	Permitir a consulta pública do andamento pelo número de protocolo;
1514	Permitir a consulta dos próprios processos pelo solicitante;
1515	Permitir a modelagem do fluxo de trabalho na notação BPMN, em tela gráfica, arrastando e soltando as etapas, sem programação;
1516	Permitir o desenho automático do fluxo, com distribuição das etapas na tela sem intervenção do usuário;
1517	Permitir a gravação da posição de cada etapa no desenho do fluxo;
1518	Permitir a navegação do desenho com aproximação, afastamento e enquadramento;
1519	Permitir a representação do evento de início do fluxo, no elemento BPMN correspondente;
1520	Permitir a representação das tarefas de usuário do BPMN, com desdobramento nos setores e nas pessoas responsáveis;
1521	Permitir a representação das tarefas de serviço do BPMN, executadas por integração externa;
1522	Permitir a representação das ligações de sequência do BPMN entre as etapas;

1523	Permitir a validação do desenho do fluxo BPMN, com aviso das inconsistências antes da gravação;
1524	Permitir a indicação visual das alterações ainda não gravadas;
1525	Permitir a inclusão, a alteração e a remoção de etapa;
1526	Permitir a definição da ordem das etapas;
1527	Permitir a reordenação das etapas;
1528	Permitir a escolha do tipo da etapa entre etapa de unidade, etapa de integração, etapa de assinatura, etapa condicional e etapa de inteligência artificial;
1529	Permitir que passos do fluxo sejam condicionais, decidindo automaticamente o caminho seguinte a partir das regras configuradas;
1530	Permitir o uso do gateway exclusivo do BPMN, com caminho próprio para a condição atendida e para a condição não atendida;
1531	Permitir o posicionamento automático do gateway antes das etapas que ele ramifica;
1532	Permitir o roteamento direto do processo à etapa correspondente à decisão do gateway, sem passar pela etapa seguinte da ordem;
1533	Permitir o encerramento do fluxo em qualquer dos caminhos do gateway;
1534	Permitir a avaliação do gateway já na primeira etapa do fluxo;
1535	Permitir o cadastro das condições avaliadas pelo gateway, em sequência;
1536	Permitir a avaliação da condição sobre resposta de campo da etapa, sobre resposta de campo da categoria ou sobre atributo do próprio processo;
1537	Permitir a escolha do operador da condição entre preenchido, vazio, igual, diferente, contém, não contém, começa com, termina com, está na lista e não está na lista;
1538	Permitir a escolha de operadores numéricos para a condição, incluindo maior que, maior ou igual a, menor que e menor ou igual a;
1539	Permitir a definição da etapa seguinte fora da ordem sequencial;
1540	Permitir a definição do destino da etapa por unidade, por setor, por pessoa, por cargo ou pelo próprio solicitante;
1541	Permitir a delimitação do escopo do cargo indicado como destino;
1542	Permitir a definição do destino alternativo para quando o destino principal não resolver um responsável;
1543	Permitir a marcação da etapa como obrigatória;
1544	Permitir a definição de fluxo interno próprio dentro da etapa;
1545	Permitir a definição dos responsáveis da etapa, em ordem de precedência;
1546	Permitir a inclusão, a alteração, a remoção e a reordenação dos responsáveis da etapa;
1547	Permitir a vinculação de modelo de documento à etapa;
1548	Permitir a vinculação de campos próprios à etapa;
1549	Permitir a definição do número de colunas do formulário da etapa;
1550	Permitir a exigência de despacho para a conclusão da etapa;
1551	Permitir a definição do prazo da etapa em horas;
1552	Permitir a configuração da etapa de assinatura, com escolha dos documentos abrangidos, ordem paralela ou sequencial, permissão de envio de arquivo, participação do solicitante e lembrete automático em intervalo definido;
1553	Permitir a configuração da etapa de integração, com mapeamento dos campos enviados, campos fixos, complemento do endereço, número máximo de tentativas, ação em caso de falha e gravação da resposta;
1554	Permitir a configuração de etapa executada por inteligência artificial, com escolha do agente, definição dos dados de entrada, gravação do resultado produzido e respeito às permissões, cotas e políticas de uso de IA da instituição;
1555	Permitir o recebimento do processo pela unidade destinatária;
1556	Permitir o bloqueio do avanço enquanto a etapa não tiver sido concluída;
1557	Permitir o avanço automático do processo à etapa seguinte, conforme o desenho do fluxo;
1558	Permitir o encaminhamento do processo a outra unidade;
1559	Permitir a delegação do processo no ato do salvamento;

1560	Permitir a reatribuição do responsável pela etapa, com lista dos candidatos elegíveis;
1561	Permitir a devolução do processo ao solicitante para o atendimento de pendência;
1562	Permitir a resposta do solicitante à pendência;
1563	Permitir a conclusão da etapa atribuída ao solicitante;
1564	Permitir a solicitação de ação a outro usuário;
1565	Permitir a solicitação de assinatura a outro usuário;
1566	Permitir a aprovação e a rejeição do processo na etapa de aprovação;
1567	Permitir a consulta dos aprovadores candidatos da etapa;
1568	Permitir a redistribuição de processos entre responsáveis;
1569	Permitir a execução automática da integração externa configurada na etapa;
1570	Permitir o reprocessamento da integração que falhou;
1571	Permitir a consulta do histórico de execuções da integração;
1572	Permitir a notificação dos envolvidos a cada movimentação;
1573	Permitir a atualização da tela do processo em tempo real, sem recarregamento;
1574	Permitir a configuração do prazo padrão de atendimento por instituição;
1575	Permitir a definição de prazo próprio por etapa do fluxo;
1576	Permitir o cadastro dos feriados considerados na contagem;
1577	Permitir o acompanhamento da situação do prazo (dentro do prazo, próximo do vencimento ou vencido);
1578	Permitir a pausa da contagem do prazo;
1579	Permitir a retomada da contagem do prazo;
1580	Permitir a notificação de alerta de prazo;
1581	Permitir o fechamento automático do processo sem resposta do solicitante;
1582	Permitir o filtro dos processos pela situação do prazo;
1583	Permitir a criação de campos próprios de preenchimento na categoria de processo;
1584	Permitir a criação de campos próprios por etapa do fluxo;
1585	Permitir a escolha do tipo do campo entre texto, texto longo, número inteiro, número decimal, data, data e hora, hora, lista de seleção, caixa de marcação, opção única, lista de itens, arquivo, endereço eletrônico, telefone, endereço da internet, endereço, moeda, percentual, CPF ou CNPJ, CEP, seleção alimentada por fonte externa e mapa;
1586	Permitir a marcação do campo como de preenchimento obrigatório;
1587	Permitir a definição da regra de visibilidade do campo, condicionada à resposta de outro campo;
1588	Permitir a definição da ordem dos campos no formulário;
1589	Permitir o agrupamento dos campos;
1590	Permitir a definição da largura ocupada pelo campo no formulário;
1591	Permitir a marcação do campo como de múltiplos valores;
1592	Permitir o cadastro das opções da lista de seleção;
1593	Permitir o preenchimento das opções a partir de fonte de dados externa;
1594	Permitir o armazenamento da resposta vinculada ao processo e ao campo;
1595	Permitir a correção da resposta já gravada, com registro na trilha;
1596	Permitir a exclusão do arquivo enviado em campo do tipo arquivo;
1597	Permitir a preservação das respostas históricas após a reconfiguração dos campos;

1598	Permitir a redação do despacho em editor de texto rico;
1599	Permitir a numeração sequencial e única do despacho por ano, sem lacuna e sem repetição;
1600	Permitir a geração do despacho em PDF;
1601	Permitir o download do despacho;
1602	Permitir a consulta de versão anterior do despacho;
1603	Permitir a juntada de anexos ao processo;
1604	Permitir a juntada de anexo a partir de arquivo já existente no repositório;
1605	Permitir o download do anexo;
1606	Permitir a exclusão do anexo;
1607	Permitir a anotação sobre o anexo em PDF;
1608	Permitir a consulta e a resolução das anotações;
1609	Permitir a geração da versão anotada do documento;
1610	Permitir a geração do documento consolidado do processo em peça única;
1611	Permitir o download do documento consolidado;
1612	Permitir a oficialização do processo;
1613	Permitir a exportação do documento de oficialização em PDF, com os anexos incorporados na mesma peça;
1614	Permitir a assinatura eletrônica interna do documento pelo usuário autenticado;
1615	Permitir a assinatura com certificado digital ICP-Brasil do tipo A1;
1616	Permitir a assinatura com certificado digital ICP-Brasil do tipo A3, em nuvem;
1617	Permitir a assinatura pelo provedor gov.br;
1618	Permitir a assinatura por provedor externo de assinatura;
1619	Permitir a assinatura no padrão PAdES, embarcada no próprio PDF;
1620	Permitir a assinatura no padrão CAdES, com arquivo de assinatura destacado;
1621	Permitir a etapa de assinatura dentro do fluxo do processo;
1622	Permitir a abertura de coleta de assinaturas do documento;
1623	Permitir a inclusão de signatários na coleta, com busca de usuário;
1624	Permitir o envio de lembrete aos signatários pendentes;
1625	Permitir o cancelamento e a reabertura da coleta;
1626	Permitir o download do arquivo de assinatura destacada;
1627	Permitir a consulta das provas da assinatura;
1628	Permitir a validação pública do documento assinado pelo seu identificador;
1629	Permitir o download do documento original a partir da página de validação;
1630	Permitir a solicitação de habilitação de certificado A3 pelo usuário;
1631	Permitir a aprovação e a rejeição da solicitação de habilitação de certificado A3;
1632	Permitir o teste da configuração de assinatura;
1633	Permitir a definição das políticas de assinatura por instituição;
1634	Permitir a classificação do processo nos níveis restrito, confidencial e secreto;
1635	Permitir a concessão de acesso ao processo sigiloso a usuário específico;
1636	Permitir a concessão de acesso ao processo sigiloso a unidade inteira;

1637	Permitir a revogação do acesso concedido;
1638	Permitir a definição dos acessos padrão por nível de sigilo;
1639	Permitir a exclusão de usuário do acesso padrão em processo específico;
1640	Permitir a restauração do acesso padrão excluído;
1641	Permitir a solicitação de consulta ao processo sigiloso;
1642	Permitir a ocultação do processo sigiloso das listagens de quem não tem acesso;
1643	Permitir a atribuição de papel ao usuário entre administrador, gerente, usuário, visualizador e externo;
1644	Permitir a atribuição de papel distinto por módulo do sistema;
1645	Permitir a vinculação do usuário a mais de um setor;
1646	Permitir a vinculação do usuário a mais de uma instituição, com troca da instituição ativa;
1647	Permitir o isolamento dos dados de cada instituição, inclusive acervo, plano de classificação, tabela de temporalidade e resoluções;
1648	Permitir a busca do processo pelo número de protocolo;
1649	Permitir a busca do processo pelo título e pela descrição;
1650	Permitir que a busca alcance também os processos apensados;
1651	Permitir o filtro dos processos por situação, prioridade, categoria, tipo, solicitante e situação de prazo;
1652	Permitir a definição do tipo de suporte do processo entre digital, físico e híbrido;
1653	Permitir o registro das partes físicas do processo;
1654	Permitir a alteração e a remoção da parte física;
1655	Permitir o registro da movimentação da parte física entre unidades;
1656	Permitir a confirmação da recepção da parte física movimentada;
1657	Permitir a solicitação de consulta à parte física;
1658	Permitir o registro da entrega da parte física consultada;
1659	Permitir o registro da devolução da parte física consultada;
1660	Permitir a notificação da solicitação e da entrega da consulta;
1661	Permitir a notificação da parte física cujo processo entrou em destinação;
1662	Permitir o registro de toda alteração de situação do processo, com autor, data, situação anterior e situação nova;
1663	Permitir o registro de observação na movimentação;
1664	Permitir a vinculação de anexos à entrada do histórico;
1665	Permitir a vinculação das correções de campos à entrada do histórico;
1666	Permitir a consulta da linha do tempo do processo;
1667	Permitir o registro em trilha de auditoria das alterações dos cadastros, com os valores anteriores e os novos;
1668	Permitir o registro de comentários no processo;
1669	Permitir a emissão de relatório dos acessos a processos sigilosos;
1670	Permitir a emissão de relatório dos acessos praticados fora do horário de expediente;
1671	Permitir a configuração do horário de expediente considerado no relatório de acessos;
1672	Permitir a visualização de painel com os processos do usuário;
1673	Permitir a personalização do painel pelo usuário;
1674	Permitir a emissão de relatórios de processos, com filtros;
1675	Permitir a exportação do relatório de processos em PDF;

1676	Permitir a exportação do relatório de processos em CSV;
1677	Permitir o cadastro de integrações com serviços REST por instituição, com endereço, método, cabeçalhos, tipo de autenticação, credenciais e tempo limite;
1678	Permitir o armazenamento cifrado das credenciais da integração;
1679	Permitir a ocultação das credenciais na exibição e na exportação dos dados da integração;
1680	Permitir o teste da integração antes do uso;
1681	Permitir a ativação e a desativação da integração;
1682	Permitir o mapeamento dos campos enviados e recebidos pela integração;
1683	Permitir a vinculação da integração a uma etapa do fluxo, executando-a automaticamente na tramitação;
1684	Permitir o cadastro de fontes de dados externas para alimentar campos de seleção, por serviço REST ou por consulta interna;
1685	Permitir a definição dos campos de valor, de rótulo, de busca e de dados da fonte;
1686	Permitir a definição do tempo de cache da fonte de dados;
1687	Permitir o teste da fonte de dados;
1688	Permitir a abertura de processo por interface de programação;
1689	Permitir a consulta do processo por identificador e por número de protocolo por interface de programação;
1690	Permitir a consulta da linha do tempo do processo por interface de programação;
1691	Permitir a consulta dos processos do cidadão por interface de programação;
1692	Permitir a consulta das categorias e dos seus campos por interface de programação;
1693	Permitir o avanço de etapa, o despacho, o recebimento, o encaminhamento, a solicitação de ação, a solicitação de assinatura, a resposta à pendência e a finalização por interface de programação;
1694	Permitir a consulta da situação e o download da assinatura por interface de programação;
1695	Permitir a autenticação das chamadas de interface de programação por token JWT;
1696	Permitir a proteção contra o reenvio duplicado da mesma requisição por chave de idempotência;
1697	Permitir o cadastro de instituições;
1698	Permitir o cadastro de unidades;
1699	Permitir o cadastro de setores;
1700	Permitir o cadastro de cargos;
1701	Permitir o cadastro de usuários com nome, endereço eletrônico, telefone e CPF;
1702	Permitir a definição do papel do usuário;
1703	Permitir a vinculação do usuário a cargos e a setores;
1704	Permitir a alteração dos próprios dados de perfil e da própria senha pelo usuário;
1705	Permitir a ativação da verificação em duas etapas, com códigos de recuperação;
1706	Permitir a autenticação pelo gov.br;
1707	Permitir a autenticação por certificado digital A3;
1708	Permitir o cadastro das categorias de serviço e dos grupos de categorias;
1709	Permitir a habilitação dos módulos por instituição;
1710	Permitir a configuração dos feriados;
1711	Permitir a configuração dos acessos padrão de sigilo;
1712	Permitir a aplicação da identidade visual própria da instituição nas telas e nos documentos;
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	

Descrição	
1713	Permitir a gestão de saúde e segurança do trabalho do ente público, com escopo por instituição.
1714	Permitir o uso do módulo somente quando ele estiver contratado pelo tenant e habilitado por instituição.
1715	Permitir que toda rota do módulo exija usuário autenticado com e-mail verificado.
1716	Permitir que o registro pertencente a outra instituição responda como inexistente, e não como acesso negado.
1717	Permitir a operação por três públicos distintos na mesma base: a gestão do ente, o próprio servidor e a clínica prestadora externa.
1718	Permitir que a decisão sobre o que é obrigatório para cada vínculo venha de uma matriz de aplicabilidade consultada antes de gerar qualquer pendência, documento ou evento.
1719	Permitir que a ausência de regra aplicável resulte em "a confirmar", nunca em obrigação presumida.
1720	Permitir o cadastro do servidor no módulo, ancorado no usuário da plataforma.
1721	Permitir o registro do vínculo funcional com matrícula, regime jurídico e regime previdenciário (RGPS ou RPPS).
1722	Permitir a manutenção do histórico de vínculos por período, mesmo quando o RH não o guarda.
1723	Permitir que o vínculo criado manualmente nasça como pendente de saneamento.
1724	Permitir a atualização e a exclusão lógica do cadastro do servidor.
1725	Permitir o cadastro de cargos com a periodicidade-base de exame do PCMSO em meses.
1726	Permitir o cadastro de funções dentro do cargo, distinguindo cargo efetivo e função exercida.
1727	Permitir o registro da situação ocupacional do servidor — ativo, afastado, readaptado, cedido, desligado ou aposentado.
1728	Permitir o registro da descrição de atividades do cargo e da função para uso em GHE, PGR, LTCAT, PPP, exames ocupacionais e eventos do eSocial.
1729	Permitir a consulta da ficha ocupacional do servidor com os exames do catálogo e as aptidões possíveis.
1730	Permitir a exclusão do cargo e da função quando não houver vínculo dependente.
1731	Permitir o cadastro de ambientes e locais de trabalho por unidade e setor.
1732	Permitir o cadastro de agentes de risco por natureza — físico, químico, biológico, ergonômico, de acidente e psicossocial.
1733	Permitir o registro da fonte geradora, do meio de propagação e do limite de tolerância de cada risco.
1734	Permitir a classificação do risco por severidade e probabilidade.
1735	Permitir a edição e a exclusão de ambientes e riscos.
1736	Permitir o registro de exposições por período, sem sobrescrever o histórico — cada período é um registro próprio.
1737	Permitir a criação de GHE com código, critério de agrupamento e período de vigência.
1738	Permitir a associação e a desassociação de riscos ao GHE.
1739	Permitir a associação e a desassociação de servidores ao GHE.
1740	Permitir o registro da exposição do GHE a cada agente, com avaliação qualitativa ou quantitativa.
1741	Permitir a abertura de nova versão do GHE, encerrando a vigente e preservando as anteriores como histórico somente-leitura.
1742	Permitir a consulta da cadeia de versões de um GHE.
1743	Permitir que apenas o servidor efetivamente associado gere evento eSocial na associação.
1744	Permitir a criação do PGR da instituição como rascunho na versão 1.
1745	Permitir a criação de novo PGR somente quando não houver versão em aberto.
1746	Permitir a inclusão e a remoção de GHE no inventário do PGR enquanto ele estiver em rascunho.
1747	Permitir o envio do rascunho para aprovação, exigindo ao menos um GHE no inventário.
1748	Permitir a devolução do PGR em aprovação para rascunho, reabrindo a edição.

1749	Permitir a aprovação do PGR, que passa a vigente com registro de quem aprovou e quando.
1750	Permitir a abertura de nova versão a partir do PGR vigente, copiando a cobertura de GHE e tornando a anterior histórico somente-leitura.
1751	Permitir a edição do PGR em tela dividida, com matriz de risco e inventário derivados dos GHE de um lado e o documento do outro.
1752	Permitir que a edição fique bloqueada nos estados de aprovação, vigente e histórico.
1753	Permitir a geração do documento oficial do PGR em PDF, apenas para o programa aprovado.
1754	Permitir a assinatura digital do PGR pelo mesmo motor PAdES usado nos processos, com o documento assinado idêntico ao documento oficial baixado.
1755	Permitir a escolha da política de assinatura no ato, escopada por instituição.
1756	Permitir o plano de ação do PGR como quadro kanban de medidas de controle.
1757	Permitir a criação de medida no plano de ação, com responsável, prazo, status, evidência e nascimento na coluna "a fazer".
1758	Permitir a movimentação da medida entre as colunas do kanban por arrastar e soltar.
1759	Permitir a operação do plano de ação em qualquer estado do documento.
1760	Permitir a consulta do cronograma anual de exames por cargo e mês.
1761	Permitir que o cronograma seja projetado a partir dos ASO vigentes dos servidores da instituição, sem tabela paralela de vencimento.
1762	Permitir o cadastro de exames clínicos e complementares no catálogo ocupacional.
1763	Permitir o registro do código eSocial e da validade-padrão em meses de cada exame.
1764	Permitir a atualização do exame no catálogo.
1765	Permitir regras de periodicidade e obrigatoriedade de exame com condições curinga por cargo, risco, idade e sexo.
1766	Permitir que a regra vigente na data do ASO seja a que decide o vencimento, sem reescrever o histórico.
1767	Permitir a geração do documento PCMSO por exercício e instituição, com versionamento, aprovação, vigência e histórico.
1768	Permitir a geração de relatório analítico do PCMSO a partir do cronograma, dos ASO e das pendências de exame.
1769	Permitir a convocação do servidor para exame ocupacional por evento — admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de risco, demissional ou por risco.
1770	Permitir o registro do prazo de comparecimento da convocação.
1771	Permitir o envio da convocação como comunicação oficial ao domicílio eletrônico do servidor, sem dado clínico no conteúdo.
1772	Permitir que a convocação continue válida e cobrável mesmo quando não houver canal de comunicação disponível.
1773	Permitir o registro da ciência da convocação pela gestão.
1774	Permitir o registro da ciência pelo próprio servidor no portal, com um clique gerando o registro no SST e na comunicação oficial.
1775	Permitir o agendamento da convocação com prestador, data e hora.
1776	Permitir o reagendamento e o registro de falta ou de realização do agendamento.
1777	Permitir o cancelamento do agendamento com motivo e trilha de auditoria.
1778	Permitir a visualização da agenda ocupacional em grade semanal de segunda a sexta, por hora e dia.
1779	Permitir a visualização das convocações pendentes de ciência junto da grade.
1780	Permitir a confirmação de comparecimento pelo próprio servidor, uma única vez.
1781	Permitir o registro do atendimento ocupacional com a parte administrativa — aptidão, restrições, validade e exames realizados.
1782	Permitir que o dado clínico do atendimento seja gravado cifrado em cofre separado, referenciado apenas por identificador.
1783	Permitir que o médico que grava o atendimento se torne o responsável pelo acesso àquele registro clínico.
1784	Permitir a consulta do atendimento com o CID mascarado, sem dado clínico na página.

1785	Permitir a revelação do CID apenas sob o gate de sigilo, como ação separada.
1786	Permitir a emissão do ASO a partir de um atendimento concluído.
1787	Permitir o bloqueio da emissão enquanto houver exame obrigatório pendente ou aptidão não registrada.
1788	Permitir que o ASO congele o tipo e a aptidão do momento da emissão.
1789	Permitir a listagem administrativa dos ASO emitidos com tipo, aptidão, validade e situação do evento S-2220.
1790	Permitir a geração do documento oficial do ASO em PDF.
1791	Permitir a assinatura do ASO pelo responsável técnico, como ato explícito posterior à emissão.
1792	Permitir o bloqueio de nova assinatura quando o ASO já estiver assinado ou com assinatura em andamento.
1793	Permitir a retificação e o cancelamento do ASO com justificativa, mantendo o documento original e a trilha de auditoria.
1794	Permitir que o ASO valha como registro legal desde a emissão, sem gate de aprovação.
1795	Permitir o envio do atestado médico pelo próprio servidor no portal, com anexo em armazenamento privado.
1796	Permitir a fila de triagem administrativa dos atestados com número, servidor, tipo, dias e decisão.
1797	Permitir a sinalização da presença do CID no atestado sem exibir o código.
1798	Permitir a consulta do atestado em triagem com o documento anexado e a classificação.
1799	Permitir o registro da decisão de triagem com desfecho, tipo e parecer.
1800	Permitir que apenas o atestado ainda em triagem seja decidido, sem redecisão.
1801	Permitir o registro de quem decidiu e quando, além da trilha de auditoria automática.
1802	Permitir que o servidor acompanhe o desfecho e o parecer dos próprios atestados, inclusive o pedido de complementação.
1803	Permitir o registro do afastamento do servidor por período e motivo.
1804	Permitir que a situação do afastamento seja derivada da data de retorno efetivo, sem coluna de status paralela.
1805	Permitir que o CID do afastamento fique no cofre clínico, mascarado na lista operada pelo RH.
1806	Permitir a revelação do CID do afastamento apenas sob o gate de sigilo, com os dois desfechos auditados.
1807	Permitir o registro do retorno efetivo, com convocação automática do ASO de retorno ao trabalho.
1808	Permitir o bloqueio de novo retorno em afastamento já encerrado.
1809	Permitir a abertura da perícia médica do servidor.
1810	Permitir a abertura automática do processo que faz a perícia tramitar, quando o tenant tiver configurado a categoria.
1811	Permitir a composição da junta médica com vários membros.
1812	Permitir o registro do voto de cada membro da junta, com parecer próprio.
1813	Permitir o registro do voto divergente com fundamentação.
1814	Permitir a recusa de profissional já presente na junta, com aviso em tela em vez de erro.
1815	Permitir a conclusão da perícia com parecer, sem redecisão de perícia já concluída.
1816	Permitir a coassinatura do parecer pela junta, com uma execução de assinatura por membro na mesma fila.
1817	Permitir o bloqueio da assinatura enquanto a junta estiver incompleta.
1818	Permitir que o diagnóstico que fundamenta o parecer fique no cofre clínico, mascarado no detalhe.
1819	Permitir a revelação do CID da perícia apenas ao médico atribuído, com auditoria dos dois desfechos.
1820	Permitir o registro da CAT em formulário de página inteira, cobrindo acidente, local, lesão e atestado médico.
1821	Permitir a classificação da CAT por tipo — inicial, de reabertura ou de comunicação de óbito.
1822	Permitir o registro do tipo de acidente e do nexos causal.

1823	Permitir o registro das testemunhas do acidente.
1824	Permitir que o código do CID da CAT fique em coluna própria, por ser campo obrigatório da declaração legal, e ainda assim mascarado em tela.
1825	Permitir a revelação do CID da CAT sob papel clínico, com finalidade obrigatória e auditoria dos dois desfechos.
1826	Permitir a listagem das CAT da instituição da mais recente para a mais antiga.
1827	Permitir a consulta da CAT junto do evento S-2210 que ela originou.
1828	Permitir a criação de medida de controle no plano de ação do PGR vigente a partir da análise do acidente.
1829	Permitir que a medida não seja criada quando não houver PGR vigente, em vez de gerar plano de ação órfão.
1830	Permitir a criação do LTCAT de um GHE como rascunho na versão 1.
1831	Permitir a criação apenas quando não houver laudo em aberto para aquele GHE.
1832	Permitir a edição da metodologia, do responsável técnico e da conclusão previdenciária enquanto o laudo estiver em rascunho.
1833	Permitir o envio do rascunho para aprovação, exigindo o responsável técnico preenchido.
1834	Permitir a devolução do laudo em aprovação para rascunho.
1835	Permitir a aprovação do LTCAT, que passa a vigente com registro de quem aprovou e quando.
1836	Permitir a abertura de nova versão a partir do laudo vigente, copiando metodologia, responsável e conclusão.
1837	Permitir a consulta da cadeia de versões por GHE, com as anteriores como histórico somente-leitura.
1838	Permitir a edição em tela dividida, com os agentes nocivos derivados do GHE de um lado e o documento do outro.
1839	Permitir a geração do documento oficial em PDF apenas para o laudo aprovado, com agentes nocivos, metodologia, responsável técnico com credencial e conclusão previdenciária.
1840	Permitir a assinatura digital do LTCAT vigente pelo motor PAdES, na fila do responsável técnico.
1841	Permitir o congelamento dos dados de exposição usados no laudo.
1842	Permitir a criação de laudo de insalubridade ou de periculosidade como rascunho na versão 1.
1843	Permitir o registro do grau, do percentual e do fundamento legal do adicional.
1844	Permitir a definição do alvo do laudo — ambiente, cargo ou servidor.
1845	Permitir o registro do responsável técnico com credencial de conselho.
1846	Permitir a listagem dos dois tipos de laudo em tabela única, com período e alvo.
1847	Permitir a geração do documento oficial do laudo em PDF.
1848	Permitir a assinatura digital do laudo pelo motor PAdES, com bloqueio de reassinatura.
1849	Permitir que o laudo valha como registro legal desde a criação, sem gate de aprovação.
1850	Permitir gerar relatório para RH ou folha com grau, percentual, fundamento, período e alvo do adicional.
1851	Permitir controlar revisões e vigência do laudo de insalubridade ou periculosidade.
1852	Permitir a consulta do PPP do servidor com o histórico de exposições ocupacionais por período.
1853	Permitir a exportação do PPP em PDF, com o mesmo conteúdo da tela.
1854	Permitir que o PPP seja tratado como dado administrativo, protegido por instituição e não pelo gate clínico.
1855	Permitir o registro da entrega ou ciência do PPP pelo servidor quando aplicável.
1856	Permitir manter trilha de alterações do PPP e do histórico usado na emissão.
1857	Permitir o registro de avaliação ambiental quantitativa ou qualitativa — dosimetria, ruído, calor e agentes.
1858	Permitir o registro do equipamento utilizado e da calibração.
1859	Permitir o vínculo opcional da avaliação ao PGR, ao LTCAT ou ao ambiente, restrito à instituição.

1860	Permitir o vínculo opcional da avaliação ambiental a processo administrativo quando houver trâmite formal associado.
1861	Permitir o anexo de metodologia e de certificado de calibração em armazenamento privado.
1862	Permitir o download do anexo apenas por quem pertence à instituição da avaliação.
1863	Permitir que a avaliação seja registro pontual da medição, sem ciclo de vigência.
1864	Permitir o cadastro do EPI com Certificado de Aprovação e validade.
1865	Permitir o registro do fornecedor e do estoque básico do EPI.
1866	Permitir a ligação do EPI ao risco, ao GHE e ao cargo a que se aplica.
1867	Permitir o registro da entrega do EPI ao servidor, com motivo.
1868	Permitir que o motivo da entrega diferencie primeira entrega, substituição, dano, perda ou vencimento.
1869	Permitir que a entrega nasça sem ciência, como ato do almoxarifado.
1870	Permitir o controle de vencimento e devolução do EPI entregue.
1871	Permitir o registro da ciência do recebimento pelo servidor, uma única vez.
1872	Permitir a geração do termo de entrega em PDF.
1873	Permitir a assinatura digital do termo de entrega pelo mesmo motor PAdES, com bloqueio de reassinatura.
1874	Permitir que a ciência seja comprovada tanto pelo termo assinado quanto pela data de ciência registrada, com a tela indicando qual ocorreu.
1875	Permitir a consulta do catálogo de EPI do tenant junto das entregas da instituição atual.
1876	Permitir evidenciar a eficácia do EPI no PGR e no LTCAT a partir dos vínculos com risco, GHE e cargo.
1877	Permitir a abertura de turma de treinamento por norma regulamentadora.
1878	Permitir que cada turma seja uma linha própria, com a data que conta o prazo de reciclagem.
1879	Permitir a convocação de servidores para a turma.
1880	Permitir que servidor de outra instituição seja ignorado na convocação, sem erro.
1881	Permitir o registro de presença ou falta na lista da turma.
1882	Permitir a emissão de certificados apenas para quem esteve presente.
1883	Permitir que a validade individual do certificado seja calculada pela data da turma somada ao prazo de reciclagem da norma.
1884	Permitir o download do certificado de uma participação, apenas quando ele tiver sido emitido.
1885	Permitir que a reciclagem devida apareça na própria lista de turmas.
1886	Permitir alertar treinamentos obrigatórios vencidos ou a vencer.
1887	Permitir a abertura da gestão da CIPA com mandato e data da eleição.
1888	Permitir a composição da comissão com registro do papel e da origem de cada membro — eleito ou indicado.
1889	Permitir que o relançamento do mesmo membro atualize papel e origem em vez de duplicar a linha.
1890	Permitir o registro das reuniões da comissão com a respectiva ata.
1891	Permitir o plano de trabalho da comissão em colunas, com item nascendo em "a fazer".
1892	Permitir que a vigência do mandato seja derivada das datas, sem rotina para desligar situação.
1893	Permitir a consulta das gestões anteriores como histórico.
1894	Permitir o cadastro do prestador — clínica, laboratório ou serviço ocupacional — com CNPJ e credenciamento por período.
1895	Permitir o cadastro do profissional responsável técnico com conselho, número de registro e validade da credencial.
1896	Permitir a atualização e a exclusão do prestador.
1897	Permitir o registro do contrato do prestador com serviços cobertos e vigência.

1898	Permitir que o acesso do prestador seja negado por padrão e derivado apenas de datas — vigência do contrato, vigência da concessão e ausência de revogação.
1899	Permitir que a perda de acesso ocorra sozinha na virada do dia, sem rotina de desligamento.
1900	Permitir a substituição do responsável técnico pelo ente, e nunca pelo próprio prestador.
1901	Permitir que a substituição exija destino para toda ordem em aberto do responsável anterior.
1902	Permitir o registro de quem era o responsável antes de cada ordem movida.
1903	Permitir a trilha de concessão e revogação de acesso, com quem concedeu, quando, quem revogou e por quê.
1904	Permitir que a trilha sobreviva ao desligamento de quem concedeu.
1905	Permitir a decisão do ente sobre o anexo enviado pelo prestador — aceitar, rejeitar ou colocar em quarentena.
1906	Permitir que a rejeição do resultado reabra a ordem de serviço.
1907	Permitir que a clínica veja apenas as ordens do próprio escopo, com a lista fechada por construção e não por filtro de tela.
1908	Permitir que ordem fora do escopo responda como inexistente.
1909	Permitir a abertura da tela de registro de atendimento com o histórico ocupacional relevante do servidor da ordem.
1910	Permitir que a abertura dessa tela seja auditada, por ser nela que a leitura acontece.
1911	Permitir que o histórico entregue ao prestador venha de lista fechada, sem campo em que um diagnóstico caiba.
1912	Permitir o envio do resultado do atendimento com anexo em armazenamento privado.
1913	Permitir que o anexo nasça em análise, nunca aceito de saída.
1914	Permitir a verificação da assinatura digital do anexo recebido.
1915	Permitir a reconferência da assinatura de um anexo já enviado, em qualquer situação, por certificado válido no envio poder estar revogado hoje.
1916	Permitir que o download do anexo exija escopo válido e situação verificada, com arquivo em quarentena bloqueado para todos.
1917	Permitir a auditoria de cada leitura do prestador, com ordem, contrato, profissional e finalidade.
1918	Permitir a prestação de contas por procedimento, unidade e contrato, derivada do mesmo escopo da lista de ordens.
1919	Permitir que o servidor consulte a própria caixa com o que precisa responder e o que já pode consultar.
1920	Permitir que o portal seja escopado pelo usuário autenticado, sem seletor de servidor.
1921	Permitir que o registro de outro servidor responda como inexistente.
1922	Permitir que o servidor veja aptidão, prazo e documento, e nunca o diagnóstico.
1923	Permitir a consulta da agenda pessoal, do agendamento mais próximo ao mais distante.
1924	Permitir a confirmação de comparecimento pelo servidor.
1925	Permitir a ciência da convocação pelo servidor.
1926	Permitir o envio de atestado e o acompanhamento da análise.
1927	Permitir que o servidor responda pendências operacionais do próprio registro pelo portal.
1928	Permitir que o servidor receba notificações de exame, perícia, treinamento e entrega de EPI pelo portal.
1929	Permitir a geração dos eventos S-2210 (CAT), S-2220 (monitoramento da saúde), S-2221 (exame toxicológico do motorista profissional) e S-2240 (condições ambientais).
1930	Permitir que o S-2221 seja gerado apenas quando a matriz de aplicabilidade indicar exame toxicológico obrigatório ou condicional para o vínculo.
1931	Permitir que o payload seja congelado no momento da geração, junto da versão de leiaute utilizada.
1932	Permitir a validação do evento contra o XSD do leiaute antes do envio.
1933	Permitir a separação da fila entre erro cadastral, de origem no RH ou na folha, e erro de SST.
1934	Permitir a consulta da fila de eventos com o que está preso e por quê.

1935	Permitir a consulta do detalhe do evento com o payload montado, o que reprovou e de quem é a correção.
1936	Permitir o painel do eSocial com rejeições acionáveis por dono da correção e prazos legais com alerta.
1937	Permitir o cálculo do prazo legal do S-2220 e do S-2240 até o dia 15 do mês seguinte, com adiamento quando cair em fim de semana.
1938	Permitir o cálculo do prazo legal do S-2210 até o primeiro dia útil seguinte ao acidente, e de imediato em caso de óbito.
1939	Permitir o download do pacote do evento com payload, leiaute e hash, para envio manual ou por terceiro.
1940	Permitir o bloqueio do download de evento reprovado na validação.
1941	Permitir o registro do protocolo de evento transmitido por fora da plataforma.
1942	Permitir o lançamento do retorno do processamento — recibo ou rejeição — de evento já enviado.
1943	Permitir controlar retificação e exclusão de evento eSocial, preservando payload original, recibo substituído, justificativa e vínculo com o evento anterior.
1944	Permitir a configuração da integração eSocial por instituição, com ambiente de produção ou de teste.
1945	Permitir que a troca de ambiente fique registrada na trilha de auditoria.
1946	Permitir o versionamento do leiaute com vigência, para que o payload gerado hoje continue explicável quando o leiaute mudar.
1947	Permitir que a geração de evento nunca interrompa a operação que a originou.
1948	Permitir regras de aplicabilidade por vínculo, orientadas por dados e sem necessidade de deploy.
1949	Permitir condições curinga na regra, quando o campo não importar.
1950	Permitir o versionamento da regra por competência legal, acompanhando notas técnicas do eSocial.
1951	Permitir que a regra mais específica vigente prevaleça.
1952	Permitir a classificação da obrigação em obrigatória, condicional, facultativa, inaplicável ou a confirmar.
1953	Permitir a consulta da aplicabilidade de PGR e PCMSO, ASO, S-2210, S-2220, S-2221, S-2240, PPP, LTCAT e insalubridade.
1954	Permitir que o dado clínico — CID, diagnóstico e anamnese — viva cifrado em subsistema separado do modelo administrativo.
1955	Permitir que a leitura do dado clínico ocorra apenas pelo repositório dedicado, com a barreira garantida por análise de dependências.
1956	Permitir que apenas o médico responsável pelo registro, com papel clínico, acesse o conteúdo.
1957	Permitir que administrador de plataforma, RH, gestor e solicitante não recebam acesso automático ao dado clínico.
1958	Permitir o registro em trilha de toda tentativa de leitura clínica, autorizada ou negada, com finalidade e rota.
1959	Permitir que a trilha seja apenas de acréscimo, sem alteração posterior.
1960	Permitir a auditoria da leitura do CID que vive fora do cofre, como o da CAT.
1961	Permitir que a estatística por capítulo do CID chegue já suprimida, com piso de contagem.
1962	Permitir a supressão permanente dos capítulos sensíveis, independentemente do volume.
1963	Permitir que a estatística não seja cruzada por unidade, para evitar reidentificação por diferença.
1964	Permitir a consulta da trilha de acesso a dado sensível pelo encarregado de dados, mostrando quem leu, quando, qual recurso, com qual finalidade e se foi autorizado, sem mostrar o que foi lido.
1965	Permitir a filtragem da trilha por resultado e a contagem de leituras autorizadas e negadas.
1966	Permitir a consulta da política de sigilo em tela própria, com a matriz de papéis, a lista de capítulos sensíveis e a política de retenção.
1967	Permitir a importação de lote de legado a partir de manifesto.
1968	Permitir que o lote seja criado antes da leitura, para que manifesto vazio ou ilegível apareça como lote com zero itens.
1969	Permitir a idempotência da importação pela chave de origem, sem duplicar item já importado.
1970	Permitir que o item de legado guarde apenas metadado do documento antigo, nunca conteúdo clínico extraído.
1971	Permitir que o arquivo clínico legado seja acessível somente sob o gate, com auditoria desde a importação.

1972	Permitir o relatório do lote com contagens materializadas, órfãos e itens não verificáveis à vista.
1973	Permitir a consulta dos lotes da instituição, do mais recente para o mais antigo.
1974	Permitir que a importação não reenvie evento já aceito nem reassine documento já assinado.
1975	Permitir que o RH e a folha sejam a fonte da verdade cadastral, com direção única em leitura.
1976	Permitir a configuração da fonte de RH por tenant.
1977	Permitir a reconciliação pela chave composta de matrícula e CPF.
1978	Permitir que campo crítico divergente nunca seja sobrescrito em silêncio.
1979	Permitir a trilha de importação e de divergências, apenas de acréscimo.
1980	Permitir o painel do módulo com total de servidores, ASO a vencer em 30 dias, ASO vencidos e convocações com prazo estourado.
1981	Permitir a lista de pendências acionáveis ordenada por prazo, priorizando em vez de paginar.
1982	Permitir os relatórios de gestão em blocos — exames e ASO, atestados por desfecho, acidentes por tipo, riscos e custos.
1983	Permitir mapa de riscos por unidade, setor, GHE e agente.
1984	Permitir indicadores de eventos eSocial por situação — gerados, prontos, enviados, aceitos, rejeitados, retificados e excluídos.
1985	Permitir a estatística por capítulo do CID no painel de relatórios, já suprimida.
1986	Permitir a exportação dos relatórios em CSV e em PDF, a partir da mesma projeção da tela.
1987	Permitir que os relatórios não contenham CID, diagnóstico ou anamnese, por construção dos dados e não por lista de campos proibidos.
1988	Permitir a geração de documento oficial em PDF para ASO, PGR, LTCAT, laudos LIP e LTIP, PPP, termo de entrega de EPI e certificado de treinamento.
1989	Permitir a assinatura digital PAdES de ASO, PGR, LTCAT, laudos LIP e LTIP, termo de entrega de EPI e parecer de junta médica.
1990	Permitir que o documento assinado seja idêntico ao documento oficial disponibilizado para download.
1991	Permitir a escolha da política de assinatura no ato, escopada por instituição.
1992	Permitir que etapas do módulo possam ser executadas com apoio de IA, mediante registro de agente, entrada, saída, usuário solicitante e decisão humana de aplicar ou descartar.
1993	Permitir extrair dados de atestados anexados para pré-preenchimento da triagem, sem exibir diagnóstico fora do gate clínico.
1994	Permitir sugerir classificação de risco por atividade, cargo, função, ambiente e GHE.
1995	Permitir gerar minuta de PGR, PCMSO, LTCAT, PPP ou parecer a partir de dados estruturados do módulo.
1996	Permitir resumir o histórico ocupacional do servidor para apoio à perícia médica e à junta.
1997	Permitir detectar pendências e inconsistências antes do envio ao eSocial, incluindo divergências entre cargo, GHE, exames, ASO e S-2240.
1998	Permitir sugerir plano de ação para riscos identificados, preservando aprovação humana antes de criar medida oficial.
1999	Permitir a ativação do módulo por instituição, por meio de sinalizador de funcionalidade.
2000	Permitir que a barra lateral exiba o módulo somente quando ele estiver contratado pelo tenant e ativo para a instituição.
2001	Permitir que o acesso a qualquer rota do módulo desativado responda como inexistente.
2002	Permitir o isolamento automático dos registros pela instituição ativa do usuário.
2003	Permitir que o papel clínico seja concedido por módulo, sem herança de administrador do sistema.
Portal do Cidadão	
Descrição	
2004	Permitir a visualização do catálogo de serviços sem autenticação;
2005	Permitir a exibição apenas das categorias de serviço marcadas como externas ou mistas;
2006	Permitir a exibição apenas das categorias ativas e com modelo de documento ativo;

2007	Permitir o agrupamento das categorias por grupo de exibição no catálogo público;
2008	Permitir o destaque dos seis serviços mais procurados, ordenados pelo volume de processos abertos;
2009	Permitir a resolução automática da instituição do visitante anônimo pela sigla padrão do tenant;
2010	Permitir a abertura de processo pelo cidadão a partir do catálogo público;
2011	Permitir a consulta do andamento do processo pelo número de protocolo, sem autenticação;
2012	Permitir a consulta apenas dos processos não sigilosos;
2013	Permitir a consulta apenas dos processos de categoria externa ou mista;
2014	Permitir a validação do número informado, aceitando de 6 a 10 caracteres alfanuméricos;
2015	Permitir a exibição da ficha de protocolo com número, situação, serviço, unidade atual e data de abertura;
2016	Permitir a exibição da data de conclusão quando o processo estiver encerrado;
2017	Permitir a exibição da linha do tempo do andamento, com o protocolo recebido e as etapas do fluxo da categoria;
2018	Permitir a marcação de cada etapa do andamento como concluída, atual ou pendente;
2019	Permitir a marcação de todas as etapas como concluídas quando o processo estiver em situação terminal;
2020	Permitir a resposta genérica de não encontrado, sem distinguir o processo inexistente do processo restrito;
2021	Permitir a validação de documento sem autenticação, pelo código impresso no rodapé ou pelo código QR;
2022	Permitir a informação do código como identificador isolado ou como o endereço completo copiado do documento, extraindo o identificador do texto colado;
2023	Permitir o encaminhamento automático ao validador correspondente, seja documento de processo, seja comunicação oficial;
2024	Permitir a mensagem de erro específica para o código malformatado e para o código não localizado;
2025	Permitir a exibição da ficha de validação do documento assinado, com os signatários e a verificação de integridade;
2026	Permitir a exibição da ficha de validação da comunicação oficial, com tipo, unidade remetente, signatários, destinatários e resumo criptográfico do arquivo;
2027	Permitir a omissão do corpo da comunicação na página pública de validação, expondo apenas os dados de conferência;
2028	Permitir a recusa da validação da comunicação que ainda esteja em rascunho ou em revisão;
2029	Permitir o download do documento original a partir da página de validação;
2030	Permitir o download do original apenas quando o processo do documento não for sigiloso;
2031	Permitir a entrega pública da logomarca da instituição, usada nas telas anteriores ao login;

2032	Permitir o bloqueio de travessia de diretório no caminho da imagem solicitada;
2033	Permitir a limitação da consulta pública a dez requisições por minuto por origem;
2034	Permitir a limitação da validação de documento a trinta requisições por minuto por origem;
2035	Permitir o campo oculto de armadilha no formulário de consulta, descartando o envio que o preencher;
2036	Permitir a exigência de intervalo mínimo de dois segundos entre a abertura do formulário e o envio da consulta;
2037	Permitir a ativação do portal do cidadão por tenant, pelo módulo correspondente;
2038	Permitir a ativação do portal do cidadão por instituição, por chave de funcionalidade própria;
2039	Permitir a resposta de recurso inexistente quando qualquer um dos dois controles estiver desativado;
2040	Permitir a disponibilidade do portal ao visitante anônimo quando ao menos uma instituição do tenant o tiver habilitado;
Comunicação interna/externa	
Descrição	
2041	Permitir o cadastro de tipos de comunicação por instituição;
2042	Permitir o nome e a sigla do tipo, com sigla em letras maiúsculas e algarismos, de até dez caracteres;
2043	Permitir a sigla única por instituição, desconsiderando os tipos já excluídos;
2044	Permitir a descrição livre do tipo;
2045	Permitir a cor de identificação do tipo em notação hexadecimal;
2046	Permitir a cor automática do tipo, fixa para as siglas conhecidas e derivada da sigla nas demais;
2047	Permitir a marcação do tipo como sujeito a revisão prévia;
2048	Permitir a ativação e a desativação do tipo;
2049	Permitir a exclusão do tipo, preservando o histórico;
2050	Permitir a restrição do cadastro de tipos ao administrador;
2051	Permitir a vinculação de um modelo oficial padrão ao tipo de comunicação;
2052	Permitir o catálogo de modelos oficiais habilitados para o tipo;
2053	Permitir apenas modelos oficiais publicados e de documento completo;
2054	Permitir modelos oficiais da própria instituição ou de alcance geral;
2055	Permitir a inclusão automática do modelo padrão no catálogo do tipo;

2056	Permitir a escolha do modelo na composição, restrita ao catálogo do tipo;
2057	Permitir a herança do modelo padrão do tipo quando o autor não escolher nenhum;
2058	Permitir a criação da comunicação como rascunho;
2059	Permitir o assunto de até duzentos e cinquenta e cinco caracteres;
2060	Permitir o corpo em texto formatado;
2061	Permitir a higienização do conteúdo e do estilo antes de gravar;
2062	Permitir o registro do autor e da unidade remetente a partir do usuário que compõe;
2063	Permitir a edição do rascunho pelo autor, pelo gerente e pelo administrador;
2064	Permitir a edição somente enquanto a comunicação for rascunho;
2065	Permitir a exclusão do rascunho, preservando o histórico;
2066	Permitir um ou mais destinatários por comunicação;
2067	Permitir destinatário interno endereçado a pessoa, a setor ou a unidade;
2068	Permitir destinatário externo identificado por nome e endereço de correio eletrônico;
2069	Permitir a exigência de ao menos um alvo no destinatário interno;
2070	Permitir a substituição completa dos destinatários na edição do rascunho;
2071	Permitir um ou mais assinantes por comunicação;
2072	Permitir apenas gerentes e administradores da instituição como assinantes;
2073	Permitir a ordem de assinatura conforme a sequência informada na composição;
2074	Permitir a assinatura somente na vez do signatário, respeitando a ordem;
2075	Permitir ao cossignatário cadastrado assinar a própria vez, independentemente do papel;
2076	Permitir o envio do rascunho para revisão;
2077	Permitir a dispensa da revisão quando o tipo não a exigir, seguindo direto para assinatura;
2078	Permitir a aprovação da revisão, com registro do revisor e do momento;
2079	Permitir a devolução da revisão ao autor, com observação obrigatória;
2080	Permitir o retorno da comunicação devolvida à condição de rascunho;

2081	Permitir a numeração oficial na entrada em assinatura;
2082	Permitir a sequência por tipo, unidade remetente, instituição e ano;
2083	Permitir o bloqueio da unidade durante a numeração, impedindo número repetido em concorrência;
2084	Permitir o número composto pela sigla do tipo, pela sequência de três dígitos, pelo ano e pela sigla da unidade;
2085	Permitir a unicidade do número por tipo, unidade, instituição, ano e sequência;
2086	Permitir a geração do documento em PDF na entrada em assinatura;
2087	Permitir a regeneração do documento a cada nova entrada em assinatura;
2088	Permitir a montagem do documento a partir do modelo oficial vinculado;
2089	Permitir o documento em envelope padrão quando não houver modelo vinculado;
2090	Permitir o documento em formato A4 retrato;
2091	Permitir o código QR de validação impresso no documento;
2092	Permitir o armazenamento do documento no repositório de arquivos da instituição;
2093	Permitir o download do documento pelo autor, pelos destinatários, pelo gerente e pelo administrador;
2094	Permitir o nome do arquivo derivado do número oficial, substituídas as barras;
2095	Permitir a assinatura da comunicação pelos assinantes, na ordem definida;
2096	Permitir o selo criptográfico no padrão PAdES, com certificado A1 do próprio assinante;
2097	Permitir a assinatura incremental, preservando os selos anteriores;
2098	Permitir a escolha do certificado quando o assinante possuir mais de um;
2099	Permitir a recusa da assinatura com certificado expirado, inativo ou pertencente a outra pessoa;
2100	Permitir o acionamento do selo criptográfico por instituição, por chave de funcionalidade própria;
2101	Permitir o registro lógico da assinatura mesmo com o selo criptográfico desativado;
2102	Permitir a passagem ao estado assinado somente após a última assinatura prevista;
2103	Permitir o envio imediato da comunicação assinada;
2104	Permitir o agendamento do envio para data e hora futuras;
2105	Permitir a definição do modo de envio na composição, entre imediato e agendado;

2106	Permitir a entrada automática em agendamento após a última assinatura, quando previsto na composição;
2107	Permitir a restrição do envio manual ao autor da comunicação;
2108	Permitir o cancelamento do agendamento, com registro do momento e retorno ao estado assinado;
2109	Permitir o reagendamento do envio para nova data futura;
2110	Permitir a restrição do cancelamento e do reagendamento ao autor, ao gerente e ao administrador;
2111	Permitir o despacho automático das comunicações agendadas cujo horário venceu;
2112	Permitir a nova tentativa de despacho quando o envio automático falhar;
2113	Permitir a decomposição da pendência de recebimento em uma pendência por pessoa alcançada;
2114	Permitir o retrato da composição do setor e da unidade no momento do envio;
2115	Permitir a obrigação de acusar independentemente das preferências de notificação da pessoa;
2116	Permitir o registro da leitura no momento em que o destinatário abre a comunicação;
2117	Permitir o acuse de recebimento por pessoa;
2118	Permitir o acuse apenas por quem for destinatário da comunicação;
2119	Permitir o acuse apenas nas comunicações enviadas ou recebidas;
2120	Permitir a passagem da comunicação ao estado recebido quando todas as pessoas tiverem acusado;
2121	Permitir a notificação ao autor quando o recebimento se completar;
2122	Permitir ao destinatário externo abrir a comunicação por credencial de acesso própria, sem autenticação;
2123	Permitir a validade da credencial de acesso por trinta dias;
2124	Permitir o registro da abertura da comunicação pelo destinatário externo;
2125	Permitir a confirmação do recebimento pelo destinatário externo;
2126	Permitir o registro do endereço de origem na confirmação do recebimento;
2127	Permitir o encerramento imediato da validade da credencial após a confirmação;
2128	Permitir a resposta em texto do destinatário externo, de até cinco mil caracteres;
2129	Permitir a remoção de qualquer marcação da resposta externa antes de gravar;
2130	Permitir o registro do endereço de origem da resposta;

2131	Permitir a notificação do remetente a cada resposta recebida;
2132	Permitir a recusa da credencial inexistente, da comunicação excluída e da credencial vencida;
2133	Permitir a limitação do recebimento externo a dez requisições por minuto por origem;
2134	Permitir a definição do prazo de acuse na composição, sem prazo, por quantidade de dias ou por data certa;
2135	Permitir prazo em dias entre um e noventa;
2136	Permitir a contagem do prazo a partir do envio;
2137	Permitir a cobrança do acuse aos destinatários pendentes;
2138	Permitir uma única cobrança por dia em cada comunicação;
2139	Permitir a restrição da cobrança ao autor, ao gerente e ao administrador;
2140	Permitir a cobrança apenas nas comunicações enviadas;
2141	Permitir o lembrete automático diário aos pendentes das comunicações com prazo vencendo em até três dias;
2142	Permitir um único lembrete automático por comunicação;
2143	Permitir a notificação apenas de quem ainda não acusou, interno ou externo;
2144	Permitir a caixa postal com as abas de entrada, enviados, rascunhos e arquivados;
2145	Permitir ao administrador e ao gerente a visão de todas as comunicações da instituição;
2146	Permitir aos demais a visão das próprias comunicações e daquelas em que forem destinatários;
2147	Permitir o filtro por tipo de comunicação;
2148	Permitir a busca por assunto;
2149	Permitir o filtro por situação de prazo, entre vencido e a vencer em até três dias;
2150	Permitir o filtro das comunicações com envio agendado;
2151	Permitir a ordenação com as comunicações em atraso à frente;
2152	Permitir a paginação a cada vinte comunicações;
2153	Permitir os contadores por aba e o total de pendências de acuse;
2154	Permitir a visualização do detalhe pelo autor, pelos destinatários, pelo gerente e pelo administrador;
2155	Permitir o cartão de destinatários com a lista nominal;

2156	Permitir o agrupamento expansível dos destinatários de setor e de unidade, com os membros nominais;
2157	Permitir o agregado de acusados, lidos e pendentes em cada grupo;
2158	Permitir o cartão de assinaturas com a ordem e o momento de cada assinante;
2159	Permitir o cartão de prazo de acuse;
2160	Permitir a linha do tempo com criação, revisão, agendamento, cancelamento, assinatura, envio, cobrança, acuses e arquivamento;
2161	Permitir a lista das respostas recebidas dos destinatários externos;
2162	Permitir o arquivamento da comunicação enviada ou recebida;
2163	Permitir o registro de quem arquivou e de quando;
2164	Permitir a restrição do arquivamento ao autor, ao gerente e ao administrador;
2165	Permitir o arquivamento com pendências de acuse, registrando a quantidade pendente na linha do tempo;
2166	Permitir o painel de indicadores das comunicações enviadas;
2167	Permitir a restrição do painel ao gerente e ao administrador;
2168	Permitir a janela dos últimos trinta dias como período padrão;
2169	Permitir a seleção do mês de referência;
2170	Permitir a taxa de acuse do período;
2171	Permitir o tempo médio até o acuse, em dias;
2172	Permitir a quantidade de comunicações enviadas e a quantidade em atraso;
2173	Permitir a comparação com o período anterior;
2174	Permitir o volume por tipo de comunicação;
2175	Permitir o acuse por unidade remetente;
2176	Permitir a lista das cinco comunicações mais antigas sem acuse;
2177	Permitir a situação do acuse por pessoa, entre acusada, lida, pendente e em atraso;
2178	Permitir a exportação do painel em CSV, com uma linha por comunicação enviada;
2179	Permitir a marca de codificação no arquivo exportado, para abertura direta em planilha;
2180	Permitir a notificação aos revisores quando a comunicação entrar em revisão;
2181	Permitir a notificação ao autor quando a revisão for aprovada;
2182	Permitir a notificação aos destinatários internos no envio;
2183	Permitir a notificação ao destinatário externo no envio, com a credencial de acesso;

2184	Permitir a notificação ao autor quando o recebimento se completar;
2185	Permitir a notificação ao autor a cada resposta externa;
2186	Permitir a notificação de acuse pendente na cobrança e no lembrete automático;
2187	Permitir o aviso no sino do sistema para a comunicação recebida e para a resposta externa;
2188	Permitir o respeito à preferência de correio eletrônico do usuário;
2189	Permitir o silenciamento das notificações por tipo de comunicação, por usuário;
2190	Permitir a sincronização completa dos tipos silenciados a cada gravação da preferência;
2191	Permitir o aviso em tempo real do envio a cada destinatário pessoa e a cada unidade destinatária;
2192	Permitir o aviso em tempo real da mudança no detalhe, no acuse e na assinatura;
2193	Permitir os avisos em canais privados com prefixo do tenant;
2194	Permitir o conteúdo mínimo no aviso, sem o corpo da comunicação;
2195	Permitir a validação da comunicação sem autenticação, pelo código QR ou pelo endereço impresso no documento;
2196	Permitir a exibição do tipo, da unidade remetente, dos assinantes e dos destinatários na validação;
2197	Permitir o resumo criptográfico do arquivo na validação;
2198	Permitir a omissão do corpo da comunicação na validação;
2199	Permitir a recusa da validação da comunicação em rascunho ou em revisão;
2200	Permitir a ativação das comunicações oficiais por tenant, pelo módulo correspondente;
2201	Permitir a ativação das comunicações oficiais por instituição, por chave de funcionalidade própria;
2202	Permitir a resposta de recurso inexistente quando qualquer um dos dois controles estiver desativado;
2203	Permitir o isolamento por instituição na comunicação, no download e nos tipos;
2204	Permitir o bloqueio do usuário externo na caixa postal e no fluxo interno;
2205	Permitir a exigência de sessão autenticada e de correio eletrônico verificado no fluxo interno;
2206	Permitir a trilha de auditoria das alterações da comunicação;
2207	Permitir a exclusão do caminho do documento da trilha de auditoria;